



História contemporânea

História contemporânea

Thiago do Amaral Biazotto

Leandro Eliel Pereira de Moraes

Thaiz Carvalho Senna

Roberto Resende Simiqueli

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Grasiele Aparecida Lourenço
Isabel Cristina Chagas Barbin
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisora Técnica

Emiliano Cesar de Almeida
Rafael Pavani da Silva

Editoração

Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biazotto, Thiago do Amaral
B579h História contemporânea / Thiago do Amaral Biazotto,
Leandro Eliel Pereira de Moraes, Thaiz Carvalho Senna,
Roberto Resende Simiqueli. – Londrina : Editora e
Distribuidora Educacional S.A., 2017.
216 p.

ISBN 978-85-522-0290-5

1. História contemporânea. I. Moraes, Leandro Eliel
Pereira de. II. Senna, Thaiz Carvalho. III. Simiqueli, Roberto
Resende. IV. Título.

CDD 909

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 França e Inglaterra no século XIX e a era das revoluções	7
Seção 1.1 - A Europa napoleônica e a restauração	9
Seção 1.2 - Industrialização e luta operária no século XIX	22
Seção 1.3 - Revolução e lutas sociais no século XIX	35
Unidade 2 Nacionalismo, Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial	55
Seção 2.1 - Nacionalismo e unificação nacional	56
Seção 2.2 - Imperialismo e neocolonialismo no século XIX	73
Seção 2.3 - A Primeira Guerra Mundial	91
Unidade 3 Da Revolução Russa à Segunda Guerra Mundial	111
Seção 3.1 - A Revolução Russa de 1917 e a União Soviética	113
Seção 3.2 - A crise econômica e as origens do totalitarismo	130
Seção 3.3 - A Segunda Guerra Mundial	148
Unidade 4 Guerra fria, globalização e Nova Ordem Mundial	171
Seção 4.1 - A Guerra Fria e o mundo bipolar	173
Seção 4.2 - "Descolonização": as independências na África e Ásia	186
Seção 4.3 - Guerra Fria, globalização e Nova Ordem Mundial	201

Palavras do autor

Prezado aluno, neste roteiro você encontrará importante conteúdo da disciplina História Contemporânea, que teve seu início com a Revolução Francesa de 1789, e que terá como objetivo conhecer e compreender os fatos históricos referentes ao mundo contemporâneo, do século XVIII ao XX, especificamente os processos de transformações históricas ocorridos entre o final da Revolução Francesa e as origens da denominada globalização, período de ascensão do neoliberalismo. A importância desse período histórico pode ser justificada pela afirmação do historiador Eric Hobsbawm, com a denominação de “dupla revolução” - a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa - de que esses processos produziram a mais importante transformação humana desde a revolução agrícola. Você estará diante de uma disciplina que abordará um momento histórico em que a humanidade atingiu seu mais alto estágio de desenvolvimento material, ao mesmo tempo com enormes dilemas humanitários: a desigualdade social, as questões migratórias, os impasses ambientais, as distintas perspectivas societárias em debate, para ficarmos apenas em alguns exemplos.

Inicialmente, você encontrará os fatos históricos que marcaram não só a Inglaterra e a França, com a citada “dupla revolução”, mas que deixaram um legado importante para todo o mundo, a consolidação do capitalismo industrial e sua dominação burguesa, subordinando os demais modos de produção existentes. Nesse sentido, essa **primeira unidade** abordará o período napoleônico e o legado da Revolução Francesa pela Europa, a tentativa de restauração monárquica e do Antigo Regime a partir do Congresso de Viena, as revoluções industriais e a consolidação capitalista no século XIX, a luta de classes e a organização da classe trabalhadora em suas diversas formas, as insurreições de 1830 e 1848/49, chegando até a Comuna de Paris, em 1871, as lutas sociais e o feminismo.

Na **segunda unidade**, você estará diante do contexto de fortalecimento do nacionalismo e do imperialismo até a Primeira Guerra Mundial, conteúdos que serão tratados por meio dos processos históricos de unificação da Itália e Alemanha, resultados do forte movimento nacionalista que marcou o século XIX, das teses racistas que também justificaram o neocolonialismo, ampliando o domínio

imperialista sobre a África e a Ásia, das resistências à dominação colonial, culminando na Primeira Guerra Mundial, cujas consequências provocaram uma reconfiguração política, econômica e geográfica na Europa.

Em seguida, na **terceira unidade**, encontraremos os fatos relacionados à Revolução Russa até a Segunda Guerra Mundial, tendo como elementos importantes a compreensão das contradições internas na Rússia czarista que levaram à revolução e à construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS no contexto da Primeira Guerra Mundial, a ascensão do nazi-fascismo, os impactos da Crise de 1929, o stalinismo e a consolidação da URSS como potência, principalmente a partir da resistência ao nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial e as novas configurações políticas, econômicas e sociais no pós-guerra.

Por fim, na **quarta unidade**, você encontrará toda a dinâmica histórica da Guerra Fria, da Globalização e da nova configuração mundial após a queda do socialismo no leste europeu e na URSS.

Aos estudos!

França e Inglaterra no século XIX e a era das revoluções

Convite ao estudo

O século XIX foi o momento de consolidação da sociedade capitalista. Após um longo período de transição, originada no interior da ordem feudal, a dinâmica mercantil burguesa transformou a realidade europeia e mundial, subordinando antigos modos de produção da riqueza às suas próprias necessidades. Do ressurgimento urbano, mercantil e cultural, passando pelo mercantilismo, chegando à Revolução Industrial, uma nova ordem econômica, política e social foi solidificada. As novas formas de produção de riqueza que surgiram na Inglaterra, a Revolução Inglesa, os processos de expulsão de camponeses e o cercamento das terras, as novas formas de produção industrial e seu domínio imperial alteraram profundamente a história da humanidade, assim como a Revolução Francesa de 1789, a clássica revolução burguesa, que alterou profundamente sua dinâmica social indicando a radicalidade dos setores sociais subjugados, atemorizando os setores mais conservadores europeus. Inglaterra e França, com a “dupla revolução”, como bem denominou o historiador inglês Eric Hobsbawm, tornaram-se grandes referências na maior transformação que a humanidade presenciou desde a Antiguidade.

É esse contexto geral que permitirá a você conhecer e compreender os fatos e processos históricos referentes ao mundo contemporâneo, do século XVIII ao XX, especificamente os processos de transformações históricas ocorridos entre o final da Revolução Francesa e as origens da globalização.

Para que você compreenda melhor o impacto dessa transição, vejamos que os livros didáticos de história apresentam os períodos históricos como uma transição das sociedades primitivas para as

antigas, destas para a medieval, que, por sua vez, foi sucedida pelas sociedades moderna e Contemporânea, para ficarmos na cronologia europeia. Trata-se de uma cronologia política e social que nos permite compreender certos aspectos gerais que estavam presentes em cada momento histórico. Mas os impactos gerados pela dupla revolução causaram uma transformação muito mais profunda do que as transições anteriores. É possível identificar em que medida a transição feudal-capitalista foi mais profunda do que as anteriores? É possível identificar a globalização como um processo atual ou existente desde as origens do capitalismo? Quais as consequências desse processo para o futuro da humanidade?

Bons estudos!

Seção 1.1

A Europa napoleônica e a restauração

Diálogo aberto

Caro aluno, nesta primeira unidade você encontrará os fatos históricos relacionados à denominada “dupla revolução”, ou seja, ao processo de consolidação da Revolução Francesa e a Revolução Industrial, na Inglaterra. Na primeira seção – A Europa napoleônica e a restauração – você encontrará o desfecho da Revolução Francesa de 1789, sua expansão pela Europa e a reação monárquica e dos setores mais conservadores às transformações burguesas em curso naquele momento histórico. Na segunda seção – Industrialização e luta operária no século XIX –, veremos os impactos econômicos, políticos e sociais da nova ordem burguesa sobre as antigas classes trabalhadoras, servos, camponeses e artesãos, transformados em trabalhadores assalariados, que reagiram das mais diversas formas à nova forma de exploração do trabalho. Na terceira seção – Revolução e lutas sociais no século XIX –, você encontrará, além do movimento operário e sindical, novas formas de luta política e social, em que as questões particulares da vida cotidiana foram interligadas às possibilidades de transformações mais essenciais.

Em seu primeiro encontro com a turma na disciplina de História Contemporânea, o professor, após apresentar o conteúdo da disciplina, resgatou os principais momentos da Revolução Francesa, estudada no semestre anterior, contextualizando seu processo num longo período de transição da velha sociedade feudal para a nova sociedade capitalista que se gestava desde o ressurgimento urbano, mercantil e cultural europeu até, neste caso particular, a crise feudal francesa. As contradições entre as classes dominantes (monarquia, nobres, senhores feudais, alto clero) e o Terceiro Estado (burguesia, servos, camponeses, artesão, baixo clero) foram resgatadas, assim como as contradições existentes no interior do Terceiro Estado, expressas na Revolução de 1789, na fase da Assembleia Nacional Constituinte (1789-1792), na Convenção Nacional (1792-1795), no Diretório (1795-1799), chegando no Período Napoleônico (1799-1815), que será detalhado nas próximas aulas.

A principal preocupação do professor, nesse primeiro momento, foi trabalhar as contradições sociais que estavam em curso. Nesse sentido, sugeriu para a turma, após sua exposição panorâmica sobre as fases da Revolução Francesa, que respondessem a algumas questões: como a Revolução Francesa pode ser compreendida no processo de transição feudal-capitalista? Quais foram as principais contradições no interior da própria burguesia? Quais as principais contradições entre a burguesia e os demais setores do Terceiro Estado? Como os demais setores europeus reagiram diante da Revolução Francesa?

Essas questões debatidas em sala de aula permitiram ao professor resgatar conteúdos estudados pelos alunos anteriormente e levantar reflexões importantes que serão desenvolvidas nas próximas aulas, com o período napoleônico.

Não pode faltar

Introdução: a importância da “dupla revolução”

A Revolução Francesa e a Revolução Industrial inglesa não devem ser compreendidas isoladamente, ainda que contenham suas particularidades históricas, que você encontrará durante os seus estudos. O que queremos enfatizar é que elas estão interligadas por um processo comum, o desenvolvimento mercantil capitalista. Essa “dupla revolução”, como denominou o historiador Eric Hobsbawm, em sua obra *A Era das Revoluções – 1789-1848* (2000), é a consolidação de um longo processo histórico de desenvolvimento de uma nova sociedade surgida no interior da sociedade feudal, a sociedade burguesa. O desenvolvimento mercantil, que ressurgiu no exato momento de auge das reações feudais na Europa Ocidental, por volta dos anos 1100 e 1300, ganhou impulso mundial com as Grandes Navegações, com a escravização de africanos e de povos originários em várias partes do mundo, com o tráfico transatlântico de escravizados, com a colonização de novos e antigos continentes. Tudo isso permitiu o fortalecimento econômico de uma nova classe social que, bloqueada pelas relações sociais de produção feudais, rompeu as amarras do Antigo Regime para consolidar seu poder econômico e político. A Revolução Inglesa (1642-1688), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial representaram a consolidação histórica desse longo percurso de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. Para que você tenha uma ideia da importância desse

processo, veja como Hobsbawm o classifica:

[...] [a] revolução que eclodiu entre 1789 e 1848 [...] constitui a maior transformação humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro. [...] A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo. (2000, p. 170).



Nesse sentido, compreendendo essas revoluções como um processo interligado, vejamos, a seguir, suas especificidades.

A Revolução Francesa: uma breve síntese

Os impactos da Revolução Francesa de 1789 e sua consolidação durante o período napoleônico ficam mais evidentes se levarmos em consideração as condições anteriores, ou seja, como era a França pré-revolucionária. Tratava-se de uma sociedade essencialmente rural, com um feudalismo decadente, que obrigava a aristocracia a extrair cada vez mais renda dos demais setores sociais, com uma monarquia absolutista, imersa em guerras comerciais, principalmente com a Inglaterra. Além disso, vivenciava uma intensa crise econômica, com falências generalizadas, alto desemprego, queda dos salários, diminuição da produção agrícola e alta inflação.

Sob a monarquia de Luís XVI, as contradições latentes na sociedade francesa explodiram. Diante da crise e da necessidade da monarquia de arrecadar recursos financeiros, parte dos setores privilegiados, principalmente a nobreza feudal, foram intimados a pagar impostos, resultando, em 1787, na Revolta dos Notáveis. Para tentar contornar essa situação, o rei convocou os Estados Gerais, em maio de 1789. Além das contradições no seio da própria nobreza, o que o rei não contava era com a força do Terceiro Estado (burgueses, camponeses, servos e artesãos), que exigiu representação compatível com sua representatividade social, o que fez com que Luís XVI tentasse dissolver a reunião, acelerando os acontecimentos da Revolução de 1789 e inaugurando sua fase inicial, a da Assembleia Nacional Constituinte (1789-1792), marcada pela consolidação burguesa no poder do Estado,

pelo estabelecimento de uma monarquia constitucional, pela tentativa de reação monárquica do Antigo Regime, por uma democracia limitada, pelas contradições de interesses entre a alta burguesia (girondinos) e seus médios e pequenos setores (jacobinos), entre outras. A segunda fase, a Convenção Nacional (1792-1795), eleita por sufrágio universal, foi marcada pela radicalização dos jacobinos, que, após a morte de Luís XVI, na guilhotina, em sua segunda Constituição, implantaram o regime republicano, ampliando a democracia e as medidas que favoreceram os setores populares, enfrentando a reação de países que se viram ameaçados pela Revolução Francesa, reprimindo violentamente os setores internos contrários ao processo em curso, a fase do terror. Nesta fase, houve também uma intensa disputa entre os jacobinos sobre a radicalidade da revolução, opondo antigos revolucionários.

Entre 1794 e 1795, houve a Reação Termidoriana, ou seja, a reação da alta burguesia que limitou a radicalidade jacobina, anulando medidas populares e impondo o Terror Branco, uma brutal repressão sobre os setores populares, inaugurando a terceira fase da Revolução, o Diretório (1795-1799), momento em que a alta burguesia retoma o controle do processo revolucionário, impondo o regime do Diretório, com deputados eleitos por voto censitário, com uma terceira Constituição, pela continuidade dos enfrentamentos com as monarquias externas, finalizando com o golpe de 18 de Brumário (9 de novembro) de 1799, de Napoleão. Essas passagens sintetizam, panoramicamente, o que você já estudou anteriormente sobre a Revolução Francesa, mas é importante o seu resgate para compreendermos, a seguir, as contradições que estavam em curso no interior do Terceiro Estado e sobre o papel do período napoleônico na Revolução Francesa.



Exemplificando

Para compreender melhor as frações de classe da burguesia:

- **Burguesia rentista:** vivia das mais variadas rendas (comercial, empréstimos, aluguéis e arrendamentos), com grande diversidade interna.
- **Profissionais liberais:** setor diversificado – juristas, médicos, boticários, professores, jornalistas. Esse setor forneceu um contingente importante de revolucionários.
- **Pequena burguesia artesanal e lojista:** parcela importante da burguesia (2/3), que defendia a regulação (corporações) e era contra a livre

concorrência capitalista. É desse setor que saíram os sans-culottes.

- **Grande burguesia de negócios:** vivia de altas rendas.
- **Burguesia financeira:** banqueiros, alta burguesia que fornecia crédito ao Estado.
- **Burguesia mercantil:** lucrava com o comércio externo.
- **Burguesia manufatureira:** surgiu do trabalho artesanal doméstico, desenvolvendo-se como empresários em variados ramos industriais, com grande diversidade de riqueza e poder.

As burguesias comercial e industrial foram as grandes dirigentes do processo revolucionário.

A França Napoleônica: consolidação e expansão da revolução

A França de 1799, internamente, estava em meio aos conflitos entre as diversas frações de classe da burguesia e também de seu setor burguês mais conservador com os setores populares, como foi a Conjuração dos Iguais, de 1796. Externamente, estava envolvida nos conflitos bélicos contra a Segunda Coligação. Além disso, estava em curso a Revolução Industrial, na Inglaterra. Foi nesse contexto que Napoleão Bonaparte, destacado general das lutas contra a reação estrangeira, junto com os setores da alta burguesia, participou ativamente do golpe de Estado de 18 de Brumário (9 de novembro) de 1799.

A instabilidade política e social predominava na França revolucionária, levando o pânico à burguesia, como atestou Madame de Staël: "Chegaremos a um momento [...] em que nada se poderá recuperar, nem a liberdade, nem a propriedade, nem a Constituição – garantia de uma e de outra". (Apud SOBOUL, 1974, p. 486). Mesmo após sucessivos golpes eleitorais, os girondinos não encontraram a estabilidade pretendida. A dinâmica democrática empreendida pela Revolução não garantia mais a segurança de seus interesses. Com a justificativa de uma suposta rebelião que seria organizada pelos jacobinos, setores da alta burguesia do Diretório, juntamente com Napoleão, decretaram o fim do Diretório e a organização de um Consulado provisório, tendo Sieyes, Roger Ducos e Napoleão Bonaparte como cônsules da República Francesa. Duas Comissões foram criadas para garantir a votação de

leis e da revisão constitucional apresentadas pelos cônsules, sendo que essa nova regulamentação assegurava, em seu artigo 12, "consagrar inviolavelmente a soberania do povo francês, a República una e indivisível, o sistema representativo, a divisão de poderes, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade". (Ibidem, p. 488). O que a alta burguesia desejava era encerrar a fase revolucionária, garantindo seus interesses, ameaçados pelo período de radicalização democrática jacobina.

O campesinato foi outro importante setor que esteve na base de apoio social de Napoleão, pois almejava garantir sua propriedade, conquistada nos primeiros anos revolucionários e que, uma vez alcançada, deveria ser garantida diante da instabilidade política e social que prosseguia. Napoleão sustentava-se por dois importantes setores sociais, a alta burguesia e o campesinato, além do aparato militar.



Refleta

Diante do relativo equilíbrio de forças entre os setores mais radicalizados e os mais conservadores, como a alta burguesia poderia encontrar as condições de estabilização da ordem política, econômica e social? A bandeira democrática levantada por todo o Terceiro Estado, em 1789, tornou-se um perigo para a alta burguesia? Como a ditadura de Napoleão pode ser compreendida num processo histórico conhecido por sua radicalidade democrática?

Napoleão Bonaparte inaugurou o período do Consulado (1799-1804) como cônsul, depois como cônsul vitalício até assumir como Imperador. Nesse primeiro período do Consulado, atendendo as expectativas da alta burguesia e do campesinato, houve uma relativa estabilidade interna e externa. Em 1800, foi fundado o Banco da França e uma nova moeda, o franco. As relações com a Igreja Católica foram estabilizadas. Na condição de primeiro cônsul, Napoleão centralizou politicamente as decisões do Consulado em suas mãos. Em 1804, um novo Código Civil foi promulgado, assegurando os interesses da alta burguesia e controlando, por meio de repressões e proibições legais, o funcionamento das organizações populares. Houve uma importante reforma educacional, sob responsabilidade estatal. A escravidão nas colônias foi retomada. Garantida essa estabilidade, Napoleão recebeu, em 1804, o título de cônsul vitalício e, em seguida, o de Imperador Napoleão I. A mesma burguesia que destronou um rei permitiu

uma nova forma monárquica, só que revestida de um conteúdo completamente distinto. Tratava-se de uma sociedade burguesa.

No período Imperial, Napoleão I viu-se, novamente, diante de mais uma investida militar estrangeira, a Terceira Coligação, com Inglaterra, Rússia e Áustria como inimigas. Se no combate marítimo a França foi derrotada na batalha de Trafalgar, em terra consolidava sua hegemonia, transformando o continente europeu em seu espaço de influência, rivalizando com a Inglaterra a disputa pelo controle econômico. Nesse sentido, em 1806, Napoleão I decretou o Bloqueio Continental, exigindo que os países europeus não mais realizassem comércio com a Inglaterra. As denominadas Guerras Napoleônicas iniciaram-se. A Quarta Coligação (1806-1807) e a Quinta Coligação (1809) foram derrotadas por Napoleão I, ampliando ainda mais a influência não só do Imperador, mas o legado da Revolução Francesa para os demais países europeus. As velhas estruturas aristocráticas e feudais foram desestruturadas pelo avanço mercantil e do ideário liberal burguês, tendo o Código Napoleônico como um instrumento poderoso nesse processo.

Nessas guerras, a Inglaterra operava por meio de seus aliados, buscando desgastar a França, como foi o caso da intrincada luta na Espanha, em que Napoleão I nomeou seu irmão como governante, impulsionando uma prolongada luta por toda a região. Em Portugal, com o avanço das tropas francesas, o Reino foi transferido para o Brasil, em 1808, com apoio da marinha inglesa.

No campo econômico, a França não possuía a mesma capacidade da Inglaterra, que vivenciava sua Revolução Industrial, o que impedia Napoleão de manter seu bloqueio econômico. A Rússia, naquele momento, rompe com o bloqueio e reestabelece relações comerciais com a Inglaterra, provocando a investida militar francesa sobre o seu território, a partir de 1811. Diante do poderio do exército francês, o czar Alexandre I adotou a tática da "terra arrasada", evacuando e destruindo toda a região percorrida pelo exército invasor que, sem possibilidade de abastecimento, teria seu poder enfraquecido, o que de fato aconteceu quando chegaram em Moscou e encontraram uma cidade destruída e abandonada em 1812. Foi nesse momento, com o exército de Napoleão debilitado, que as tropas russas avançaram sobre os franceses que, piorando ainda mais a situação francesa, estavam diante da investida militar da Sexta Coligação (1813), que contou com

Inglaterra, Áustria, Prússia, além da Rússia. Com o recuo dos franceses do território russo, iniciou-se a fase de derrotas de Napoleão I, que, em 1814, foi obrigado a assinar o Tratado de Fontainebleau, sendo deposto do trono, refugiando-se na ilha de Elba, no Mar Mediterrâneo.

Em seguida, a dinastia Bourbon, interrompida em 1789, foi retomada com a posse de Luís XVIII, irmão de Luís XVI, que ficou no trono por pouco tempo. Napoleão, fugindo de Elba, chegou na França em 1815, com cerca de mil e duzentos soldados, retomando o comando do país. Luís XVIII refugiou-se na Bélgica e o novo governo de Napoleão durou apenas três meses, enfrentando a Sétima Coligação, em 1815, que, na batalha de Waterloo, definitivamente, encerrou o período napoleônico.

A restauração e o Congresso de Viena

Com a formação da Sexta Coligação, em 1813, após a batalha das Nações, que venceu o exército de Napoleão, também foi organizado um Congresso que reuniu os países envolvidos naquela Coligação com o objetivo de restaurar a ordem política anterior ao processo revolucionário de 1789, o que, evidentemente, era muito difícil. A restauração política não significou a restauração das relações econômicas e sociais. As transformações produzidas pela Revolução Francesa provocaram uma profunda alteração econômica e social na França e em outros países. As relações sociais de produção feudais foram destruídas, novas forças produtivas foram impulsionadas. A Revolução Industrial na Inglaterra reforçava isso, novas formas de produção consolidavam a ordem burguesa. Isso não podia ser revertido.

É nesse contexto que o Congresso de Viena, na Áustria, foi organizado. Os países envolvidos pretendiam restaurar as monarquias existentes antes do período revolucionário e das guerras napoleônicas e suas fronteiras territoriais. A força de países como a Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia, que haviam conquistado territórios importantes, impediu que os antigos territórios fossem restaurados. A Inglaterra conquistou a ilha de Malta, no Mediterrâneo, além de importantes colônias pelo mundo afora. A Rússia conquistou uma parte significativa da Polônia. A Itália foi, mais uma vez, fragmentada. A Prússia conquistou parte do território polonês e uma parte do Império Germânico. A Áustria também conquistou parte da Polônia e do norte da Itália.

Outro resultado do Congresso de Viena foi a organização da denominada Santa Aliança, que buscou organizar a resistência diante

das ideias liberais e progressistas difundidas pela Revolução Francesa. Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e, após 1818, a França formavam a aliança para a manutenção das monarquias existentes e para o combate contra as manifestações nacionalistas que surgiram, como foram os casos da repressão sobre a tentativa de unificação alemã, em 1819, na Itália, em 1821 e na Espanha, em 1822.

Conforme você viu anteriormente, essa restauração foi incompleta, pois o processo de mercantilização estava superando as antigas formas de produção feudal e suas formas políticas de dominação, permitindo que as ideias liberais conquistassem cada vez mais espaço. O que o Congresso de Viena pretendia era bloquear um processo histórico que estava em pleno desenvolvimento, o que limitou os objetivos restauradores da Santa Aliança. A própria Inglaterra, que participou ativamente nesse processo, objetivava muito mais a liquidação de um importante rival no campo político e econômico do que impedir o desenvolvimento de uma nova dinâmica social burguesa. Para os ingleses foi importante ampliar o seu mercado consumidor, que significava a ampliação das relações mercantis na Europa, a independência de países coloniais, como foram os casos dos processos latino-americanos, que os colocaram em rota de colisão com os demais países da Santa Aliança.

Mesmo com a restauração monárquica na França, em 1830, com a ascensão de uma nova dinastia, a dos Orléans, houve uma guinada liberal, encerrando a fase da restauração europeia, que durou entre 1815 e 1830. A Revolução Francesa aterrorizou o mundo conservador, alterando profundamente a realidade não só europeia, mas de todo o mundo. A Restauração foi um intervalo nesse processo, sendo uma forma de contenção dos seus aspectos mais radicais. As revoluções burguesas que surgiram depois disso foram muito mais contidas.

Transformações na Europa: o legado revolucionário

A destruição da ordem feudal francesa foi o resultado imediato da Revolução Francesa, o que não significou que o desenvolvimento capitalista fosse imediato, ele foi lento, mas destravado pela Revolução, que permitiu também a existência de um moderno Estado burguês. A fase jacobina da Revolução é que permitiu isso, enquanto que as fases iniciais (1789-1792), do Termidor (1795-1799) e do Período Napoleônico (1799-1815) estavam sob controle da alta burguesia que, usufruindo

de toda a radicalidade do processo, estancou suas consequências democratizantes, que ameaçaram inclusive a propriedade privada, como foi a Conjuração dos Iguais.

Albert Soboul (1974) destaca a originalidade e a radicalidade da Revolução Francesa em relação às demais revoluções burguesas nos seguintes aspectos: a radicalidade democrática, principalmente no período da Convenção Nacional (1792-1795); a força e radicalidade do campesinato, que revolucionaram as relações sociais de produção feudais, constituindo-se num importante setor social; a radicalidade da luta de classes, que permitiu à burguesia a destruição do Antigo Regime, a revolução camponesa e popular empurrou a revolução adiante, demonstrando que os setores subalternos possuíam uma força incontestável; a expansão da revolução burguesa pela Europa; a revolução clássica, ou seja, a típica revolução burguesa que não fez concessões às antigas formas políticas pré-capitalistas.

Sobre o legado revolucionário, Hobsbawm afirma:



Se a economia do mundo no século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. [...] foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto das bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa. (HOBASBWM, 2000, p. 71-72)

Esta passagem do historiador expressa a grandiosidade do processo revolucionário francês. O mundo podia ser transformado

conscientemente pela ação humana. Esse legado permitiu novas perspectivas societárias, um mundo a ganhar, principalmente para os setores subalternos.



Assimile

O Período Napoleônico deve ser compreendido como um processo de consolidação da Revolução Francesa, mais precisamente como consolidação da hegemonia da alta burguesia, que conduziu inicialmente o processo revolucionário com os diversos setores do Terceiro Estado, mas que a radicalização democrática do processo escapou de suas mãos, permitindo que as frações médias e pequenas da burguesia ampliassem os alcances da Revolução. Este mesmo setor radicalizado, os jacobinos, também encontraram nos sans-culottes, setores populares empobrecidos, uma radicalização ainda maior, o que expressava com nitidez os interesses defendidos pelas classes sociais em luta. Todas as contradições possíveis vieram à tona no processo revolucionário francês. A reação termidoriana, com os girondinos, foi a tentativa insuficiente de frear a radicalidade democrática, o que levou esses setores a encontrarem na ditadura de Napoleão as condições necessárias para a estabilidade de seus interesses políticos, econômicos e sociais. O relativo equilíbrio de forças entre os setores mais radicais e os mais conservadores é que permitiu a existência de um personagem histórico como Napoleão que, de antigo defensor dos jacobinos, amparado pelos interesses da alta burguesia, apoiado pelos camponeses, trouxe uma relativa estabilidade interna e externa. Internamente, reprimiu a radicalidade democrática, externamente, ampliou a influência da Revolução Francesa para quase todo o continente europeu.

A dinâmica mercantil em curso não foi alterada com a tentativa de restauração monárquica após o período napoleônico, sendo apenas um intervalo malsucedido desse processo. As transformações da Revolução Francesa, sendo uma clássica revolução burguesa, permitiram que a burguesia, em diversas localidades, transformassem seu poder econômico em poder político, consolidando o modo de produção capitalista.



Pesquise mais

Para uma melhor compreensão do papel de Napoleão Bonaparte no processo da Revolução Francesa, sugerimos o artigo de Luciano Canfora, que busca tratar das contradições desse personagem histórico na expansão do ideário liberal pela Europa.

Sem medo de errar

No “Diálogo Aberto” você encontrou uma situação imaginada sobre uma aula em que o professor debateu as contradições sociais que estavam em curso no processo da Revolução Francesa. Nesse sentido, sugeri para a turma, após sua exposição panorâmica sobre as fases da Revolução Francesa, que respondessem a algumas questões: como a Revolução Francesa pode ser compreendida no processo de transição feudal-capitalista? Quais foram as principais contradições no interior da própria burguesia? Quais as principais contradições entre a burguesia e os demais setores do Terceiro Estado? Como os demais setores europeus reagiram diante da Revolução Francesa? Para que você colabore nas respostas a estas questões, segue na sequência um roteiro de reflexões que podem ajudá-lo.

A Revolução Francesa pode ser compreendida como um processo de transição feudal-capitalista da mesma forma que as demais revoluções burguesas, adquirindo características próprias, classificando-a como uma clássica revolução burguesa na medida em que destruiu as relações sociais de produção feudais e seu aparato político, substituído por uma República. Isso não significou a construção imediata de um modo plenamente capitalista, como estava em curso na Inglaterra, mas destravou as condições de seu desenvolvimento. Isso colocou em movimento novas contradições no interior da classe dirigente da Revolução. Enquanto à alta burguesia interessava um processo de transição mais pactuado, às demais frações burguesas, junto a outros setores populares, interessava um processo de transição mais acelerado e radicalizado. Essas contradições expressavam as divergências entre girondinos e jacobinos, entre jacobinos e sans-culottes, e também pelas medidas adotadas em cada momento do processo revolucionário. A democratização das relações sociais foi colocada à prova a cada momento, tendo seu desfecho na implantação da ditadura do Consulado, sob governo do Imperador Napoleão I.

Mesmo sob controle de sua vertente mais contida e moderada, a Revolução Francesa assustou a Europa e o Mundo, provocando

reações dos setores ligados ao Antigo Regime, que organizaram várias Coligações para o enfrentamento militar com a França, que, por sua vez, buscou ampliar sua influência pelo mundo afora.

Faça valer a pena

1. A Revolução Francesa de 1789 foi considerada uma clássica revolução burguesa, na qual as relações sociais de produção feudal foram destruídas durante o processo revolucionário, principalmente na fase jacobina, momento de maior radicalização.

Os interesses da burguesia estão corretamente indicados na alternativa:

- a) Havia diferenciados interesses entre as frações de classe da burguesia.
- b) Os interesses da burguesia eram homogêneos, permitindo uma unidade contra o Antigo Regime.
- c) Os interesses da burguesia coincidiram com os interesses dos sans-culottes, permitindo unidade nas ações revolucionárias.
- d) Os interesses das burguesias eram divergentes entre as suas diversas frações, impedindo que a Revolução Francesa destruísse o antigo Regime.
- e) As divergências entre os diversos setores da burguesia permitiram aos sans-culottes ampliarem seus interesses durante a Revolução.

2. A Revolução Francesa passou por diferentes etapas, com contradições entre os diferentes setores revolucionários e também com as antigas classes dominantes do Antigo Regime, tendo seu desfecho na transição da fase Termidoriana para o Consulado, com Napoleão Bonaparte.

Assinale a alternativa que indica corretamente o sentido dessa transição.

- a) A consolidação dos interesses jacobinos.
- b) A consolidação dos interesses dos sans-culottes.
- c) A consolidação dos interesses da alta burguesia.
- d) A consolidação dos interesses de toda a burguesia.
- e) A consolidação dos interesses do Antigo Regime.

3. A expansão da Revolução Francesa, por meio das ações militares de Napoleão Bonaparte, buscou consolidar os interesses econômicos franceses sobre a Europa, encontrando na Inglaterra, sua principal rival comercial, um importante obstáculo.

Qual foi a principal medida adotada pela França para garantir seus interesses econômicos no período napoleônico?

- a) A Santa Aliança.
- b) O Bloqueio Econômico da França com a Inglaterra.
- c) A adoção de medidas protecionistas na economia francesa.
- d) O Bloqueio Continental.
- e) O aumento dos impostos alfandegários de produtos ingleses.

Seção 1.2

Industrialização e luta operária no século XIX

Diálogo aberto

Em sua aula sobre o desenvolvimento capitalista no século XIX, na disciplina de História Contemporânea, o professor apresentou os conteúdos que seriam trabalhados naquele momento, destacando que, no século XIX, na Europa, o capitalismo consolidou-se após um longo período de desenvolvimento, desde o ressurgimento, passando pelo período mercantilista, chegando até a Revolução Industrial, momento em que essa nova ordem social se estabelece. A antiga ordem feudal foi substituída pela ordem burguesa, produzindo consequências políticas, econômicas e sociais, que seriam debatidas em sala de aula.

Nesse sentido, o professor lançou algumas questões iniciais para que os alunos refletissem sobre importantes aspectos dos conteúdos que seriam desenvolvidos: de que forma o capitalismo consolidou-se no século XIX? Quais as suas especificidades? O que o diferencia do momento anterior mercantilista? O que representou a Revolução Industrial nesse processo? Quais as mudanças pelas quais o capitalismo passou no final do século XIX? Como se deu a organização do movimento operário nesse momento de consolidação capitalista?

Com isso, você sugeriu aos alunos que esboçassem algumas reflexões iniciais, que buscassem em suas leituras e nas aulas desenvolvidas mais argumentos para organizar uma exposição sobre as questões levantadas.

Não pode faltar

Introdução

Na seção anterior, você encontrou a expressão “dupla revolução”, denominada pelo historiador Eric Hobsbawm, referindo-se à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, que marcaram o processo de consolidação da sociedade burguesa. Além disso, essas duas revoluções devem ser compreendidas dentro de um mesmo processo histórico, ainda que possuam suas especificidades. Elas estão interligadas historicamente pela dinâmica mercantil desenvolvida que superou a

barreira das relações sociais de produção feudais que existiam não só nos dois países como pela Europa, permitindo que as novas classes burguesas se transformassem em classes econômica e politicamente dominantes. Vimos também que não podemos separar os aspectos políticos, sociais e econômicos desses processos históricos, que estão interligados. Mas podemos fazer um exercício metodológico de análise de cada um desses aspectos específicos para, em seguida, termos uma análise mais rica de sua totalidade. Nesse sentido é que podemos destacar a importância política da Revolução Francesa, em função da radicalidade de seu processo, e também a importância econômica do desenvolvimento capitalista na Inglaterra, dada a sua originalidade no desenvolvimento de novas formas de produção da riqueza. É este último aspecto que veremos aqui nesta seção.

De maneira geral, podemos dividir a história do capitalismo em três grandes fases. A fase mercantil, originada desde o processo de ressurgimento mercantil, urbano e cultural dos séculos XII e XIII, passando pelo Renascimento, chegando até o período das Grandes Navegações, do Colonialismo e do tráfico transatlântico de escravizados. Nessa fase inicial, os países mercantilistas acumularam riquezas oriundas da exploração comercial pelo mundo afora. Além disso, em alguns países, como Inglaterra e Bélgica, novas formas de produção surgiram: a produção mercantil agrícola e uma nascente indústria têxtil. Esse processo ocorreu sob proteção de variadas monarquias, ainda sob a dinâmica feudal. Na medida em que as relações mercantis se intensificaram, ou seja, novas forças produtivas se desenvolveram, elas entraram em choque com as antigas relações de produção feudais. Os interesses econômicos burgueses entraram em choque com os interesses feudais, provocando conflitos, guerras e revoluções. A Revolução Inglesa de 1642-1688 representou exatamente isso. A burguesia inglesa transformou seu poder econômico em poder político, instituindo uma monarquia parlamentarista. Em seguida, a nova classe dominante acelerou as transformações bloqueadas pelas antigas relações feudais, expulsando camponeses e servos do campo, cercando as terras para a produção mercantil de alimentos e de criação de ovelhas para a indústria têxtil, rompendo com os monopólios das corporações de ofício para aumentar a produção de mercadorias que seriam vendidas pelo mundo afora, enfim, colocou em marcha uma nova forma de produção de riqueza, consolidada com a I Revolução Industrial (1780-1840), que inaugurou a segunda grande

fase de desenvolvimento capitalista, a fase concorrencial, marcada pela exploração da força de trabalho assalariada, pela industrialização, pela urbanização e por novas contradições sociais, que você verá nesta seção. É no final do século XIX, com a crise econômica de 1873-1895, que o capitalismo vivenciou um novo momento, a fase monopolista e imperialista – na qual a concorrência entre as fábricas foi substituída pelos grandes monopólios e/ou oligopólios, tendo o Estado como suporte necessário para o controle político e/ou econômico de regiões produtoras de matérias-primas –, de controle sobre novos mercados consumidores, de exploração de novas riquezas. É exatamente nessa transição que ocorre a II Revolução Industrial. É a partir desse contexto geral que devemos compreender o século XIX na Europa.

A Revolução Industrial, a consolidação do capitalismo e o movimento operário

A Revolução Industrial ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro entre os anos 1780-1840, e o segundo no final do século XIX. Há diferenças importantes entre eles em função do desenvolvimento e das contradições históricas do modo de produção capitalista.

Para que você compreenda melhor essas diferenças, vamos rever algumas características da I Revolução Industrial. Hobsbawm afirmou que “quem fala da Revolução Industrial fala do algodão” (1983, p. 53), ou seja, a indústria têxtil foi a pioneira no processo de industrialização. O algodão foi um subproduto do comércio internacional e colonial, sem o qual a Revolução Industrial não poderia ser explicada. Até o começo do século XVIII a única fabricação de algodão puro estava na Índia, comercializada pelas companhias marítimas, recebendo oposição dos produtores ingleses de lã, linho e seda. Em 1700, a importação de algodão foi proibida, incentivando sua produção local. Até 1770, mais de 90% das exportações do algodão dirigiam-se para as colônias, principalmente para a África. Com o aumento da produção têxtil na Inglaterra foi necessário o suprimento de algodão pelas colônias e, principalmente, após 1790, das plantações do sul dos Estados Unidos. A moderna indústria têxtil que nascia convivia com antigas formas de produção da riqueza: “O mais moderno centro de produção preservou e ampliou, assim, a mais primitiva forma de exploração do trabalho, a escravatura” (Ibidem, p. 55). Além dessa contradição, outra merece destaque: enquanto as justificativas teóricas do liberalismo econômico

e da livre concorrência surgiram, o comércio de algodão foi garantido pelo monopólio.

A I Revolução Industrial inaugura uma nova forma de produção: a fábrica, e três grandes invenções aumentaram vertiginosamente a produtividade do trabalho: a Spinning Jenny (1767), máquina que possibilitou o trabalho com vários fios de uma só vez; a Water Frame (1768), pelo uso da força hidráulica, e Mule (1779), fusão das duas máquinas anteriores. Entre 1815 e 1840, houve a disseminação da produção fabril em todas as atividades algodoeiras, facilitada por uma tecnologia relativamente simples, de fácil propagação, permitindo uma certa facilidade de enriquecimento dos empresários envolvidos nesse processo industrial. A ampliação do horário de trabalho com iluminação a gás, em 1805, facilitou ainda mais isso. As novas tecnologias ocuparam o lugar das antigas (teares mecânicos ocuparam o lugar dos teares manuais, entre outros).

Essa rápida propagação tecnológica permitiu, nesse momento inicial, a existência de pequenas e médias indústrias, ou seja, um processo de industrialização descentralizado, e o surgimento de um forte movimento operário, que veremos adiante. Hobsbawm indica que esse processo teve um caráter revolucionário. Vejamos:

Como numa inundação repentina, desapareceram as constituições medievais e as limitações da atividade econômica, maravilhando-se os homens de Estado ante o fenômeno grandioso que não podiam assimilar nem acompanhar. A máquina servia obedientemente ao espírito do homem. No entanto, enquanto a maquinaria apequenava a força humana, o capital triunfava sobre o trabalho e criava uma nova servidão. [...] A mecanização e a divisão do trabalho, incrivelmente complexa, fazem decrescer a força e a inteligência que são necessárias entre as massas, e a concorrência deprime seus salários ao mínimo da subsistência. Nos momentos daquelas crises de mercados saturados, que se verificam em períodos cada vez mais curtos, os salários caem abaixo desse mínimo de subsistência. Com frequência o trabalho cessa inteiramente por algum tempo... e uma massa de miseráveis é exposta à fome e a todas as torturas da privação. (HARKORT apud HOBBSAWM, 1983, p. 61-62)



Essa citação condensa variadas questões importantes. Inicialmente, o caráter revolucionário do processo de transformação das antigas formas de produção feudais para as modernas formas de produção capitalistas, ainda incipientes. Em seguida, o aumento da capacidade humana no controle sobre a natureza, permitindo uma capacidade produtiva do trabalho inimaginável no momento anterior. Por outro lado, as antigas classes trabalhadoras – servos, camponeses e artesãos – expropriadas de suas antigas formas de produção, foram transformadas em trabalhadores assalariados. A burguesia, detentora privada dos novos meios de produção – fábricas, terras, comércio, bancos, entre outros – submeteu essa nova classe social, o moderno proletariado, a vender a única coisa que lhe restou: sua capacidade de trabalho, trocada por um salário. A moderna forma de exploração do trabalho assalariado foi marcada, segundo Marx, em sua obra *O Capital*, pela extração de mais-valia dos trabalhadores, ou seja, pela expropriação de uma riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores e que não lhe é paga, que os trabalhadores produzem ao longo de suas jornadas de trabalho e da qual o capitalista se apropria. Dito de outro modo, numa determinada jornada de trabalho, os trabalhadores produzem dois conjuntos de valores novos (capital variável), um referente aos seus próprios salários, e outro adicional, apropriado pelo detentor privado dos meios de produção, o capitalista. Além disso, também transferem valores antigos (capital constante), que são as matérias-primas, o desgaste de máquinas e das instalações etc. para as novas mercadorias produzidas.

Nesse primeiro momento do capitalismo industrial, entre as duas revoluções industriais, o processo de exploração do trabalho assalariado foi marcado pela extração de mais-valia absoluta, conforme Marx desenvolveu em sua obra prima, e que Hobsbawm (1983) destaca acima. O que significou isso? A mais-valia absoluta possibilitou uma rápida extração de riqueza por meio da superexploração do trabalho, ou seja, pelo aumento constante da jornada de trabalho, pela diminuição dos salários e pela intensificação do ritmo de trabalho. Esses três elementos compõem a mais-valia absoluta e permitem que o capitalista extraia uma maior quantidade de trabalho e riqueza dos trabalhadores num curto espaço de tempo.

Conforme destaca o historiador Hobsbawm (1983), as consequências desse processo são desumanizadoras: uma massa de gente miserável passa a ser parte da vida urbana das cidades industriais,

que se alteraram radicalmente. Um exemplo disso é a multiplicação da população de Manchester, que, entre 1760 e 1830, foi de 17 mil para 180 mil habitantes. Essa forma de exploração do trabalho produziu jornadas de trabalho extensas, chegando a 16 horas diárias, a inclusão de mulheres e crianças na produção para a diminuição dos salários, o controle brutal sobre os trabalhadores no processo produtivo. A vida dos trabalhadores ingleses, no século XIX, foi marcada pela miséria e pela repressão. Não havia direitos trabalhistas. A insegurança da vida fabril contrastava com a antiga vida no campo, com seus modos e tempos completamente diferenciados.



Reflita

A quantidade de trabalhadores disponíveis era maior que a capacidade de absorção das fábricas, o que permitia aos capitalistas um controle ainda maior sobre a massa trabalhadora na medida em que aqueles que estavam desempregados cumpriam um papel tão importante como os que estavam empregados, ou seja, o desemprego funcionava como um elemento de chantagem sobre os empregados, que temiam perder seus empregos para os que estavam fora da fábrica. A concorrência entre os capitalistas também se reproduzia entre os trabalhadores, facilitando o processo de dominação burguesa.

Isso não impediu que os trabalhadores se organizassem. Variadas formas de solidariedade foram construídas, como, por exemplo, as sociedades de ajuda mútua, em que vizinhos e/ou companheiros de trabalho organizavam “caixinhas” financeiras para socorro em caso de urgência (fome, doença), as formas diversas de contestação operária como o movimento Ludista, que se dirigiu contra a maquinização das fábricas na Inglaterra, movimento liderado pelo operário Ned Ludd, que se alastrou por várias cidades, promovendo a quebra de máquinas. Com o avanço tecnológico, inicialmente, os trabalhadores identificaram nas máquinas os motivos para o aumento de desemprego, o que motivou esse movimento contestatório. Desse movimento inicial, os operários organizaram seus próprios instrumentos de luta, as trade unions – os sindicatos – órgãos que iniciaram reivindicações por maiores salários, menores jornadas de trabalho, melhores condições de trabalho, movimento oposto ao processo de extração de mais-valia absoluta, o que intensificou a luta de classes, a repressão patronal e do Estado e as formas de luta e organização dos trabalhadores, que evoluíram para além das reivindicações econômicas, exigindo também

direitos políticos, como foi o caso do cartismo, primeiro movimento de massas com exigências políticas, entre elas, o voto universal. Esse movimento ficou conhecido como cartismo pelo lançamento da Carta do Povo, de 1848, que obteve cerca de cinco milhões de assinaturas exigindo direitos políticos e econômicos.

Na medida em que o capitalismo se desenvolvia, crescia em quantidade e qualidade a organização dos trabalhadores, que se internacionalizava com intercâmbios, fundações de organizações de trabalhadores internacionais, com destaque para a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. É nesse momento também que variados partidos políticos de trabalhadores são organizados e que, em meio à guerra franco-prussiana, os operários tomam a cidade de Paris e instauram, em 1871 um governo revolucionário, inaugurando a primeira tentativa de uma sociedade anticapitalista, fato conhecido como a Comuna de Paris.

Voltando à citação de Hobsbawm, a necessidade do lucro capitalista exigia a extração da mais-valia absoluta e, por outro lado, os trabalhadores estavam organizados no sentido contrário. Como esse impasse foi resolvido? Marx, estudando o desenvolvimento capitalista, também identificou que o seu processo se dava por meio de constantes crises cíclicas e periódicas, ou seja, o capitalismo não produzia para satisfazer as necessidades humanas, mas para produção do lucro. Nesse sentido, periodicamente o sistema produzia para além da capacidade de consumo social, ou seja, chegava a um momento cíclico de superprodução de mercadorias. Chegado a esse momento, os capitalistas eram obrigados a diminuir a produção de mercadorias, resultando um momento de recessão (ou depressão, a depender da gravidade da crise), seguido por um processo de retomada do crescimento e de novo momento de superprodução. Esse processo de crescimento, superprodução, recessão era da natureza do desenvolvimento capitalista, produzindo, portanto, crises cíclicas e periódicas. Os capitalistas não conseguiam evitar as crises, mas podiam amenizá-las com as ações do Estado, que agia como um elemento de contra tendência das crises.

Mas, ainda não respondemos à pergunta anterior sobre o impasse relacionado à forma de exploração da mais-valia absoluta e os interesses dos trabalhadores. Para respondermos isso, além da compreensão dos processos de crises capitalistas, é preciso resgatar uma outra

questão importante que está relacionada a esta, a queda tendencial da taxa de lucro que Marx identificou como um elemento contraditório na dinâmica capitalista. Com o aumento do uso de tecnologias, que aumentava a produtividade do trabalho, algo contraditório ocorria: a diminuição da taxa de lucro dos capitalistas. Se o trabalho humano é que produz valor, o acréscimo de tecnologias poupa trabalho humano, reduzindo valor unitário das mercadorias, diminuindo também a taxa de lucro. Os capitalistas resolveram isso por meio de variadas medidas, que também permitiram resolver o impasse citado.

Se na I Revolução Industrial as tecnologias foram facilmente propagáveis, na II Revolução Industrial o processo foi diferenciado na medida em que as novas tecnologias eram muito mais sofisticadas, demandando um investimento muito mais alto que no momento anterior. Nessa segunda fase, a eletricidade foi descoberta, alterando radicalmente as formas de produção, a descoberta do aço permitiu mais durabilidade e revolucionou a indústria metalúrgica, novos meios de transporte como a ampliação das ferrovias, dos automóveis e aviões, de novos meios de comunicação com a invenção do telégrafo e telefone, e as transformações na indústria química com a introdução do uso do petróleo. Essas novas tecnologias permitiram uma produtividade do trabalho ainda maior. Mas, se o aumento da tecnologia produz uma queda tendencial na taxa de lucro capitalista, a solução para esse impasse decorreu, além desses fatores citados, da grave crise capitalista de 1873-1895, que provocou falências generalizadas não só na Europa, como em outras partes do mundo que se industrializavam. Essa crise permitiu que grandes empresas incorporassem pequenas e médias, sendo também um momento de formação do denominado capital financeiro, ou seja, a junção do capital bancário com o capital industrial. É nesse momento que os monopólios e oligopólios são constituídos, permitindo que os capitalistas solucionassem, em parte, os problemas decorrentes da queda da taxa de lucro. Se uma ou poucas empresas dominam um determinado mercado, elas impõem os preços muito acima do valor produzido, resolvendo o problema que enfrentavam com a taxa de lucro.

A monopolização e oligopolização da economia inaugurou a terceira grande fase de desenvolvimento capitalista, a fase monopolista e imperialista. Isso permitiu que grandes empresas comprassem grandes bancos, ampliando a capacidade de atuação dos capitalistas. Além disso, para garantir as matérias-primas necessárias para a II Revolução

Industrial, houve a necessidade de controle sobre as suas fontes, que, muitas vezes, estavam em diversos países. O neocolonialismo, com a partilha da África, por exemplo, é parte desse processo. O Estado atua em conjunto com os capitalistas para controle de fontes de matérias-primas, para a formação de novos mercados consumidores, para a exportação de capitais em formas de investimentos, empréstimos e a introdução de filiais de empresas.



Exemplificando

Diante da necessidade de formação de mercados consumidores, a Inglaterra, que havia se beneficiado do tráfico transatlântico de escravizados, ao longo do século XIX, altera sua postura e passa a combater a escravização e a dominação colonial na América Latina, tendo como objetivo impulsionar um mercado consumidor de seus produtos, rompendo com as formas escravistas de produção e com o monopólio comercial das colônias com suas metrópoles.

Com os investimentos tecnológicos produzidos ao longo do século XIX, principalmente nessa segunda fase, a queda tendencial da taxa de lucro foi parcialmente resolvida, já que a concorrência não foi totalmente suprimida pela fase monopolista, mas adquiriu uma nova qualidade, sendo uma concorrência entre grandes monopólios, o que permitiu que os valores unitários das mercadorias continuassem a cair, ainda que num ritmo relativamente controlado. É isso que possibilitou aos capitalistas resolverem, parcialmente, o impasse com a classe trabalhadora. Com uma nova dinâmica tecnológica em curso, com uma relativa diminuição dos valores das mercadorias, os produtos necessários para a sobrevivência dos trabalhadores também diminuíram, o que permitiu uma melhora nas condições de vida e de trabalho para uma parcela da classe trabalhadora, amenizando os conflitos gerados pela forma absoluta de extração de mais-valia. Essa nova forma de exploração foi denominada como mais-valia relativa, ou seja, com as novas tecnologias e com o aumento da produtividade do trabalho, não houve a necessidade do aumento da jornada e da diminuição dos salários. Se a mais-valia absoluta trouxe um rápido retorno lucrativo para os capitalistas, a mais-valia relativa permitiu uma concentração de riqueza ainda maior. Evidentemente que essa realidade não foi generalizada, a dinâmica capitalista conviveu com as duas formas de extração de mais-valia, dentro de um mesmo país ou entre países diferentes.

A fase monopolista e imperialista do capital conformou a face das guerras contemporâneas que, na quase totalidade de suas ocorrências, foram provocadas pela concorrência entre grandes monopólios. A I Guerra Mundial, por exemplo, foi resultado disso. A Alemanha, que se industrializou tardiamente, encontrou um mundo ocupado pelos grandes monopólios e oligopólios, tendo que partir para o enfrentamento bélico para tentar garantir um espaço econômico num mundo partilhado por outras grandes potências.



Assimile

O desenvolvimento capitalista no século XIX deve ser compreendido por meio de suas contradições. A necessidade de aumento da riqueza capitalista esteve assentada na superexploração da classe trabalhadora. Se, por um lado, produziu uma transformação nunca antes vista na história, pois nenhum modo de produção anterior conseguiu produzir a quantidade de riquezas que o capitalismo produziu, por outro lado, essa imensa riqueza, produzida socialmente, foi cada vez mais apropriada privadamente, produzindo consequências que marcam as desigualdades sociais que conhecemos. A livre concorrência foi substituída pelos monopólios e oligopólios, que, por sua vez, representavam, qualitativamente, uma nova forma de concorrência.



Pesquise mais

Para compreender esse momento do desenvolvimento capitalista e suas consequências sociais, veja o filme *Daens – um grito de justiça*, que retrata as condições de vida e de trabalho dos operários belgas, assim como suas formas de lutas juntamente com o envolvimento do padre Daens, que se mobiliza em favor dos trabalhadores.

DAENS. Direção de Stijn Coninx. [S.l.]: Favorite Films; Films Dérives. 1993. 1 DVD.

Sem medo de errar

No “Diálogo Aberto”, você se deparou com uma situação imaginada em que o professor lançou algumas questões iniciais para debate entre os alunos e para a reflexão sobre importantes aspectos dos conteúdos que seriam desenvolvidos: de que forma o capitalismo se consolida no século XIX? Quais são as suas especificidades? O que o

diferencia do momento anterior mercantilista? O que representou a Revolução Industrial nesse processo? Quais as mudanças pelas quais o capitalismo passou no final do século XIX? Como se deu a organização do movimento operário nesse momento de consolidação capitalista? Vejamos alguns elementos que podem ajudá-lo nesse debate.

A consolidação do modo de produção capitalista no século XIX deve ser compreendida como resultado de um longo processo histórico marcado por algumas fases importantes, sendo que a fase inicial, o capitalismo mercantil, é que possibilitou o acúmulo necessário de riquezas e condições históricas para que o capitalismo industrial se desenvolvesse. Se na fase mercantil o lucro era gerado pelas transações comerciais, na fase industrial a extração de mais-valia da classe trabalhadora assalariada é que foi predominante, o que não significou diminuição da importância do comércio, mas sua subordinação ao processo produtivo industrial.

A Revolução Industrial, em suas duas fases, representou um salto de qualidade nesse processo. As descobertas e as novas formas de produção revolucionaram as relações sociais existentes, permitindo um aumento exponencial da produtividade do trabalho. Essas transformações alteraram profundamente a vida social europeia, que deixou de ser, predominantemente, um ambiente rural para se transformar num espaço cada vez mais urbano. Dito de outra forma, o campo foi subordinado pela cidade, a produção agrícola foi submetida à dinâmica mercantil capitalista.

O capitalismo em sua fase industrial passou por diferentes momentos, sendo que o inicial, do começo a meados do século XIX, foi marcado pela concorrência entre pequenas e médias empresas, pela existência de uma tecnologia facilmente propagável, pela superexploração do trabalho, enquanto que, a partir do final do século, o capitalismo entrou em sua fase monopolista e imperialista, na qual grandes conglomerados econômicos, sob proteção de seus respectivos Estados, passaram a dominar e controlar a economia mundial.

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento capitalista se consolidava, uma numerosa classe trabalhadora se organizava. Capital e trabalho formaram a unidade dialética desse novo modo de produção. Sendo uma unidade de contrários, capital e trabalho conformavam as novas contradições sociais. O lucro capitalista estava assentado na exploração da força de trabalho assalariada, cuja defesa

de seus interesses afetava a lucratividade do capital. É nessa contradição que parcela da classe trabalhadora vai adquirindo consciência de suas condições. Se, inicialmente, foi uma reação mais imediata para defender condições emergenciais de existência, ao longo do tempo, o proletariado construiu variadas formas de luta: sociedades de ajuda mútua, movimentos contestatórios, greves, sindicatos, partidos, insurreições. Na medida das mudanças nas formas do capitalismo, a classe trabalhadora foi obrigada a encontrar novas formas de defesa de seus interesses.

Faça valer a pena

1. O processo de desenvolvimento capitalista foi um longo período histórico de transição das relações sociais de produção feudais para as modernas relações sociais de produção industrial, tipicamente capitalista. Nesse percurso, podemos encontrar três grandes fases.

Indique a alternativa que aponta corretamente a sequência dessas fases:

- a) Fase monopolista e imperialista, fase mercantil, fase concorrencial.
- b) Fase mercantil, fase concorrencial e fase monopolista e imperialista.
- c) Fase concorrencial, fase monopolista e imperialista e fase mercantil.
- d) Fase mercantil, fase monopolista e imperialista e fase concorrencial.
- e) Fase concorrencial, fase mercantil e fase monopolista e imperialista.

2. No momento inicial do desenvolvimento do capitalismo industrial, com a I Revolução Industrial, os capitalistas encontraram na exploração da força de trabalho assalariado a principal forma de extração de riqueza, caracterizada como mais-valia absoluta.

Indique a alternativa correta para as principais características da mais-valia absoluta.

- a) Aumento dos salários, diminuição da jornada de trabalho e melhoria nas condições de trabalho.
- b) Participação nos lucros e rendimentos, direitos trabalhistas e rede social de proteção do trabalho.
- c) Trabalho voluntário, participação dos trabalhadores nas decisões empresariais.
- d) Aumento da jornada de trabalho, diminuição de salários e intensificação do trabalho.
- e) Aumento de salários, construção de bem-estar social, democracia operária.

3. No final do século XIX, a partir da crise econômica de 1873-1895, diante das inovações tecnológicas da II Revolução Industrial, o capitalismo vivenciou uma nova fase de desenvolvimento, marcada pelos oligopólios e monopólios econômicos.

Considerando as afirmações abaixo, indique a alternativa correta sobre as características nessa nova fase do capitalismo.

I – Controle de fontes de matérias primas.

II – Surgimento do capital financeiro.

III – Estímulo e controle sobre novos mercados consumidores.

IV – Neocolonialismo e partilha da África.

V – Defesa do planejamento econômico estatal.

a) Apenas a alternativa I está correta.

b) Apenas as alternativas I, II, III e IV.

c) Apenas as alternativas III, IV e V estão corretas.

d) Apenas as alternativas I e V estão corretas.

e) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.

Seção 1.3

Revolução e lutas sociais no século XIX

Diálogo aberto

Ao apresentar os principais conteúdos da aula sobre as lutas sociais no século XIX, na Europa, na disciplina de História Contemporânea, o professor solicitou à turma que apresentasse, a partir das aulas ministradas anteriormente, o contexto econômico, político e social do período. As intervenções dos alunos apontaram para a consolidação do sistema capitalista por meio de dois principais eventos – a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, para o período napoleônico, momento de avanço dos ideais burgueses pela Europa, para as transformações econômicas da Revolução Industrial, para a reação da classe trabalhadora diante dessas mudanças, que iniciaram a construção de suas ferramentas de lutas, entre outros fatores.

A partir dessa revisão e da apresentação dos conteúdos de sua aula, o professor lançou algumas questões que serviriam para um roteiro de seminário que os grupos apresentariam na aula seguinte: levando em consideração que a consolidação da ordem burguesa foi um longo processo histórico de desenvolvimento das relações mercantis e que as revoluções burguesas, até então ocorridas, representaram uma ruptura com as antigas relações sociais de produção feudais, de que forma as burguesias europeias lidaram com o legado da Revolução Francesa no século XIX? Os setores populares participaram ativamente das revoluções burguesas na Inglaterra e na França, ainda que sob liderança de outra classe social. Quais interesses uniram essas classes sociais? Esses interesses continuaram comuns durante o século XIX? Além do movimento operário sindical, quais foram as demais formas de luta da classe trabalhadora nesse período? Como se deu a relação entre os interesses econômicos e políticos da classe trabalhadora europeia no final do século XIX?

Para que os alunos preparem esse seminário, nesta seção encontraremos os conteúdos necessários para a preparação dessa apresentação. Veremos os processos revolucionários de 1830 e 1848, na Europa, as diversas formas de lutas da classe trabalhadora, em especial a Comuna de Paris, as divergências nas organizações internacionais dos trabalhadores e a luta feminista. Bons estudos!

Introdução

Você encontrou nas seções anteriores os processos históricos de consolidação da sociedade capitalista, fundamentalmente a partir do que Eric Hobsbawm denominou como a “dupla revolução”, ou seja, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, dois acontecimentos da maior importância para a transição da velha ordem feudal para a nova dinâmica social burguesa. Se o desenvolvimento mercantil e os ideais burgueses se desenvolveram num longo período histórico, a dupla revolução expressou uma ruptura. Willian Reich, sintetizando os elementos explicativos da lógica dialética, afirmou que “o desenvolvimento dialético é progressivo, mas em certos momentos progride por saltos” (1983, p. 73). Assim foram as contradições geradas por uma nova forma de desenvolvimento de relações sociais mercantis no interior da sociedade feudal, que passou por um longo período de amadurecimento e aflorou abruptamente por meio das revoluções burguesas e da Revolução Industrial. O mundo foi radicalmente transformado por esses eventos.

As revoluções de 1830 e 1848

As transformações produzidas pela dupla revolução abalaram o mundo. A Revolução Francesa e seus ideais foram difundidos no período napoleônico. A reação conservadora e a defesa dos interesses ingleses buscaram impedir o avanço francês pela Europa. Tratava-se de evitar outras “revoluções francesas”, que tanto aterrorizaram os partidários do antigo Regime. Em 1815, conforme visto na seção anterior, Napoleão Bonaparte foi deposto e Luís XVIII retomou o controle monárquico com a dinastia dos Bourbons. Muitas transformações da Revolução de 1789 não puderam ser desfeitas. O rei governou sob uma constituição e com um parlamento, contendo duas câmaras, uma com representantes nomeados pelo rei, com cargos vitalícios e hereditários (Câmara dos Pares), e outra eleita pelo voto censitário (Câmara dos Deputados), mas os avanços democráticos da Revolução foram restringidos. Entre 1815 e 1830, as disputas entre as variadas posições políticas continuaram. Em 1824, Carlos X, com a morte de Luís XVIII, assume o trono e buscou retomar os antigos privilégios do Antigo Regime, tendo forte oposição dos setores liberais, desembocando nas agitações revolucionárias de 1830. Insuflados pela burguesia, setores populares saíram às ruas

de Paris levantando barricadas em protesto contra as medidas do rei, lembrando o clima de efervescência de 1789. É nesse momento que Carlos X foge de Paris e a reação conservadora é estancada. O curso da história não podia mais ser detido, conforme expressão de Hobsbawm (2000), pois as transformações produzidas a partir de 1789 colocaram em movimento acelerado novas relações sociais de produção burguesas que medidas palacianas não podiam mais impedir. As agitações revolucionárias de 1830 tiveram repercussões sobre várias regiões europeias, permitindo, por exemplo, que a Bélgica conquistasse sua independência da Holanda, agitações na Polônia, na Itália, na Irlanda e na Alemanha tiveram caráter liberal, assim como as reformas inglesas de 1832. Todas elas influenciadas diretamente pela Revolução de 1830, que significou

[...] a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a “grande burguesia” de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas. (HOBSBAWM, 2000, p. 129)



Na França, Luís Felipe (o rei burguês), da dinastia dos Orléans, assume o governo monárquico com um programa liberal, mas mantendo o voto censitário. Seu governo atendeu exclusivamente os interesses da alta burguesia, evitando que medidas mais democratizantes colocassem em risco o controle do poder político. A burguesia francesa tirou lições de sua própria revolução, reprimindo tanto os setores reacionários como os setores populares, como se deu nos processos revolucionários de 1830. É nesse sentido, que podemos encontrar uma outra importância dessas agitações: “[...] 1830 determina uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa.” (Idem, p. 129). A pressão por reformas democratizantes continuou, culminando na “primavera dos povos”, em 1848, ou seja, as agitações de 1830 resultaram nas revoluções de 1848.

Vejamos com mais detalhes.

Em 24 de fevereiro de 1848, em Paris, explode um grande movimento revolucionário, que se espalha, entre 1848 e 1849, por vários países europeus como Prússia, Baviera, Saxônia e outras localidades da Confederação Germânica, territórios poloneses, Boêmia, Hungria, Estados italianos (NETTO, 2004, p. 49). Os proletários e os setores populares lideraram esses processos, exigindo reformas democratizantes, promessas das revoluções burguesas que não foram cumpridas. As antigas palavras de ordem burguesas foram transferidas para a classe trabalhadora, que se coloca de forma autônoma e independente diante da burguesia.



Refleta



Nunca houve algo tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta deflagração espontânea e geral [...]. O que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, 'a primavera dos povos' de todo um continente. (HOBSBAWM, 2000, p. 130)

Se ainda estava em curso um processo de transição feudal-capitalista na Europa, os processos revolucionários de 1848/49 já expressavam novas contradições sociais geradas pelo desenvolvimento capitalista?

É nesse momento imediatamente anterior às revoluções de 1848/1849 que Marx e Engels escrevem o *Manifesto do Partido Comunista*, defendendo a autonomia da classe trabalhadora. O *Manifesto* expressou teoricamente o que estava em curso na prática do movimento operário, a compreensão de que os interesses burgueses eram distintos dos interesses da classe trabalhadora, sendo também uma orientação para os revolucionários.

Participando ativamente desse processo, Marx e Engels seguem para Berlim, estreitam laços com o movimento operário e fundam um periódico, a Nova Gazeta Renana, para análise dos processos revolucionários, para orientação e para que seja um instrumento de debate entre os insurretos.

Em várias localidades europeias, essas agitações populares se depararam com realidades marcadas pelo Antigo Regime, com os quais as burguesias locais necessitavam romper. Na Revolução Francesa, a

burguesia mobilizou ativamente os setores populares para enfrentar os interesses feudais. Mas, nesse momento, as burguesias encontraram um problema qualitativamente diferente. Mesmo necessitando de apoio popular, esse setor representava perigo aos seus interesses. Se, na Revolução Francesa, a burguesia mobilizou um processo revolucionário radical, agora, necessitava de cuidados.

A derrota da aristocracia em sua defesa dos antigos privilégios, a consolidação das relações sociais burguesas em importantes regiões, levou as demais burguesias a construírem suas revoluções burguesas pelo “alto”, ou seja, em acordo com as antigas classes dominantes. Se, nos momentos anteriores, a burguesia foi revolucionária, agora tratava-se de conservar a ordem. As novas contradições sociais permitiram que a classe trabalhadora assumisse o projeto revolucionário, anteriormente assumido pela burguesia. Se a emancipação política foi conquistada pelas revoluções burguesas, a emancipação humana seria obra da classe trabalhadora, conforme defendeu Marx e Engels, esboçando a defesa de um projeto comunista.

Na França, o proletariado armado saiu às ruas exigindo a derrubada do governo monárquico e a instauração da República, além da defesa de seus interesses. Com a derrubada de Luís Felipe, a Segunda República foi instaurada e as agitações continuaram sem que as exigências dos trabalhadores fossem atendidas. Em abril de 1848, a Assembleia Nacional Constituinte é eleita, sob controle da burguesia moderada e liberal. As agitações continuam e transformam-se em guerra civil. Em junho de 1848, o novo governo derrota os setores populares por meio do controle do processo político, da violenta repressão, de assassinatos (cerca de 3 mil pessoas fuziladas), prisões das principais lideranças proletárias e deportações de mais de 15 mil pessoas para as colônias francesas.

O proletariado, ao impor a República ao governo provisório e através do governo provisório, a toda a França, apareceu imediatamente em primeiro plano, como partido independente, mas, ao mesmo tempo, lançou um desafio a toda a França burguesa. O que o proletariado conquistava era o terreno para lutar pela sua emancipação revolucionária, mas não, de modo algum, a própria emancipação. (MARX, 1986, p. 58, grifos nossos)

”

A preocupação de Marx ao analisar esse processo era sobre o impasse vivido pelo proletariado francês na medida em que exigia da burguesia um programa que não lhe pertencia mais, ou seja, a radicalização do processo democrático. Nos momentos iniciais das agitações de 1848, a burguesia e o proletariado estavam juntos na destruição de Luís Felipe. Em seguida, o proletariado defendeu reformas para a geração de empregos, buscando resolver a grave crise econômica sofrida, mas, o programa da burguesia passava pelo aumento da exploração da força de trabalho e da necessidade de centralização política. Marx se detém nisso, ou seja, os interesses entre os trabalhadores e a burguesia eram irreconciliáveis, criticando, assim, os setores proletários que acreditavam nas reformas que a burguesia poderia produzir, defendendo uma ação independente e autônoma. Mas essa ação não seria apenas um ato de vontade, ela também estava condicionada pelas estruturas materiais existentes na França.



O desenvolvimento do proletariado industrial tem por condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial, sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que não de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária. (MARX, 1986, p. 60)

Paris, naquele momento, já possuía um desenvolvimento industrial e um proletariado equivalente, mas, no restante do país, predominava o campesinato e a pequena burguesia, ou seja, não havia um pleno desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista na França. As condições de uma revolução proletária estavam limitadas por essa realidade. A derrota dos setores populares em 1848 estava inscrita tanto nas condições objetivas como também nas subjetivas, ou seja, o capitalismo ainda percorreria um caminho de desenvolvimento necessário para que a classe trabalhadora francesa tivesse êxito em suas ações revolucionárias, numa direção comunista. As revoluções de 1848/49 ensinaram ao proletariado que os interesses comuns da “fraternidade” que vinham do Terceiro Estado francês não existiam mais.

A fraternité, a fraternidade das classes antagônicas, uma das quais explora a outra, essa fraternidade proclamada em fevereiro e escrita com grandes caracteres nas paredes das ruas de Paris, em cada cárcere e em cada quartel, tem como verdadeira, autêntica e prosaica expressão a guerra civil; a guerra civil sob sua forma mais espantosa, a guerra entre o trabalho e o capital. Essa fraternidade resplandecia diante de todas as janelas de Paris na noite de 25 de junho, quando a Paris da burguesia acendia suas luzes, enquanto a Paris do proletariado ardia, gemia e se esvaía em sangue. A fraternidade durou precisamente o tempo em que o interesse da burguesia esteve irmanado com o do proletariado. (MARX, 1986, p. 73)



Em dezembro de 1848, após a aprovação da nova constituição republicana, Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, é eleito presidente da França. Entre 1849 e 1850, o novo governante adotou medidas que recuperaram a economia francesa e as agitações operárias diminuíram após o massacre de 1848. Em 1850, foi aprovado o fim do sufrágio universal. Com a proibição da reeleição, Luís Bonaparte promoveu um golpe de estado, fechando a Assembleia Nacional e se auto intitulado Napoleão III, restaurando o Império. Esse evento ficou conhecido como o 18 Brumário de Luís Bonaparte, uma alusão ao 18 de Brumário de 1799.

Durante o Império de Napoleão III, a burguesia defendia seus interesses por meio da expansão comercial, enquanto que o proletariado, derrotado das revoluções de 1848/49, organizou-se de forma independente. Foi no calor dos acontecimentos que Marx acompanhou o desenrolar da conjuntura francesa, produzindo vários textos importantes, reunidos em três obras principais: As lutas de classes na França (1848-1850); o 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852) e Guerra Civil na França (1871).

Marx, nessa segunda obra, realizou uma detalhada análise do golpe de Luís Bonaparte, em 1852, demonstrando “como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói” (MARX, 2002, p. 14), afirmando a fragilidade da busca de Napoleão III de colocar-se na situação de Napoleão Bonaparte. Sobre isso, Marx desferiu que “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira

vez como tragédia, a segunda como farsa” (2002, p. 21).

Diante da necessidade de expansão comercial da burguesia francesa, Napoleão III iniciou uma conturbada política externa, provocando conflitos com vários países europeus, acumulando diversos fracassos, até o desfecho de seu governo com a guerra franco-prussiana, em 1870, culminando na Comuna de Paris.

A Comuna de Paris

A Comuna de Paris de 1871 foi a primeira experiência de autogestão da classe trabalhadora, durando apenas setenta e dois dias, mas que teve um enorme impacto na história do movimento operário internacional. A construção de uma organização autônoma e independente da classe trabalhadora encontrou na Comuna de Paris sua principal expressão no século XIX. Assim como na Revolução de 1789, a França foi o terreno dessa inédita experiência, que Engels, no prefácio da terceira edição da obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, afirmou o seguinte:



A França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos. Centro do feudalismo na Idade Média, país modelo, desde a Renascença, da monarquia unitária baseada nos testamentos, a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu. A luta do proletariado revolucionário contra a burguesia dominante surgiu aqui sob formas agudas desconhecidas em outros países. (ENGELS, 2002, p. 17-18)

Essa experiência foi resultado da política de expansão comercial francesa que a colocou em guerra com a Prússia, em 1870/71, momento em que a Confederação Germânica estava em processo de unificação nacional alemã sob hegemonia prussiana. A França é derrotada nessa guerra, tendo a batalha de Sedan como desfecho, onde Napoleão III foi preso. Em seguida, após assinarem os termos do pós-guerra, a Prússia impõe humilhantes exigências para a França, que foi obrigada a pagar 200 milhões de francos em duas semanas, entrega de armas e munições, rendições dos fortes em Paris.

Na França, a Terceira República é instalada, enquanto que o exército prussiano avança em direção a Paris, encontrando os operários, por meio da Guarda Nacional, armados e instaurando um governo revolucionário disposto a defender a cidade dos ataques desferidos tanto pelo governo provisório francês como pelos prussianos. No dia 10 de março de 1871, Thiers, à frente do governo provisório, transfere a sede do poder governamental para Versalhes e inicia as negociações com a Prússia para a repressão contra a Guarda Nacional, controlada pelos trabalhadores. No dia 21 de março, a Comuna é anunciada em seu jornal oficial:

O proletariado, frente à ameaça permanente de seus direitos, à negação absoluta de todas as suas legítimas aspirações, à ruína da pátria e de todas as suas esperanças, compreendeu que é seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em suas mãos os destinos da pátria e assegurar o triunfo, apoderando-se do poder. (Apud TAVARES, s/d, p. 14-15)



Nesse momento, a burguesia francesa estava dividida em duas posições, uma que defendia a continuidade da guerra, e outra, representada pelo governo de Thiers, que defendia um acordo com o governo prussiano, temerosa de que o controle operário sobre Paris se estendesse sobre o país.

A Comuna de Paris é instalada defendendo uma república social, ainda que seus termos não estivessem plenamente delimitados. A espontaneidade foi a marca dessa experiência, não havendo um programa e uma estratégia definidos, assim como não havia uma direção coesa. Suas medidas iniciais foram: abolição do serviço militar obrigatório e do exército permanente com o reconhecimento da Guarda Nacional como única força armada, da qual os proletários faziam parte; eletividade de todos os funcionários, isenção do pagamento de aluguéis de moradias; representação estrangeira na Comuna como afirmação do internacionalismo proletário; teto para os salários dos membros da Comuna; separação da Igreja e do Estado com o fim de toda inversão pública de recursos para a Igreja, declaração de propriedade pública dos bens da Igreja e retirada de todos os símbolos e referências religiosas das escolas; levantamento

das fábricas fechadas pelos patrões com a finalidade de controle operário; extinção do trabalho noturno dos padeiros; supressão das casas de penhor; derrubada da Coluna de Vendôme com a estátua de Napoleão, entre outras.

Diante da insurreição proletária, Thiers, em Versalhes, realiza um acordo com a Prússia, que liberta mais de 140.000 soldados franceses que, com apoio prussiano, massacram, após pouco mais de dois meses de batalha, a Comuna de Paris. Por volta de vinte mil pessoas foram assassinadas, três mil mortos nas prisões e, até janeiro de 1872, treze mil e setecentas pessoas foram deportadas. Thiers, após o massacre, afirmou: “Eu serei desapiedado; a expiação será completa e minha justiça inflexível. O solo está coberto de cadáveres; esse espetáculo horroroso servirá de lição” (Apud TAVARES, s/d, p. 17).

A Comuna de Paris recebeu apoio direto do movimento operário internacional, tendo acompanhamento pela Associação Internacional do Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. Suas principais influências foram do anarquista August Blaqui e dos ideais de Proudhon, destacado teórico e dirigente operário francês. Marx, acompanhando e apoiando as ações da Comuna, produziu várias reflexões das lições deixadas pela experiência, afirmando que:



A Paris dos operários de 1871, a Paris da Comuna será para sempre celebrada como a precursora de uma sociedade nova. A memória de seus mártires viverá, como num santuário, no âmago do coração da classe operária. Seus exterminadores, a História já os pregou a um pelourinho eterno e todas as preces de seus padres não bastarão para absolvê-los. (Apud TAVARES, s/d, p. 17)

A organização internacional dos trabalhadores e as lutas sociais

Foi no contexto de crescimento econômico, de crises cíclicas e períodos do capital; de guerras marcadas pelas disputas monopolistas e imperialistas, pelo processo da II Revolução Industrial, da guerra civil nos Estados Unidos, dos processos iniciais de unificação italiana e alemã, consolidados no início dos anos de 1870, da Comuna de Paris de 1871, do neocolonialismo, que o proletariado continua seu processo de organização.



Em 1864, em Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores é fundada, cabendo a Marx a redação do Manifesto inaugural, defendendo que:

[...] a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda a servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo o movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os operários das diversas profissões em cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriais, fazendo nascer novas esperanças, dá uma advertência de não cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados. (In: COGGIOLA, 2008, p. 109-110)

A Associação foi composta por distintas organizações de trabalhadores, com diversas referências políticas e teóricas. Del Roio (2008), analisando a composição dessas organizações na AIT, indicou algumas características: o sindicalismo inglês era avesso a qualquer debate ideológico, defendendo concepções reformistas e sindicalistas; as organizações francesas atravessaram dois momentos nesse processo, o primeiro sob influência de Proudhon, criticando as greves e o conflito entre capital-trabalho, por meio da defesa do cooperativismo e pela "troca justa". Depois, com a morte de Proudhon, as organizações proletárias francesas radicalizam-se na defesa das greves e de afirmação de sua condição de classe, tendo como referência o anarco-sindicalismo. Na Alemanha, onde havia disposição

de organização política por parte dos trabalhadores, foi fundada, em 1863, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, sob influência de Ferdinand Lassale, de perspectivas reformistas.

Foi nesse ambiente eclético que Marx e Engels atuaram na construção da AIT. As divergências no interior da AIT eram intensas e o seu I Congresso foi convocado para setembro de 1866. Nos outros três congressos, realizados em 1867, 1868 e 1869, a influência do sindicalismo revolucionário (ou coletivismo), e também de Marx, foram predominantes.

Nesse mesmo período, cabe o destaque para a fundação do Partido Operário Social-Democrata alemão, o SPD, em 1869, que se tornaria o mais importante partido operário europeu, organização em que Marx e Engels estabeleceram relação, tanto positiva, constatando a politização da classe trabalhadora, como também de forma negativa, criticando seu reformismo.

Com a derrota da Comuna de Paris, as divergências no interior da AIT se ampliaram, pois, além do ecletismo existente, novas organizações aderiram à AIT, como foi o caso dos anarquistas, que se integram em 1868, mas que se recusavam a acatar as decisões, criticando o processo de centralização das decisões, da organização política em partidos. Prevendo a cisão da AIT, os marxistas, no Congresso de Haia, em 1872, operaram a transferência do Conselho Geral da IT para Nova York, buscando preservar algum resquício da organização, que foi extinta em 1876.

Em 1889, em Paris, é refundada a organização internacional dos trabalhadores, conhecida como II Internacional. Foi nesse congresso que o dia 1º de maio foi consagrado como Dia Internacional dos Trabalhadores, por conta dos assassinatos de operários, em 1887, em Chicago, e também de luta pela jornada de trabalho de 8 horas diárias. Engels participou ativamente da organização desse congresso, mas não participou para se dedicar à edição dos demais volumes de *O Capital*, principal obra de Marx, morto desde 1883.

Assim como na primeira AIT, a II Internacional foi marcada pela diversidade de perspectivas teóricas e políticas. Edgar Carone (1993), em *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*, dividiu seus principais momentos:

1) de 1889-1895, período de crescimento da burguesia europeia, com a consequente ampliação numérica e organizativa do operariado; domina a ideia de que há mudança gradativa, “natural” do movimento operário, o que levará à extinção do regime da burguesia; 2) a crise de 1893 já está superada em 1895, a prosperidade econômica e a alta de preços fazem pensar que a classe burguesa teria condições de sobreviver durante muito tempo; é o momento em que Bernstein formula a teoria revisionista; 3) a Revolução Russa de 1905 anuncia a nova fase revolucionária, e aparecem lideranças mais radicais na Alemanha (Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo), nos Países Baixos (Pannekoek), na Rússia (Lênin) e os anarco-sindicalistas na França e Itália. (CARONE, 1993, p. 14)



Outro importante destaque é sobre o funcionamento da II Internacional, marcado diretamente pelas experiências dos principais partidos existentes naquele momento. O SPD alemão foi a grande referência organizativa e política dos partidos operários europeus. Na França, a grande marca foi a dispersão organizativa, impedindo uma maior unidade entre as organizações existentes. Na Inglaterra, o que predominou foi o trabalhismo, transformado em partido político, marcado pela hegemonia de uma “aristocracia operária”, nas palavras de Marx, que atuava quase que exclusivamente do plano das reivindicações imediatas os trabalhadores, defendendo reformas no interior da sociedade capitalista. Esse movimento foi denominado, em suas diferentes versões, como reformistas. Na Rússia foram desenvolvidos dois importantes movimentos políticos, o “populismo”, organizado pelo agrupamento “narod” (povo/nação), que, em seguida, se denominou “Zemlia i Volia” (Terra e Liberdade), defendendo o terrorismo como forma de luta política. Outra organização russa, que ganhara importância crescente, foi o agrupamento “Emancipação e Trabalho, organização marxista que criticou duramente os métodos terroristas e que deu origem ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que marcou profundamente a história do movimento operário, aliando uma intensa produção teórica com uma prática política que levará à primeira grande experiência de construção de uma sociedade socialista, a partir da Revolução Russa de 1917.

Para finalizar a seção, destacamos outra importante luta política e social, o feminismo. Tradicionalmente, as organizações socialistas,

comunistas, anarquistas, a esquerda de maneira geral, foram defensoras da igualdade entre os gêneros. Geoff Eley (2005) resgata o processo histórico da luta feminista no final do século XIX, destacando reivindicações dos partidos operários naquele momento, como, por exemplo, a defesa da emancipação política e econômica das mulheres pelo Partido Operário Francês (POF) em seu programa, assim como o SPD alemão defendia a igualdade de condições entre os gêneros, o direito de voto, o divórcio, a emancipação sexual, entre outras medidas, afirmando também que a luta feminista estava associada à luta socialista, ou seja, que a emancipação feminina está articulada com a emancipação dos trabalhadores. Mas, a prática cotidiana caminhava noutra direção, o machismo predominante na sociedade expressava-se no interior das organizações proletárias, impedindo a plena participação feminina em suas atividades e instâncias, mesmo naquelas onde o predomínio feminino era maior, como no setor têxtil. As leis de proteção do trabalho para as mulheres funcionavam muito mais como afastamento delas dos núcleos da classe trabalhadora, tendo como premissa o paternalismo, o afastamento do trabalho para que voltassem ao lar do que políticas de igualdade de gênero.



O movimento feminino do SPD era formado principalmente por donas-de-casa (mulheres casadas, não-assalariadas, com mais de 25 anos), e não por operárias. O recrutamento foi acelerado depois de 1904-05, com o uso de questões como preços de alimentos, bem-estar da família e custo de vida. De fato, longe de destruir as famílias, como alegavam os antissocialistas, o SPD fez da “família social-democrata” o seu ideal, ancorada na respeitabilidade da classe trabalhadora.[...] A mulher socialista ideal passou a ser a arquiteta do lar socialista: criava filhos socialistas e oferecia ajuda e companheirismo ao marido socialista [...]. (ELEY, 2005, p. 133)

Os movimentos feministas enfrentavam essas adversidades das mais diversas formas. O movimento sufragista, por exemplo, ganhou dimensões importantes em vários países, principalmente na Inglaterra, onde foram organizadas várias associações de mulheres sufragistas que exigiram o direito de voto por meio de manifestações radicalizadas, de grandes marchas, de ações nos espaços políticos. As lutas feministas no final do século XIX esbarraram nos limites de uma sociedade machista e conservadora cujas reivindicações seriam conquistadas somente

no decorrer do século XX, com as lutas de importantes ativistas do feminismo

[...] marcaram territórios que os socialistas não haviam mapeado, especialmente em relação à sexualidade, à liberdade de reprodução, à família e à vida pessoal. De muitas formas se estava criando uma agenda para futuro, que somente as maciças mobilizações sociais e crises revolucionárias da Primeira Guerra Mundial tornaram possível. O sufrágio feminino chegou de fato com a posterior democratização pan-europeia [...]. (ELEY, 2005, p. 140)

Portanto, podemos dizer que a luta feminista no século XIX esteve marcada fundamentalmente pela defesa do sufrágio universal e pela igualdade de condições de vida e de trabalho. A luta feminista não era homogênea, as divergências eram enormes sobre os alcances das reivindicações, opondo feministas de esquerda com o feminismo burguês, por exemplo no debate sobre o voto censitário para as mulheres, sobre o papel do Estado na proteção das mulheres, sobre a ocupação de postos de comando nas estruturas sociais e governamentais, sobre a questão de classe e da luta política, sobre o capitalismo, sobre a estrutura familiar patriarcal, entre outras divergências. Levando em consideração o que foi afirmado anteriormente, a luta feminista encontrou (e ainda encontra) um longo caminho de conquistas.



Pesquise mais

Para que você compreenda melhor o ambiente das lutas sociais no final do século XIX, indicamos dois filmes marcantes:

A Comuna, filme lançado em 2000 e dirigido por Peter Watkins.

A Comuna (Paris, 1871). Direção de Peter Watkins: Carousel Films. 2000. 1 DVD.

As sufragistas, filme lançado em 2005 e dirigido por Sarah Gravon.

As sufragistas. Direção de Sarah Gravon: 20th Century Fox; Pathe!; Film4; BFI Film Forever. 2005. 1 DVD.

Fonte: DAENS. Direção de Stijn Coninx. [S.l.]: Favorite Films; Films Dérives. 1993. 1 DVD.

Sem medo de errar

Você encontrou no “Diálogo Aberto” uma situação imaginada sobre o professor que sugeriu a realização de um seminário para a turma, em que os grupos apresentariam na aula seguinte. Nesse sentido, ele apresentou um roteiro inicial de questões que poderiam ajudá-los na preparação dessa atividade: levando em consideração que a consolidação da ordem burguesa foi um longo processo histórico de desenvolvimento das relações mercantis e que as revoluções burguesas, até então ocorridas, representaram uma ruptura com as antigas relações sociais de produção feudais, de que forma as burguesias europeias lidaram com o legado da Revolução Francesa no século XIX? Os setores populares participaram ativamente das revoluções burguesas na Inglaterra e na França, ainda que sob liderança de outra classe social. Quais interesses uniram essas classes sociais? Esses interesses continuaram comuns durante o século XIX? Além do movimento operário sindical, quais foram as demais formas de luta da classe trabalhadora nesse período? Como se deu a relação entre os interesses econômicos e políticos da classe trabalhadora europeia no final do século XIX? Os elementos que seguem abaixo serão úteis para a reflexão sobre o seminário sugerido.

A radicalidade da Revolução Francesa provocou pânico não só nos setores conservadores, ligados às antigas formas de produção feudais, mas também à própria burguesia que viu nos setores populares e operários uma ameaça aos seus interesses. A burguesia colocou em movimento uma dinâmica social que precisava ser contida. Suas bandeiras de democracia, de liberdade, de igualdade, levadas às últimas consequências, provocariam uma derrocada da própria dinâmica burguesa. Já vimos que a própria Revolução Francesa, num curto espaço de tempo, vivenciou todos esses dilemas. A unidade entre todos os setores do Terceiro Estado, num primeiro momento, a radicalização jacobina e popular em seguida, e o controle despótico da burguesia na fase final da Revolução. As lições dessa revolução burguesa foram levadas em conta por todas as classes sociais. As burguesias nos demais países europeus adotaram medidas mais cautelosas diante da necessidade de superarem os resquícios feudais no século XIX, operando acordos com as antigas classes dominantes aristocráticas. A velocidade no desenvolvimento capitalista também produziu, em quantidade e qualidade, uma nova classe social – os trabalhadores assalariados – que

também tiraram lições dos processos históricos anteriores e daqueles que vivenciaram ao longo de século XIX, radicalizando e politizando suas reivindicações, transformadas em projetos políticos societários. Se, no final do período absolutista francês, a necessidade de romper com o Antigo Regime, de conquistar liberdade, igualdade, democracia, propriedade unificou a burguesia e os setores populares, no momento seguinte, em que o desenvolvimento capitalista estava consolidado, os interesses eram divergentes? A nova dinâmica capitalista produziu novas contradições sociais, transformando a burguesia de classe revolucionária para uma classe conservadora da ordem, enquanto que a classe trabalhadora passou a ter motivos para se transformar numa classe revolucionária. Evidentemente que isso não se deu de forma homogemônica, as relações de forças econômicas, políticas e sociais predominantes impediam uma plena compreensão das condições a que os trabalhadores estavam submetidos, produzindo variadas formas de lutas, reivindicações, organizações, programas, estratégias, além do debate sobre a questão de gênero.

Faça valer a pena

1. Entre 1815 e 1830, na França, houve a tentativa de restauração do Antigo Regime e dos privilégios aristocratas, rompida pela Revolução de 1830, que levou Luís Felipe, da dinastia Bourbon, ao trono até 1848, novo momento de explosões revolucionárias pela Europa.

Assinale a alternativa que indica corretamente os setores protagonistas dessas revoluções:

- a) A alta burguesia.
- b) A aristocracia e o alto clero.
- c) Os setores populares e proletários.
- d) Os camponeses, servos e artesãos.
- e) Os altos funcionários do Estado.

2. A Comuna de Paris, em 1871, insurreição resultante da guerra franco-prussiana, foi a primeira experiência de tentativa de construção de uma sociedade que superasse o capitalismo, na perspectiva de uma República Social.

Considere o que segue abaixo:

I - Abolição do serviço militar obrigatório e do exército permanente com o reconhecimento da Guarda Nacional como única força armada, da qual os proletários faziam parte; eletividade de todos os funcionários, isenção do

pagamento de aluguéis de moradias.

II – Expropriação de todas as propriedades privadas dos meios de produção.

III - Representação estrangeira na Comuna como afirmação do internacionalismo proletário.

IV - Separação da Igreja e do Estado com o fim de toda inversão pública de recursos para a Igreja, declaração de propriedade pública dos bens da Igreja e retirada de todos os símbolos e referências religiosas das escolas.

V - Levantamento das fábricas fechadas pelos patrões com a finalidade de controle operário, extinção do trabalho noturno dos padeiros, supressão das casas de penhor, derrubada da Coluna de Vendôme com a estátua de Napoleão.

Julgue as afirmativas e assinale a alternativa que indica corretamente as principais medidas adotadas pela Comuna.

- a) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, III, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, III e V estão corretas.
- d) Apenas a alternativa II está correta.
- e) Apenas a alternativa I está correta.

3. A consolidação do capitalismo industrial no século XIX impulsionou a constituição da classe trabalhadora assalariada, que reagiu de variadas formas à dinâmica de exploração e dominação burguesas. O feminismo foi uma dessas expressões, também assumindo diversas formas de luta e reivindicações.

Assinale a alternativa que indica corretamente as principais características do movimento feminista no final do século XIX:

- a) A defesa de igualdade de gênero e a libertação do trabalho.
- b) A construção de uma sociedade matriarcal.
- c) A defesa da família nuclear burguesa.
- d) A defesa de valores da família tradicional e o voto censitário.
- e) A defesa de igualdade de gênero e o sufrágio universal.

Referências

- CANFORA, L. Bonaparte Libertador. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, São Paulo, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100008>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- CARONE, E. **A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)**. São Paulo: Ed. Anita; Ed. da Universidade de São Paulo, 1993.
- COGGIOLA, O. Marx, Engels e o movimento operário da segunda metade do século XIX. **Antítese – Marxismo a Cultura Socialista**, n. 5, 2008.
- DEL ROIO, M. Marx e a Internacional. **Antítese – Marxismo a Cultura Socialista**, n. 5, 2008, p. 78-94.
- ENGELS, F. Prefácio. In: MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- _____. **A Era das Revoluções – 1789-1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- MARX, K. **A Guerra civil na França**: mensagem do Conselho Geral da Associação Geral dos Trabalhadores. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- REICH, W. **Materialismo dialético e psicanálise**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- SOBOUL, A. **História da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- TAVARES, J.; GUIMARÃES, J.; CORREIA, J. et al. **Outros outubros virão... Revoluções proletárias**. São Paulo: Terra das Artes Editora, s/d.

Nacionalismo, Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial

Convite ao estudo

Para esta unidade de História Contemporânea, tema de grande importância é o nacionalismo. Por vezes definido como o sentimento de pertença a alguma nação ou comunidade, o nacionalismo é, na verdade, um fenômeno muito complexo, potencializado na Europa sob o impacto das guerras napoleônicas. O nacionalismo assumirá, ao longo do século XIX, contornos particulares em cada território daquele continente, se espalhará pelo globo e, em justa medida, terá grande influência em eventos posteriores, como a Primeira Guerra Mundial. Diante disso, o estudo de suas origens, sua relevância para a compreensão das unificações italiana e alemã e suas conexões com o imperialismo serão alguns dos assuntos sobre os quais aprenderemos nesta unidade. Ao seu final, você será capaz de compreender os aspectos essenciais do nacionalismo europeu do século XIX, seus fundamentos e as principais teses utilizadas pelos historiadores para explicá-lo. Vamos iniciar uma jornada pela Europa oitocentista, tendo a França como nossa primeira parada. O historiador, filólogo e filósofo Ernest Renan (1823 – 1892) e seu emblemático texto *O que é uma nação?* (1882) serão o ponto de partida.

Seção 2.1

Nacionalismo e unificação nacional

Diálogo aberto

Um dos desafios constantes do historiador e professor de História é tornar suas aulas estimulantes, atrativas e capazes de cativar a atenção dos alunos a partir de reflexões a respeito dos temas estudados. Há diversas maneiras de tentar vencer esse desafio. Uma das mais conhecidas, e também mais eficientes, é demonstrar a atualidade do conteúdo, de atestar como, muito mais do que o passado, as aulas de História têm a capacidade de servir como instrumento crítico de reflexão sobre o presente. Um dos temas sobre os quais aprenderemos nesta seção, o nacionalismo, abre caminho para atividades como as descritas neste parágrafo.

Ao longo deste texto, estudaremos como o fenômeno nacionalista floresceu em diversos países da Europa oitocentista. Também aprenderemos sobre as diferentes hipóteses levantadas pelos historiadores para explicar o nacionalismo. Embora por vezes discordantes, esses especialistas estão de acordo em um ponto: toda manifestação nacionalista é fruto de desejos políticos e envolve a eleição – ou criação – de símbolos nacionais que, embora se disfarcem sobre o manto da tradição, quase sempre são invenções modernas. Por fim, embora o centro de nossa análise seja o nacionalismo europeu oitocentista, é inegável que a aparição de grupos nacionalistas, alguns deles inclusive de viés totalitário, tem sido frequente no mundo atual, seja no Brasil, seja no exterior.

Partindo dessas premissas, imagine que em sua sala de aula você trabalhará com um aluno nacionalista convicto, adorador dos símbolos nacionais como reflexos de um passado glorioso e ancestral do Brasil. Para ele, a nacionalidade é um dado natural e os símbolos nacionais são sagrados. Seu desafio será elaborar uma discussão em sala que envolva os estudantes presentes em torno do tema do nacionalismo, a partir dos conceitos que aprenderemos nesta seção. Seu objetivo final será mostrar como o sentimento nacionalista e a própria ideia de nação envolvem a criação de símbolos e a eleição de emblemas muitas vezes por meio de seleções resultantes de interesses políticos.

Não pode faltar

Para esta seção de História Contemporânea, trabalharemos de início com os conceitos de “nacionalismo” e “nação”. Na sequência, estudaremos os casos da Unificação Italiana e Alemã, os dois exemplos mais lembrados quando falamos do despertar do nacionalismo na Europa oitocentista.

Iniciaremos nosso estudo com *O que é uma nação?* (1882), de autoria de Ernest Renan (1823-1892). O texto do intelectual francês é fundamental por dois motivos. Em primeiro lugar, as teses de Renan são um retrato do sentimento nacionalista e da própria ideia de nação concebidos durante o século XIX; a nação era interpretada como um ser vivo, composto por um corpo – o conjunto dos cidadãos – e uma alma, constituída por língua compartilhada, costumes em comum e uma tradição histórica consolidada. A nação era uma entidade natural, orgânica, nascida por tradições ingênicas, portanto, destituídas de problemas e de construções posteriores. Em segundo lugar, os muitos historiadores que buscaram entender o nacionalismo europeu do século XIX são unânimes ao afirmar a importância do texto de Renan.

Como seria possível imaginar, Renan dá destaque ao papel exercido pela França ao explicar o surgimento das nações modernas. Seja durante a Revolução Francesa, a Antiguidade ou o Medievo, Renan vê a França como o mais bem acabado modelo de nação:

Desde o fim do Império romano, ou melhor, desde a deslocação do Império de Carlos Magno, a Europa ocidental aparece-nos dividida em nações, das quais algumas, em certas épocas, procuraram exercer uma hegemonia sobre as outras, sem jamais ser bem-sucedidas de uma maneira durável. O que não puderam Carlos V, Luis XIV, Napoleão I, ninguém provavelmente poderá no futuro. O estabelecimento de um novo Império romano ou de um Império de Carlos Magno tornou-se uma impossibilidade (...). O tratado de Verdun traça divisões inalteráveis, em princípio e, desde então, a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, a Espanha se encaminham, por vias frequentemente indiretas e por meio de mil aventuras, à sua plena existência nacional, tal como nós as vemos se desabrocharem hoje (RENAN, 2006, p. 2-4).



Chama a atenção como Renan busca ligar o surgimento das nações da Europa à Antiguidade e ao mundo medieval. Para o intelectual francês, o esfacelamento do Império Romano, antes responsável pela união de boa parte do mundo conhecido sob os estandartes dos césares, combinado à erosão do império carolíngio, já durante a Idade Média, foi o principal fator para o surgimento das nações europeias. Esses eventos deixaram fragmentados territórios que acabariam por gerar a França, a Inglaterra, a Alemanha e outras nações de notável poder. Para Renan, o nascimento das modernas nações da Europa é um processo longo e natural, cujas raízes estão na Antiguidade e no período medieval.



Assimile

Ernest Renan, um dos maiores intelectuais do século XIX, foi um dos primeiros pensadores a refletir sobre o nacionalismo. Em *O que é uma nação?*, Renan traça uma genealogia da França e das demais nações que data desde o Tratado de Verdun (843). Esse tratado, assinado no período medieval, dividiu o Império Carolíngio entre três grandes porções, cada qual destinada a um dos três filhos de Luís, o Piedoso, herdeiro de Carlos Magno.

Na sequência de seu argumento, Renan utiliza um estudo de caso francês para explicar as raízes das nações modernas. Lá, a imposição do modelo de organização dos invasores germânicos gerou um quadro de coesão perceptível ao menos desde o século X d.C., quando as canções de gesta, “um espelho tão perfeito do espírito do tempo” (RENAN, 2006, p. 5), revelariam uma França totalmente uniforme. Nesse cenário, a figura do rei torna-se a principal responsável por condensar todos os setores sociais. Renan, aliás, sequer se furta a externar algum rancor com a Revolução Francesa e as Revoluções de 1830 e 1848.



O rei da França que é, se ousa dizê-lo, o tipo ideal de um cristizador secular; o rei da França, que fez a mais perfeita unidade nacional que existira; o rei da França, visto de muito perto, perdeu seu prestígio; a nação que ele tinha formado o amaldiçoou, e, hoje, não há mais que os espíritos cultivados que saibam o que ele valia e o que ele fazia [...]. (RENAN, 2006, p. 6)

Dois outros trechos são fundamentais para entender as teses de Renan. No primeiro, o francês expõe uma composição quase biológica da nação – um corpo harmônico e saudável, no qual os cidadãos devem abdicar de certas memórias em prol da coesão coletiva. O exemplo citado não poderia ser mais evocativo: a noite de São Bartolomeu ou massacre de São Bartolomeu, ocorrida em 1572, quando os reis franceses, católicos, promoveram intensa repressão contra os protestantes.

Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas. Nenhum cidadão francês sabe se ele é burgundo, alano, taifalo, visigodo; todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu [...]. (RENAN, 2006, p. 18)



Reflita

A hipótese de Renan, segundo o qual é necessário esquecer alguns massacres para a consolidação da identidade nacional, chega a espantar, em um primeiro momento. Ainda que com alguma ironia, o intelectual francês propõe que seus concidadãos esqueçam um episódio envolvendo o extermínio sistemático de uma minoria religiosa por parte dos reis da França. Embora essa disposição seja extrema e cause assombro, é importante notar como tal expediente não se reduz à política francesa do século XVI. Reflita, por exemplo, sobre as inúmeras revoltas populares reprimidas com mão de ferro pelo estado brasileiro durante o século XIX. Àquela altura, o Brasil estava se consolidando como nação e o medo da fragmentação do território nacional levou a repressões violentas de eventos como a Sabinada, a Balaiada e a Revolta dos Malês, por exemplo. Até mesmo o Hino da Proclamação da República possui versos que tentam apagar a experiência escravista no Brasil: “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre País”. (Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/hinos/hino-da-proclamacao-da-republica>. Acesso em: 19 set. 2017.)

No último excerto, Renan volta a comparar a nação a um corpo vivo, evocando termos como “alma” e “princípio espiritual”, empregados com a intenção de mostrar como a unidade nacional não era um corpo vazio, uma casca, mas, acima de tudo, uma entidade dotada de valores espirituais elevados. E, para a constituição e manutenção

dessa unidade, dois elementos eram fundamentais. O primeiro é um legado comum, compartilhado, que se herda do passado e para o qual é necessário fazer sacrifícios – como o esquecimento deliberado da Noite de São Bartolomeu. Não basta, porém, apenas herdar esse legado, é fundamental sua salvaguarda contínua, tornando-o o autêntico elã a conectar todos os habitantes da nação. A última frase – “o homem, senhores, não se improvisa” (RENAN, 2006: 18) – parece uma clara provocação à Unificação Italiana, ocorrida pouco mais de uma década antes da conferência de Renan. Estudaremos esse processo no tempo devido. Por ora, fiquemos com as palavras decisivas do intelectual francês sobre a constituição da nação moderna:



Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas concorrem para que se constitua, de fato, esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a possessão em comum de um rico legado de lembranças; outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos. O homem, senhores, não se improvisa! (RENAN, 2006: 18)



Exemplificando

Já pudemos aprender como a nação moderna é imaginada e representada pela criação de símbolos que são eleitos como marcos nacionais. Esse tipo de expediente é tanto mais válido quando falamos sobre países que consolidaram sua unificação durante o século XIX, como a Itália e a Alemanha. Nesses territórios, a música, particularmente a ópera, é um bom exemplo de como a nação é criada *pari passu* à invenção de símbolos nacionais. Giuseppe Verdi (1813 – 1901), no caso italiano, e Richard Wagner (1813 – 1883), no alemão, são dois exemplos. Para Verdi, o caso mais emblemático é o da ópera Nabucco (1842), particularmente o coro Va, pensiero, também conhecido como “Coro dos Escravos Hebreus”, que narra a cativeiro da Babilônia, quando os hebreus tornaram-se prisioneiros de Nabucodonosor. Trechos do libreto como “Ó minha pátria tão bela e perdida!” fizeram com que Va, pensiero fosse interpretada como um clamor nacionalista de Verdi e uma ode ao incipiente Risorgimento italiano. Verdi inclusive chegou a tomar parte como membro da Câmara dos Deputados da Itália, em 1861. Já Wagner é conhecido pela gigantesca ópera O Anel dos Nibelungos, que levou vinte e seis anos para ser composta – de 1848 a 1874. Dividida em quatro partes, O Anel dos Nibelungos é um compêndio

de narrativas tradicionais da mitologia germânica e, ao mesmo tempo, um elogio incontido à nação alemã, dando ao compositor o posto de maior representante do nacionalismo germânico do período.

O imperialismo, as duas grandes guerras, as independências na África e na Ásia e o pós-colonialismo, entre outros assuntos que você aprenderá, acabaram por promover críticas a esse ideal de nação. Parte importante dessas críticas foi consubstanciada na obra *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (1983), do historiador norte-americano Benedict Anderson (1936 – 2015). A tese central de Anderson é de que, longe de constituir um órgão natural, a nação é uma entidade criada, construída em um processo que envolve tanto a eleição de símbolos nacionais como a exclusão de outros. É essa série de signos imaginados e compartilhados que fornece as bases para o sustento da nação moderna:

[...] Proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008: 32)

Na passagem acima, Anderson é claro ao propor o conceito de comunidade imaginada: uma unidade política artificial, que seleciona, filtra e elege uma série de símbolos responsáveis por fazer seus membros nutrirem um sentimento de pertença, mesmo que nunca se encontrem pessoalmente. Para o historiador, o grande acontecimento da Europa do século XIX foi a emergência do nacionalismo em diversos territórios, produto de uma série de razões. Entre elas, ganham destaque o aumento do interesse nos idiomas vernaculares – crescente desde que a Reforma tirou do latim o título de língua franca –, as independências das antigas colônias europeias e, sobretudo, as guerras napoleônicas, que geraram um anseio que engloba tanto a consciência nacional quanto o desejo de revanche acirrando as rivalidades entre os territórios europeus (ANDERSON, 2008).

O trabalho de Anderson foi acompanhado por diversos outros. O

filósofo e antropólogo Ernest Gellner (1925 – 1995) foi destaque com *Nações e Nacionalismo* (1983). Gellner considera o nacionalismo como a imposição absoluta de determinadas tradições por parte das elites econômicas de um dado território. Nesse processo, antigas tradições populares são destruídas e substituídas por invenções modernas, criadas com o objetivo de fundar uma nação (GELLNER, 1993). É importante, porém, ressaltar a diferença relevante entre as teses de Anderson e Gellner: enquanto o primeiro considera que o nacionalismo opera uma seleção entre diversas tradições, Gellner propõe que os alicerces da nação moderna residem em invenções e imposições absolutas.

Um dos mais conhecidos historiadores do século XX, o britânico – nascido em Alexandria – Eric Hobsbawm (1917-2012) também se debruçou sobre o tema, em *A invenção das tradições* (1983), coletânea de ensaios organizada em conjunto com Terence Ranger, e *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1991). Na primeira obra, Hobsbawm e os demais participantes têm o objetivo de analisar a criação de tradições na modernidade com vistas a legitimações políticas, inclusive à época da eclosão do nacionalismo europeu. Concentrando a atenção nas tradições britânicas – o capítulo que analisa o nacionalismo escocês centrado em símbolos como o saio (kilt) e a gaita de foles é um dos mais conhecidos –, a invenção das tradições opera em uma chave que alterna as teses de Anderson e Gellner: por um lado, crê que houve, de fato, invenções nacionalistas e, por outro, seguindo a hipótese de Anderson, ressalta o processo de seleção entre tradições já consolidadas:



O termo 'tradição inventada' é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBSBAWM, 1997, p. 9)

Em *Nações e Nacionalismo*, desde 1780, Hobsbawm mantém o diálogo com os trabalhos de Anderson e Gellner, além de reputar ao ensaio de Renan o mérito de canalizar o espírito nacionalista da Europa moderna como nenhuma outra fonte. Ademais, o historiador britânico considera que a criação ou eleição de símbolos nacionais e

o surgimento do sentimento nacionalista precedem a existência da nação em si, como fica claro no trecho a seguir:

A 'nação' pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente [...] enfatiza o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações [...]. Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. (HOBSBAWM, 1990: 19)



Os dois mais conhecidos casos de unificação consolidada apenas no final do século XIX são Itália e Alemanha. Para entendermos esses casos, será necessário retrocedermos até as guerras napoleônicas, que alteraram o mapa da Europa. Após o Congresso de Viena, os territórios italianos ficam divididos e subjugados a outras lideranças. A Áustria, por exemplo, dominava o Vêneto, ao norte, enquanto o Reino das Duas Sicílias, ao sul, estava sob o controle dos franceses. Os estados papais, também em território italiano, permaneciam independentes.

A imposição de casas reais estrangeiras que governavam muitas vezes por meio da monarquia absoluta criou incômodo nos estados italianos. Não tardou para que surgissem lideranças que buscavam questionar o quadro político, entre as quais se destacaram Giuseppe Mazzini (1805 – 1872), responsável por criar um movimento de nome Jovem Itália, Giuseppe Garibaldi (1807 – 1882), revolucionário que lutava pela criação de uma república italiana, e Camillo Benso de Cavour (1810 – 1861), primeiro ministro do Piemonte que lutava pela expansão de seu território e pela expulsão dos austríacos do norte da Itália.

Irmanados pela oposição à presença estrangeira na Itália, cada um deles agiu por uma via. Mazzini propagava os ideais do nacionalismo em jornais, reuniões e discursos. Exemplo de sua atuação é o periódico Risorgimento, fundado em 1847 com o objetivo de difundir o ideal de uma nação italiana inspirada na antiga República Romana. A sociedade secreta Carbonária, da qual Mazzini era um dos membros, também atuava promovendo ações contra os governos estrangeiros. O caminho da unificação pela via diplomática vinha de Cavour. Figura de primeira importância entre as lideranças do norte da Península Itálica, Cavour buscava granjear aliados estrangeiros com o objetivo de encerrar o domínio da Áustria na região.

Os esforços de Cavour se fizeram sentir a partir de 1848, durante a chamada 'Primavera dos Povos'. Daquele ano até 1866, o Reino do Piemonte-Sardenha e o Império da Áustria estiveram em guerra, que se encerrou com a expulsão de parte relevante dos austríacos do norte da Itália. Pela habilidade diplomática de Cavour, os piemonteses conseguiram o apoio francês nessa guerra. Concluída a expulsão austríaca no Norte, restava a anexação dos estados do Sul, ainda sob jugo estrangeiro. Diversas batalhas foram travadas nas regiões de Nápoles e da Sicília, com vitória dos camisas vermelhas, liderados por Garibaldi.

Com a morte de Cavour, em 1861, Vítor Emanuel II assumiu o trono do Piemonte-Sardenha e, por conta de sua astúcia política, conseguiu negociar com Garibaldi a entrega dos territórios do Sul ao reino piemontês. A unificação avançava sob a liderança do Norte. Sob sua batuta, Veneza foi anexada em 1866, após outra guerra contra a Áustria. Ainda restava Roma e os estados papais, que, naquele momento, eram protegidos pela França. Com a eclosão da Guerra Franco-Prussiana, entretanto, os franceses abandonaram a região e, em 1870, a unificação da Itália estava concluída, tendo Roma como a capital. A "questão romana", como foi chamada a querela envolvendo os estados papais – que de independentes passaram à parte da Itália Unificada – apenas seria resolvida com a assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, quando Mussolini reconheceu o Vaticano como estado independente dentro da capital italiana.

É importante ressaltar, porém que Mazzini, Cavour ou Garibaldi não atuavam sozinhos ou tampouco eram "grandes homens" sem os quais a história não existiria. No caso italiano, a existência de diversas sociedades que advogavam em favor da unificação e os próprios interesses políticos e econômicos do Piemonte-Sardenha, dos quais Cavour era apenas o ponta de lança, atestam esse aspecto. É também válido ressaltar a existência de uma interpretação historiográfica que vê a unificação italiana como o processo de imposição do modelo industrial do Piemonte-Sardenha sob os demais reinos da península. Como você terá a chance de aprender, a partir da década de 1950 surgiram diversas vertentes que buscavam desnaturalizar o nacionalismo e vê-lo como um processo complexo de imposições e resistências.

Esse intrincado desenvolvimento, que resultou na criação de uma Itália voltada às tradições do Piemonte, foi assim descrito por

Hobsbawm:

No momento da unificação [...] estimou-se que não mais de 2,5% de seus habitantes falavam a língua italiana no dia a dia, o resto falava idiomas tão diferentes que os professores enviados pelo Estado italiano à Sicília, na década de 1860, foram confundidos com ingleses (...). Não é de admirar que Massimo d’Azeglio (1792-1866) exclamasse em 1860: ‘Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos’ (HOBSBAWM, 2014: 147).



Pesquise mais

O filme *O Leopardo* (dir. Luchino Visconti, ITA, 1963), é uma opção para conhecer o período da Unificação Italiana por meio do cinema. A película gira em torno de Don Fabrizio, um nobre do sul da Itália, que se vê ameaçado pelo avanço de Garibaldi e pelo medo de que os ideais do revolucionário alterassem toda a estrutura de poder na Sicília.



Exemplificando

Os mapas a seguir mostram dois momentos distintos da Itália no século XIX.

Figura 2.1 | Região da Península Itálica em 1829



Fonte: <<https://goo.gl/dzDNkS>> Acesso em: 14 set. 2017.

Figura 2.2 | Roma se torna a capital da Itália



1871
Roma se torna a capital da Itália

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Italia_1870_09_20_Unificazione.JPG>. Acesso em: 15 jan. 2018.

No primeiro, em 1929, o território que viria a ser a Itália ainda era composto por territórios independentes. Já o segundo, em 1871, apresenta a Itália já unificada, com a capital em Roma e com os estados papais anexados à nova nação.

A Unificação Alemã também nutre ligações com as guerras napoleônicas. Por consequência das conquistas do general francês, o Sacro-Império Romano Germânico, que antes abrigava territórios da moderna Alemanha, foi dissolvido em 1806. Após o Congresso de Viena, foi criada a Confederação Germânica, responsável por abrigar 39 estados independentes que antes compunham o Sacro-Império. A Confederação Germânica tinha como suas principais agentes a Áustria e a Prússia. Localizada ao nordeste da Confederação e dotada de grande poder econômico e militar, a Prússia terá para a Unificação Alemã papel análogo ao do Piemonte para a Unificação Italiana.

Um fundamental passo para a unificação foi dado pela Prússia em 1834, com a criação da União Aduaneira (Zollverein). Seu objetivo era a fundação de uma liga de comércio que abolia as tarifas alfandegárias e taxações de qualquer espécie entre os estados da Confederação Germânica. A questão central é que o Zollverein admitiu entre seus participantes todos os estados do Norte, exceto a Áustria. A manobra

da Prússia era clara; enfraquecer sua principal rival fazendo-a sofrer com tarifas pesadas que enfraqueceriam seu poderio comercial.

Assim como na Itália, o ano de 1848 marca o início das tentativas de unificação na Alemanha. Em março daquele ano, houve uma série de revoltas nos 39 estados da Confederação, que tinham por objetivo propor uma maior participação popular nos processos políticos e clamar pela unificação alemã pautada no sentimento do pangermanismo – isto é, a crença de que todos os povos constituintes da Confederação compartilhavam um passado comum representado pela língua alemã, lendas e tradições antigas. Os revolucionários, liderados pelos liberais, foram duramente reprimidos por forças aristocráticas, mas o desejo da unificação sobreviveu às derrotas militares.

É a partir desse momento que entra em cena a figura mais importante da Unificação Alemã – Otto Von Bismarck (1815 – 1898). Apelidado de ‘chanceler de ferro’, Bismarck foi um diplomata, político e, sobretudo, líder militar que tinha por convicção que as questões envolvendo os estados da Confederação Alemã apenas seriam resolvidas por meio da guerra, que deveria a um só tempo expulsar a Áustria e reunir os territórios do Zollverein sob uma única bandeira. Já como primeiro ministro do reino da Prússia, Bismarck proferiu, a 30 de setembro de 1862, um célebre discurso, que foi apelidado de “Ferro e Sangue”, no qual expôs como a Prússia, por sua pujança militar e econômica, deveria, mesmo que à força, capitanear o processo de unificação. O discurso do chanceler não ficou apenas no papel e já em 1864 Bismarck comandou uma guerra contra a Dinamarca que, derrotada, viu-se obrigada a ceder territórios à Prússia. Ainda mais poderoso após a vitória sobre os dinamarqueses, Bismarck entrou em combate contra a Áustria, em 1866.

Embora a vitória dos prussianos não tenha rendido a anexação de nenhum território, era inegável que o centro de poder do mundo germânico havia migrado de Viena para Berlim. Mais do que isso, Bismarck conseguiu capitalizar em torno de si os sentimentos nacionalistas dos estados alemães, tornando possível a criação da Confederação Germânica do Norte. Restando apenas os estados do Sul, ainda sob influência francesa, Bismarck deu início à Guerra Franco-Prussiana (1870-1871).

A vitória prussiana foi absoluta, com direito à proclamação do II Reich alemão realizada no Palácio de Versalhes, em 1871. Guilherme

Assumia o novo império como kaiser, concluindo a unificação. Duas regiões francesas, de enorme importância por conta de sua riqueza mineral, a Alsácia e Lorena, foram tomadas pelos alemães, gerando uma rivalidade que será uma das razões para a 1ª Guerra Mundial, assunto que veremos nas próximas seções de História Contemporânea.



Exemplificando

Figura 2.3 | Mapa do processo de Unificação na Alemanha



Fonte: <<https://goo.gl/E9DAh8>>. Acesso em: 14 set. 2017.

Sem medo de errar

Partindo da situação-problema proposta e com base na leitura desta seção, pudemos aprender como se deu a formação do nacionalismo europeu, quais foram as teses que o guiaram e como se deu a eleição de alguns símbolos nacionais. Mais importante do que isso, e assunto sobre o qual aprenderemos com mais detalhes nas duas próximas seções, foram algumas das consequências graves do nacionalismo do período. Se nesta seção já fomos apresentados a diversas guerras, das quais a Guerra Franco-Prussiana é o exemplo mais lembrado, nas próximas observaremos as ligações umbilicais entre o nacionalismo e a emergência da Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, o desafio proposto foi levantar um debate a respeito

do nacionalismo em uma sala que conta com um aluno de arraigadas convicções nacionalistas. De partida, a exposição de parágrafos do texto de Renan e da frase de Massimo d’Azeglio sobre a necessidade de se criar os italianos darão os primeiros subsídios para refletir sobre como o nacionalismo era pensado em sua gênese, a partir das ideias de um de seus maiores ideólogos. Em seguida, demonstre como o próprio conceito de ‘nação’ não é um dado histórico ou natural. Antes, para sua existência, são necessárias guerras de fronteiras, anexação de territórios, expulsão de populações, silenciamento de minorias, entre outros expedientes. O caso das unificações italiana e alemã bem servem de exemplo e, inclusive, o uso de mapas que mostram a delimitação desses países a partir das conquistas territoriais são bastante bem-vindos.

Um terceiro momento da discussão é apresentar como os símbolos nacionais são criados ao mesmo tempo em que se pensam as dimensões territoriais de nação. Entre os exemplos que citamos aqui, as óperas de Verdi e Wagner podem servir de modelo.

O ponto final do debate é apresentar como esse processo de invenção da nação também se manifestou no Brasil, particularmente nos anos seguintes à Independência. Não temos Verdi ou Wagner, mas óperas como as de Carlos Gomes que, com seu *O Guarani* (1870), ajudaram a difundir o indianismo como um dos possíveis marcos do nacionalismo brasileiro, como se a ‘pureza’ do indígena, ainda não contaminado pela modernidade da Europa, fosse a expressão máxima do espírito nacional. Esse movimento foi reforçado em romances como aqueles de José de Alencar e retomados pela Ação Integralista Brasileira, talvez o mais conhecido movimento nacionalista brasileiro, durante a década de 1930. Curioso como os integralistas, tão acérrimos defensores dos símbolos nacionais, usavam uma letra grega, o sigma, como símbolo. Além desses exemplos, você pode citar o Hino da República e seu verso que tenta apagar a experiência escravista no Brasil, ou mesmo o papel da Guerra do Paraguai, que ajudou a eleger os militares, e seu positivismo, como símbolos da identidade nacional, expressos até hoje na bandeira brasileira.

Seguindo esse possível roteiro, e outros tantos quantos você conseguirá imaginar, será possível trabalhar o tema do nacionalismo europeu de maneira crítica, reflexiva e, sobretudo, mostrar a atualidade do tema. A recente eleição de Donald Trump, nos EUA, a expressiva

votação de Marine Le Pen, na França, e mesmo o Brexit mostram como a bandeira do nacionalismo segue hasteada – muitas vezes, aliás, resvalando na xenofobia. Por fim, é importante ressaltar como o objetivo desse debate, naturalmente, não é alterar a concepção do aluno ou da classe, mas mostrar, por meio de uma história feita com fontes e método, como o fenômeno nacionalista pode levar a consequências graves e como uma postura nacionalista desmedida pode desembocar em comportamentos intolerantes.

Faça valer a pena

1. [...] Ernest Renan disse que três coisas constituem o princípio espiritual da unidade de uma nação: "... a posse em comum de um rico legado de memórias..., o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisa, a herança que se recebeu". [...] Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.

Adaptado de HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, pp. 57-9.

O texto-base traz um excerto do teórico cultural Stuart Hall (1932 – 2014) a respeito do conhecido ensaio O que é uma nação? (1882), do francês Ernest Renan.

Com relação à crítica que Hall faz da visão nacionalista de Renan, podemos destacar:

- a) Hall considera que a visão nacionalista de Renan peca por estar descolada da realidade do século XIX, à qual o texto do intelectual francês pertence.
- b) Hall tem em mente que a concepção sobre o nacionalismo de Renan era frágil devido à ausência de citações de Benedict Anderson pelo intelectual francês.
- c) Hall critica Renan por sua concepção muito ampla de nacionalismo, que permite que se alberguem sob a nação grupos minoritários que não poderiam pertencer a ela.
- d) Hall acredita que Renan não foi claro o bastante para formular sua teoria do nacionalismo, deixando-a à mercê das críticas.
- e) Hall propõe que a concepção de nacionalismo formulada por Renan é excludente e fechada, fazendo com que sua busca pela uniformidade social levasse ao silenciamento de minorias.

2.

A Alemanha não está buscando o liberalismo da Prússia, mas seu poder [...]. A Prússia deve se aglutinar e concentrar seu poder para o momento oportuno, que já foi muitas vezes desperdiçado. As fronteiras da Prússia, de acordo com os Tratados de Viena (de 1814-1815), não são favoráveis para um Estado vital e saudável. Não é por discursos e resoluções majoritárias que as grandes questões do momento são decididas – este foi o grande erro de 1848 e 1849 – mas por ferro e sangue.

Otto von Bismarck. **Discurso Ferro e Sangue** (1862). Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=250&language=english> Acesso em: 29 ago. 2017.

O conhecido discurso de Otto von Bismarck é um documento de primeira ordem para a compreensão do processo de Unificação Alemã, dada a importância de Bismarck durante o período. Com relação à fala do chanceler prussiano, é correto afirmar:

I – Bismarck acreditava que o poderio prussiano, representado pelo avanço das reformas liberais, seria a via mais segura para a Unificação da Alemanha.
II – Bismarck concebia a Prússia como um embrião perfeito da futura Alemanha unificada, por conta do poder militar pungente e da força política prussiana.

III – Bismarck defendia que a Unificação Alemã deveria ser comandada pela Prússia a todo custo, uma vez que a união dos estados alemães só seria possível com o poder militar.

Considerando as afirmações acima, está(ão) correta(s):

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e II, somente
- d) II e III, somente
- e) III, somente.

3.

Não devemos tampouco ignorar a substancial diferença entre velhos e novos nacionalismos, os primeiros incluindo não apenas as nações 'históricas' que ainda não possuíam seu próprio Estado, mas também as que havia

longo tempo o possuíam. Quão britânicos os britânicos se sentiam? Não muito, apesar da inexistência, nessa época, de qualquer movimento autonomista gaulês ou escocês. Havia nacionalismo inglês, mas não era compartilhado pelas menores nações das ilhas britânicas. Os imigrantes ingleses para os Estados Unidos tinham orgulho de sua nacionalidade, sentindo, portanto, certa relutância em se tornarem cidadãos americanos, mas os imigrantes escoceses ou gauleses não tinham tal lealdade.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz & Terra, 2014, p. 148.

O texto-base traz considerações sobre o nacionalismo europeu do século XIX segundo a perspectiva do historiador britânico Eric Hobsbawm. A partir de sua leitura e de seus conhecimentos sobre o tema, responda Verdadeiro (V) ou Falso (F) para as alternativas abaixo:

() Hobsbawm dá um tratamento matizado para o nacionalismo europeu oitocentista. Como exemplo, o historiador cita o caso inglês, mostrando como, embora o sentimento nacionalista não fosse difundido de maneira uniforme pelo país, a relutância dos ingleses em aceitar a nacionalidade norte-americana mostra como, em algum grau, o orgulho nacional fazia-se sentir.

() Um dos possíveis contrapontos à tese de Hobsbawm é a difusão mais generalizada do sentimento nacionalista na Alemanha do período, particularmente o pangermanismo. Durante a Primavera dos Povos, esses nacionalistas, guiados, sobretudo, por conservadores, obtiveram diversas vitórias militares e, ao se associarem a Bismarck, encaminharam o processo de Unificação da Alemanha.

() Segundo a tese de Hobsbawm, a alteridade é um elemento fundamental para o fortalecimento do sentimento nacionalista. Dessa forma, mesmo os ingleses não partilhando de um nacionalismo generalizado quando em território nacional, o fato de, ao imigrarem para os EUA, recusarem a cidadania local mostra uma consolidação do nacionalismo em terras estrangeiras.

Considerando as afirmações acima, a sequência correta de V (Verdadeiro) e F (Falso) é:

- | | |
|-------------|-------------|
| a) V, V, F. | d) F, V, F, |
| b) V, F, V. | e) F, F, F, |
| c) V, F, F, | |

Seção 2.2

Imperialismo e neocolonialismo no século XIX

Diálogo aberto

Nesta seção de História Contemporânea, estudaremos temas como o imperialismo e o neocolonialismo. Mais do que o domínio europeu sobre territórios da Ásia e da África, esses fenômenos também implicaram formas de representação específicas dos não-europeus. Asiáticos e africanos eram quase sempre apresentados como criaturas inferiores, frágeis, em estado de semi-barbárie, de modo que era fundamental a atuação do homem branco europeu para retirá-los dessa condição inferior.

Essa forma de concepção do mundo, bastante comum durante o século XIX e começo do XX, não se fará presente apenas nos manuais dos imperialistas ou nas atas do **Congresso de Berlim (1884-1885)**. Ela também se espalhou pelas artes da época, seja naquelas tidas como mais eruditas, como a pintura, seja nas consideradas mais populares, como os quadrinhos infantis.

As famosas histórias em quadrinhos do personagem Tintim muitas vezes são lembradas e celebradas pelo mundo todo. No entanto, tais histórias também podem ser vistas como um dos casos em que a verve imperialista se fez presente na cultura popular. De autoria do quadrinista belga Georges Remi (1907-1983), que assinava com o pseudônimo Hergé, as aventuras de Tintim apresentam o protagonista vagando por países tidos como exóticos, exercendo sua profissão de repórter.

A mais polêmica história envolvendo o personagem recebe o nome de "Tintim no Congo", lançada em 1930. A partir dela, poderemos refletir sobre as questões como as que seguem: como analisar uma história em quadrinhos, entendida como uma produção cultural e fonte histórica, a partir dos elementos e conceitos que estudaremos nesta seção? É possível produzir uma reflexão historicamente relevante a respeito do imperialismo e de suas representações na cultura popular a partir desse tipo de fonte? É praticável relacionar as ideologias imperialistas e manifestações culturais, como, nesta atividade, as histórias em quadrinhos? Podemos utilizar essas histórias

em quadrinhos para chamariz para cativarmos os alunos? Seu desafio será pensar em como as teorias raciais e o orientalismo se fizeram presentes na cultura popular do século XIX e início do XX, além de como utilizá-las em uma aula sobre o tema. Para isso, utilize a notícia e imagens da história em quadrinhos apresentadas nos links a seguir.

Disponível em: <<https://omelete.uol.com.br/quadrinhos/noticia/tintim-no-congo-justica-belga-declara-que-hq-nao-e-racista/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/3/36/Angry_King_in_Tintin.JPG>. Acesso em: 26 nov. 2017.

Não pode faltar

Entre os assuntos que estudaremos nesta seção de História Contemporânea, o imperialismo europeu durante o século XIX é destaque. Na sequência deste texto, estudaremos como os historiadores buscaram explicar esse fenômeno, bem como relacioná-lo a outros como o orientalismo e as teorias raciais. Outro importante conceito que aparecerá nesta seção é o de neocolonialismo, empregado para distinguir a expansão europeia realizada no século XIX daquela ocorrida nos séculos XV e XVI. É importante desde já mostrarmos algumas diferenças entre esses dois momentos.

Durante o período moderno, os europeus, ao se lançarem ao mar em busca de novos territórios, tinham como foco principal, mas não único, a América. Durante o século XIX, África e Ásia eram os continentes mais visados. Da mesma maneira, as formas de governo europeias eram distintas – a monarquia absolutista era dominante durante os séculos XV e XVI, e o liberalismo burguês era frequente durante o século XIX. O mercantilismo da primeira modernidade opõe-se ao capitalismo industrial da contemporaneidade, da mesma forma que os objetivos centrais das duas expansões: a obtenção de riquezas in natura na primeira e o aumento do mercado consumidor e oferta de mão de obra na segunda. Outra importante diferença, sobre a qual aprenderemos com mais detalhes ao longo desta seção, é a justificativa alegórica usada pelos europeus nesses dois momentos do colonialismo – enquanto na modernidade a difusão da fé cristã era evocada, **era comum no século XIX a defesa de que os europeus eram encarregados de levar as luzes da civilização a territórios “ignorantes”**

e habitados por seres “inferiores”, como africanos e asiáticos.

Uma vez que já aprendemos sobre algumas diferenças entre o colonialismo e o neocolonialismo, podemos estudar outro conceito fundamental para compreendermos a História Contemporânea: o imperialismo. Entre os diversos autores que buscaram explicar o fenômeno imperialista europeu, quatro são nomes de destaque que abordaremos neste texto: **Vladimir Ilyich Ulyanov** (1870 – 1924), mais conhecido como **Lênin** - revolucionário de papel fundamental durante a Revolução Russa -, a filósofa alemã **Hannah Arendt** (1906 – 1975), o historiador britânico **Eric Hobsbawm** (1935 – 2012) e o intelectual palestino **Edward Said** (1935 – 2003).

Lênin escreveu a obra *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, publicada em 1917, texto no qual o autor russo defende, como o título sugere, que o imperialismo é o último estágio de desenvolvimento do capitalismo. Segundo Lênin, o fenômeno imperialista foi um desenvolvimento natural do capitalismo, como uma ferramenta necessária para a expansão do sistema que, já em finais do século XIX, encontrava-se com sinais de crise. A recuperação do capitalismo haveria de se dar pela busca de matérias-primas e mercado consumidor, principais chamarizes do imperialismo europeu. O trecho abaixo bem resume as teses de Lênin sobre o imperialismo:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LÊNIN, 1984, Capítulo VIII, s/p.)



É importante notar como tanto Arendt quanto Hobsbawm têm suas interpretações sobre o fenômeno imperialista influenciadas em justa medida pela hipótese de Lênin. Contudo, o teórico soviético ressalta o papel dos monopólios no processo, além de destacar, como Hobsbawm faria depois, a importância central das colônias. Alemã

de origem judaica, Hannah Arendt é um dos nomes mais reputados quando falamos de análises a respeito dos eventos políticos ocorridos durante os séculos XIX e XX. Um de seus mais conhecidos trabalhos é *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo e totalitarismo* (1951), que contém diversos exames sobre as origens e consequências do imperialismo. De acordo com Arendt, a Conferência de Berlim em 1884, sobre a qual aprenderemos com mais detalhes à frente, é o marco incontornável para o imperialismo europeu. A partir do instante em que potências como Alemanha, Inglaterra e França sentaram-se à mesa de negociações para a partilha formal dos territórios africanos, é possível afirmar que política imperialista tornou-se a pauta principal das nações europeias (ARENDDT, 2012).

Fundamental para o pensamento de Hannah Arendt é sua associação entre o imperialismo e as teorias raciais vigentes no século XIX. O avanço das ciências, em especial da biologia, acabou por perpetrar consequências nefastas entre a intelectualidade europeia. A teoria da evolução de **Charles Darwin** (1809 – 1882) passou a ser aplicada de maneira perniciosa à espécie humana, criando uma cadeia evolutiva que tinha no homem branco europeu seu ponto de chegada, relegando à condição de “seres inferiores” todos os demais. A esse procedimento deu-se o nome de “**racismo científico**” ou “**darwinismo social**”. Uma das grandes contribuições de Arendt foi justamente relacionar esse expediente à corrida expansionista europeia e ao imperialismo.



Até o período da ‘corrida para a África’, o pensamento racista competia com muitas ideias livremente expressas que, dentro do ambiente geral do liberalismo, disputavam entre si a aceitação da opinião pública (...). A extraordinária força de persuasão decorrente das principais ideologias do nosso tempo não é acidental. A persuasão não é possível sem que o seu apelo corresponda às nossas experiências ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas (...). Toda a ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica (...). Seu aspecto científico é secundário. Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também a cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar

à multidão as novas interpretações da vida e do mundo. É graças a esses pregadores 'científicos', e não a quaisquer descobertas científicas, que não há praticamente uma única ciência cujo sistema não tenha sido profundamente afetado por cogitações raciais. (ARENDR, 2012, p. 189-90)

Embora o trecho de Arendt seja longo, é importante citá-lo em todo seu contexto à medida que a intelectual alemã faz referência a diversos pontos cruciais do pensamento vigente na Europa oitocentista. De partida, Arendt revela como o período era pródigo em diversos tipos de ideologias, ressaltando, porém, que aquelas que prosperaram apenas o fizeram em razão de atenderem aos anseios da sociedade. Nesse sentido, o fato de uma ideologia sobrepor-se às demais diz menos sobre seus méritos científicos e mais sobre sua capacidade de refletir os anseios de uma dada população. Sendo assim, **o racismo científico, muito mais como uma ideologia do que como uma hipótese científica, e o imperialismo, como agenda política comum às nações da Europa, unem-se mutuamente.**

À medida que se ampliava o desejo de possuir domínios em territórios distantes, crescia a necessidade de se justificar esse domínio, o que foi feito ao se classificar os habitantes das regiões dominadas como racialmente inferiores. Esse tipo de desejo, essa forma de anseio, é o alicerce fundamental da capilaridade das teorias raciais durante o século XIX. Segundo Arendt, da necessidade política e da aspiração econômica nascem uma teoria que, embora se alegue científica, pouco tinha a ver com os métodos da ciência moderna.



Assimile

Filósofa alemã de grande reputação, Hannah Arendt é um importante nome quando estudamos conceitos como 'racismo científico' e 'darwinismo social'. De acordo com suas teorias, esses conceitos, embora pareçam absurdos aos leitores modernos, obtiveram destaque na Europa do século XIX por corresponderem aos anseios daquele momento. Engajados na política imperialista, as nações da Europa necessitavam de teorias que justificassem sua intervenção em territórios da Ásia e da África.

Edward Said é outro célebre intelectual que se dedicou a refletir sobre o imperialismo europeu. Nascido em Jerusalém, no seio de uma família católica, e conhecido por sua militância em prol da causa palestina, Said é talvez o mais conhecido nome quando falamos de associação entre política e cultura. Dois de seus trabalhos mais importantes são *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1978) e *Cultura e imperialismo* (1993). No primeiro, Said traça uma longa genealogia buscando as origens da divisão da humanidade entre ocidentais e orientais. Mais do que isso, o intelectual palestino busca investigar a forma como, na cultura ocidental, o Oriente é sempre tachado de violento, preguiçoso e lascivo, ao passo que o Ocidente é o próprio lar da temperança, da racionalidade e do progresso. Com raízes na Antiguidade e fortalecido cada vez mais durante o século XIX, essa retórica assimétrica é chamada de Orientalismo por Said, conforme a seguinte definição: “[O orientalismo] é instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o [...]” (SAID, 2007: 29).

Para compreender em detalhes o pensamento de Said, é importante ligá-lo às teorias do filósofo francês **Michel Foucault** (1926 -1984), em especial ao conceito de **discurso**. De acordo com Foucault, o próprio ato de se enunciar um objeto já coloca sobre ele uma carga de dominação por parte do enunciante. Dessa forma, ao se descrever um objeto, ao relatar seu conteúdo, é criado, ao mesmo, um discurso de poder sobre esse objeto. **É assim que se opera o orientalismo concebido por Said: os estudos sobre o Oriente, sua enunciação e descrição são as próprias bases que constituem a dominação orientalista. O orientalismo, portanto, cria o Oriente ao mesmo tempo em que elabora discursos sobre ele.** É possível, já neste momento, estabelecer diferenças entre as teses de Arendt e Said: enquanto para a filósofa alemã a criação de um Oriente inferior é posterior às ações imperialistas, levadas a termo, sobretudo, por razões econômicas, para Said, imperialismo e orientalismo são mutuamente dependentes.

Já em *Cultura e imperialismo*, Said define o imperialismo moderno como desejo de possuir terras que não estão sob o controle europeu, um impulso para governar paragens exóticas. A reunião de territórios heterogêneos sob o signo da metrópole formaria aquilo que se entende por império. Imperialismo seria o processo por intermédio do qual se busca salvaguardar sua integridade (SAID, 2011).

Se Arendt associa o imperialismo às teorias raciais e Said o engendra em uma longa divisão entre Ocidente e Oriente, Eric Hobsbawm buscou interpretar o imperialismo pela via econômica. Segundo o historiador britânico, a partir do último quartel do século XIX, a acumulação de capital e o desenvolvimento da indústria lançaram as potências europeias a uma busca por novos territórios nos quais pudessem obter tanto mercados consumidores como matérias-primas a preços mais atraentes. Para que tal intento fosse levado a termo, contudo, fazia-se necessário mais do que o afã econômico; era de fatal importância a intervenção política, o controle formal desses territórios. Hobsbawm também advoga que o imperialismo surgido em fins do século XIX era marcado pela conquista sistemática associada à proliferação de colônias, de forma a garantir a preponderância da metrópole sobre os territórios assimilados (HOBSBAWM, 2014). É inclusive válido pensar como Hobsbawm, nascido em Alexandria (Egito), então possessão britânica, é uma espécie de “filho” do imperialismo.



Refleta

Temos aprendido nesta seção como o racismo científico e o imperialismo caminhavam lado a lado nos séculos XIX e XX. Um dado importante a se reforçar é que a aura “científica” envolta no racismo oitocentista fez com que a prática se perpetuasse com vigor, fazendo com que a questão racial seja de enorme relevância no mundo atual. No Brasil, por exemplo, é consenso que o fim da escravidão não representou o fim do racismo, o que se reflete em diversos âmbitos.

Um exemplo a partir do qual podemos refletir diz respeito às mortes por homicídio no Brasil. Veja, por exemplo, a seguinte matéria. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/uma-semana-de-mortes-o-retrato-da-violencia-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 26 set. 2017.

Após sua leitura, podemos refletir sobre diversas questões: qual é a proporção de negros mortos no Brasil? Qual a quantidade deles que vivia em situação de pobreza? Qual a causa dessas mortes? Em quais regiões do Brasil houve mais mortes dessa natureza? A partir dessas questões, e de tantas outras, é possível refletir sobre a relação entre o “racismo científico” do século XIX e a atual realidade brasileira.

Pudemos aprender, até aqui, sobre como os quatro nomes que estamos estudando interpretaram o fenômeno imperialista. Mas será que eles têm algo em comum? Certamente! Agora que as teses de Arendt já foram expostas, devemos passar aos demais. Hobsbawm não se furta a afirmar que era inegável “a ideia da superioridade europeia em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos” (HOBSBAWM, 2014, p. 106 – 7), de modo que os europeus se enxergavam imbuídos da tarefa de converterem os nativos à “verdadeira civilização, aquela representada por comerciantes, missionários e grupos de homens equipados com armas de fogo e aguardente” (HOBSBAWM, 2014, p. 118).

Said vai além, propondo que a força motriz por trás do imperialismo é a legitimidade no âmbito cultural, atingida mediante a retórica da inferioridade das colônias e seus habitantes, estigmatizados como reles crianças, que sem a tutela do homem branco ocidental seriam condenadas à mais soturna ignorância. Para Said, não há imperialismo sem a presença de um lastro adquirível apenas no domínio cultural, da mesma forma que não há limites para que esse imperialismo se exprima por meio das produções artísticas. A cultura dá vida ao imperialismo, professando-o (SAID, 2011).



Exemplificando

Pudemos aprender que Arendt, Said e Hobsbawm, embora abordem o imperialismo a partir de diferentes chaves explicativas, estão em consonância ao afirmarem que a experiência imperialista europeia se exprimiu na literatura do período. Dois exemplos são fundamentais para entender essa relação: **Joseph Conrad** (1857 – 1924), de nacionalidade britânica, mas polaco de nascimento, e **Rudyard Kipling** (1865 – 1936), indiano de nascimento, mas igualmente britânico de nacionalidade.

Conrad tornou-se ilustre pelo romance *Coração das Trevas* (1889). O enredo da célebre novela gira em torno de Kurtz, um experimentado negociante de marfim, enviado ao Congo Belga com a missão de obter mais proventos para o reino de Leopoldo II. Todavia, ao mergulhar nas profundezas da densa floresta africana, o mercador é tragado pelo ambiente, passando a viver entre os nativos como uma espécie de semideus. A novela conradiana acabou por inspirar o filme *Apocalypse Now* (1979), de Francis Ford Coppola. Ainda que *Coração das Trevas* carregue algum ranço anti-imperialista, parece haver o desejo de “racionalizar” a selvageria belga denunciada na obra, como se ela fosse parte de uma agenda que

previa a supressão de sociedades não-ocidentais (ALENCASTRO, 2008).

Já Kipling, primeiro escritor de língua inglesa a vencer o Prêmio Nobel de Literatura, em 1907, possui vasta obra em que literatura e imperialismo se misturam. Do conto *O homem que queria ser rei* (1888) às aventuras de *Mogli no Livro da Selva* (1894-1895), é impossível deixar de citar o poema "The White Man's Burden", publicado em 1899 em alusão à missão dos Estados Unidos para com as Filipinas, colônia adquirida um ano antes. Sua primeira estrofe bem resume como os europeus enxergam suas aventuras coloniais:

**Tomai o fardo do Homem Branco
Envia teus melhores filhos
Vão, condenem seus filhos ao exílio
Para servirem a seus cativos
Para esperar, com arreios
Com agitadores e selváticos
Seus cativos, servos e obstinados
Metade demônio, metade criança.
(KIPLING, 2007. p.189)**



Como vimos, caro estudante, talvez o mais emblemático episódio do imperialismo europeu, conforme a tese de Hannah Arendt, seja a Conferência de Berlim. Ocorrido entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, o evento foi convocado e organizado pelo chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, e teve a participação de potências europeias como a própria Alemanha, Áustria-Hungria, França, Bélgica, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, Itália, Rússia, Suécia, entre outros, e também de nações não-europeias, como Império Turco-Otomano e os Estados Unidos. É preciso retornarmos ao ano de 1876 para entendermos o porquê da realização dessa conferência. Naquela data, o rei Leopoldo II da Bélgica invadiu e tomou posse de um enorme território da África central, na atual República Democrática do Congo. A iniciativa do monarca causou desgosto às demais nações europeias, que também tinham interesse na região.



Temos aprendido nesta seção sobre o imperialismo e suas relações no âmbito da cultura. Um vídeo que certamente o ajudará a se aprofundar nesses assuntos é a Conferência TED de Chimamanda Adichie. Nela, a escritora nigeriana revela, entre outros detalhes, como em sua infância criava apenas personagens brancos em suas histórias, seguindo a tendência da literatura da época. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>>. Acesso em: 25 set. 2017.

Mas, afinal, qual assunto foi tratado na Conferência de Berlim? Ela foi reunida com o objetivo de regulamentar o domínio europeu na África, evitando episódios como aquele protagonizado por Leopoldo II, que poderiam levar a um conflito. É importante mencionar que era grande interesse de Bismarck que o evento fosse realizado na Alemanha. Devido aos longos conflitos que por fim resultaram na Unificação Alemã, o país estava "atrasado" na disputa por territórios africanos, razão pela qual Bismarck acreditou que, hospedando o evento, pudesse pressionar as demais nações e favorecer a obtenção de colônias para a Alemanha. Também é fundamental salientar que a divisão dos territórios africanos entre os países imperialistas foi feita de maneira arbitrária, sem dar qualquer importância às características étnicas e tribais existentes no interior do continente.

Os números talvez ajudem a explicar o que foi a ocupação da África pelos imperialistas europeus. Em 1876, cerca de 10% do território africano estava sob o domínio dos europeus. Em 1900, porém, mais de 90% do continente havia passado às mãos dos impérios da Europa. França e Grã-Bretanha eram os países com mais possessões. Os franceses instalaram-se no Noroeste e Norte, nas regiões da Argélia, Tunísia e Marrocos, além da Ilha de Madagascar, ao passo que os ingleses dominaram o Egito, o Sudão e também diversos territórios ao sul do continente. Seguindo as disposições da Conferência de Berlim, os alemães ficaram com regiões que hoje correspondem a países como Togo, Camarões, Tanzânia e Namíbia. Portugal manteve suas colônias em Cabo Verde, Angola, Moçambique, entre outros, ao passo que a Espanha fez o mesmo com parte do Marrocos e da Guiné Equatorial. Italianos ficaram com Líbia e Eritreia, enquanto Leopoldo II consegue manter o Congo em favor dos belgas. Para este último caso, é sintomático lembrar que o território congolês era cerca de dez vezes maior do que o da Bélgica (HOBSBAWM, 2014).

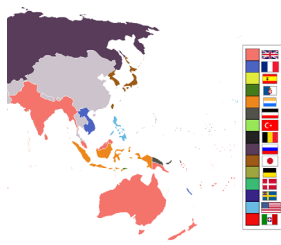


Figura 2.3 | África colonial em 1913



Fonte: <<https://goo.gl/t2VmTd>>. Acesso em: 29 set. 2017.

Figura 2.4 | Avanço do imperialismo na Ásia



Fonte: <<https://goo.gl/3ZbMAu>>. Acesso em: 25 set. 2017.

O primeiro mapa mostra a África colonial em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Observe como a quase totalidade do continente africano estava sob o domínio europeu – com exceções importantes como a Etiópia, que durante o reinado de **Menelik II** (1889 -1912) derrotou as tropas italianas. O segundo mapa mostra o avanço do imperialismo na Ásia. Note como não só países europeus possuíam possessões naquele continente. Os EUA, por exemplo, dominavam as Filipinas.



Embora por vezes pensemos que o domínio europeu na África avançou sem sofrer qualquer resistência dos locais, é fato que algumas populações africanas ergueram-se contra o domínio estrangeiro. Um exemplo importante é o dos zulus, que habitavam a região do sul do continente africano. Já no começo do século XIX, os zulus ergueram-se contra os

bôeres (holandeses). Após os ingleses tentarem dominar a região, os zulus continuavam a resistir e chegaram até mesmo a vencer tropas estrangeiras fortemente armadas, em 1879. Embora os ingleses, por fim, tivessem vencido, a resistência zulu é um exemplo de como as populações nativas se ergueram contra o imperialismo europeu. O artigo de Frederick Cooper, que trata de temas como resistência ao imperialismo na África e as perspectivas historiográficas do tema, é um bom ponto de partida para seus estudos. Consulte:

COOPER, Frederick. Conflito e Conexão: repensando a História Colonial da África. **Anos 90**. v. 15, nº 27, p. 21-73, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/27/27art1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

Da mesma forma que a África, a Ásia também foi alvo da expansão imperialista europeia. De fato, a ocupação dos europeus naquele continente remetia aos primeiros séculos da modernidade, quando portugueses, espanhóis e holandeses se estabeleceram em regiões como Macau (China), Filipinas e Java (Indonésia), respectivamente. Contudo, o domínio inglês na Índia é o melhor exemplo do imperialismo europeu na Ásia. Desde o século XVIII, a Inglaterra, com a **Companhia Inglesa das Índias Orientais**, já possuía tropas militares e detinha destacado papel no comércio da região. Aumentando cada vez mais sua esfera de ação, a Inglaterra estabeleceu indústrias têxteis na Índia, responsáveis por arrasar os produtores locais, cuja produção de tecidos ainda era manufaturada. Buscando acelerar ainda mais sua produção, a Inglaterra levou estradas de ferro à Índia, aumentando o valor das terras daquele território e deixando diversos indianos sem condições de manter suas posses. O descontentamento ia crescendo até explodir com a **Revolta dos Cipayos**, em 1857. Cipaio era o nome dado aos soldados mercenários que lutavam pela Companhia Inglesa das Índias Orientais. Naquele ano, a Inglaterra anunciou que os novos rifles usados por esses soldados teriam banha suína e bovina como lubrificante, o que desagradou aos seguidores das duas maiores religiões da Índia. Os hindus consideram a vaca um animal sagrado, ao passo que os islâmicos acreditam que o porco é impuro. Dessa forma, a população juntou-se aos cipayos na revolta que, embora vencida, acabou por despertar nos ingleses a necessidade de aumentar o controle na região. Com efeito, a Companhia Inglesa das Índias

Orientais foi substituída pela Coroa Inglesa como agente responsável pelo domínio britânico naqueles territórios, com a aclamação da Rainha Vitória como Imperatriz da Índia, em 1876. A dominação imperial britânica na Índia perduraria até 1947, quando um movimento liderado por **Mahatma Gandhi** conseguiu a independência daquele território, por meio de estratégias com a desobediência civil, assunto sobre o qual você ainda aprenderá neste curso de História Contemporânea.

Mas quais outros exemplos de resistência ao imperialismo na Ásia podemos citar? A China é outro exemplo. No início do século XIX, o país era governado pela dinastia Manchu, que, naquele momento, via-se enfraquecida devido às diversas revoltas camponesas. Devido às suas riquezas mineiras e a seu potencial como mercado consumidor, a China logo tornou-se alvo dos europeus. Novamente, a Companhia Inglesa das Índias Orientais teve papel central no processo. A Companhia era responsável por comprar seda e chá dos chineses, enquanto vendia-lhes o ópio produzido na Índia. O aumento do consumo de ópio entre os habitantes levou o governo chinês a apreender grande quantidade da droga, o que naturalmente causou insatisfação aos britânicos. A chamada **Guerra do Ópio (1839-1842)** defrontou chineses e britânicos e, com sua derrota, os orientais viram-se obrigados a assinar o Tratado de Nanquim (1842), por intermédio do qual se comprometiam a abrir os portos à presença britânica.

Essa delicada tensão diplomática levou à eclosão de outra revolta – a **Revolta dos Taipings (1853)**. Tal levante foi idealizado por nacionalistas chineses incomodados com a presença inglesa na região. Conseguiram algumas vitórias importantes no percurso, mas, por fim, caíram derrotados, abrindo caminho para que os britânicos aumentassem. A reação veio por parte de sociedades como a dos Boxers, nacionalistas radicais contrários à presença europeia na China, representada tanto por comerciantes quanto por missionários. A chamada **Guerra dos Boxers (1900-1901)** opôs esse grupo a uma coalizão de diversos países, como Reino Unido, Estados Unidos, França e Rússia, resultando na derrota dos revoltosos.

Com tudo que podemos aprender até aqui, você, caro aluno, pôde notar que a política imperialista foi um dos mais marcantes acontecimentos do século XIX europeu. Relacionado diretamente ao orientalismo, às teorias raciais e à divisão da África, o imperialismo também terá importante influência na eclosão da Primeira Guerra

Mundial, assunto sobre o qual aprenderemos na próxima seção de História Contemporânea.

Sem medo de errar

Um dos caminhos para resolver a situação-problema proposta é você, caro estudante, pensar no uso de histórias em quadrinhos como fontes para a reflexão histórica. Durante muito tempo ignoradas, seu uso tem aumentado desde o fim do século passado e muitas pesquisas têm sido feitas utilizando as HQs. A ditadura militar argentina nos quadrinhos da Mafalda ou o ideal do 'american way of life' refletido no Capitão América são alguns exemplos. Veja como será interesse fazer o mesmo a partir do Tintim!

Embora sucesso comercial, à época de sua publicação e ainda hoje, as aventuras de Tintim muitas vezes estiveram envoltas em controvérsias. A primeira história recebeu o nome de "Tintim no País dos Sovietes". Publicada em 1929, ela mostra a União Soviética de forma estereotipada, habitada por pessoas ardilosas e trapaceiras. "Tintim no Congo", lançada a partir do ano seguinte, é ainda mais polêmica. De partida, é importante lembrarmos que o Congo, à época, era uma colônia belga. Antes mesmo de analisarmos o teor da aventura, "Tintim no Congo" causou controvérsia por representar os congolezes com lábios desproporcionais, corpos esqueléticos e pele totalmente escura.

Passando ao conteúdo, os habitantes do Congo aparecem na história como seres infantis, inocentes, quase como que implorando pela tutela do homem branco ocidental – representado, nesse caso, pelo próprio Tintim. É interessante pensar, por exemplo, na relação entre essa interpretação e os versos de Kipling sobre os colonizados como "metade criança" e verificar como ela se fazia presente em dois suportes literários distintos.

Perseguido por um nativo com inveja de sua popularidade instantânea entre os congolezes, Tintim é salvo por um missionário cristão, o que foi lido mais uma vez como uma apologia à atuação europeia na África. O momento mais polêmico, porém, se dá quando Tintim ministra uma aula de geografia aos congolezes, dirigindo-se a eles nos seguintes termos: "Meus queridos amigos, hoje falarei sobre vossa pátria: a Bélgica". Ao final da história, Tintim parte e os locais erguem um ídolo de madeira em sua honra, para adorá-lo como uma divindade.

A história de Hergé fez sucesso quando de seu lançamento e, inclusive, ao ser publicada em Portugal, o Congo foi substituído pela Angola e Tintim passou a ser um agente lusitano, mostrando como as nações de Europa ansiavam por mostrar suas aventuras imperialistas em todos os momentos. Após a Segunda Guerra Mundial, porém, “Tintim no Congo” passou a ser alvo de diversas críticas e, ao ser publicada novamente em 1946, o autor retirou a cena da aula de geografia de Tintim, substituindo-a por uma de matemática.

O exemplo de “Tintim no Congo” mostra como a retórica imperialista europeia permeava até mesmo as criações artísticas mais populares. Essa história pode ser usada por você para discutir o imperialismo em sala de aula, na referência a seguir encontram-se as imagens da referida história, bem como as alterações posteriores feitas por Hergé e dados sobre a biografia do autor, todos subsídios para deixar sua discussão mais embasada (Disponível em: <<http://www.tintimportintim.com/2010/07/tintim-no-congo.html>>. Acesso em: 8 set. 2017.).

Discuta com os alunos a respeito de como hoje seria difícil que uma história com os tons de “Tintim no Congo” fizesse sucesso, em contraponto às primeiras décadas do século passado, quando os quadrinhos foram traduzidos para diversos idiomas. Debata com os estudantes sobre o potencial propagandístico dessas aventuras de Tintim, que poderiam ser usadas para incutir nas crianças, seu público-alvo, a noção de uma inquestionável superioridade europeia. Mostre aos alunos como o próprio autor alterou trechos da história, reconhecendo seu caráter racista e imperialista. Por fim, as alterações feitas por ocasião da publicação portuguesa de “Tintim no Congo” podem ensejar mais discussões sobre a propaganda imperialista na Europa.

Com as sugestões aqui expostas, será possível realizar uma aula que mostre como a retórica imperialista não estava impregnada apenas na “alta literatura” de Kipling ou Conrad, mas mesmo nas produções voltadas inclusive para o público infantil.

Faça valer a pena

1. Caricatura de Sarah Baartman, a “Vênus Hotentote”. Datada do início do século XIX, a imagem retrata uma mulher que foi levada de sua terra natal, na atual África do Sul, para servir como atração circense na Europa.

Figura 2.5 | Caricatura de Sarah Baartman



Fonte: <<https://goo.gl/iXrLN4>> Acesso em: 26 set. 2017.

Com base na análise da imagem, assinale a alternativa que melhor define a caracterização de Sarah Baartman.

- a) A caricatura trata de exaltar Baartman, que é vista como um símbolo da fertilidade em uma Europa que sofria com as baixas militares.
- b) A caricatura de Baartman foi usada pelo governo francês de maneira a criticar o imperialismo realizado pelos britânicos na Ásia, visto como pernicioso.
- c) A caricatura humilha o corpo de Baartman, visto como exótico e primitivo, propício para ser exibido na Europa como um retrato do “atraso” africano.
- d) A caricatura foi realizada por grupos zulus, oriundos da África do Sul, como forma de exaltar a resistência ao imperialismo inglês levado a termo na região.
- e) A caricatura foi feita em alusão à corrida armamentista empreendida na África por tribos zulus, o que ameaçava a hegemonia britânica na região.

2.



No Segundo Congresso Internacional de Ciências Geográficas, em 1875, no qual compareceram o presidente da República da França, o governador de Paris, o presidente da Assembleia, o discurso inaugural do almirante La Roucière-Le Noury expôs a atitude predominante no encontro: “Cavalheiros, a Providência nos ditou a obrigação de conhecer e conquistar a terra. Essa ordem suprema é um dos deveres imperiosos inscritos em nossas inteligências e nossas atividades. A geografia, essa ciência que inspira tão bela devoção e em cujo nome foram sacrificadas tantas vítimas, tornou-se a filosofia da terra”. (Adaptado de SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 375)

O texto-base consiste de um discurso do almirante francês La Roucière-Le Noury proferido em 1875. Baseando-se nele e em seus conhecimentos sobre o período, analise as duas assertivas abaixo:

I – Ainda imbuído de certo espírito iluminista, La Roucière-Le Noury defende com fervor o papel da ciência, particularmente da geografia, classificando-a como a nova “filosofia da terra”.

II – A defesa da ciência feita La Roucière-Le Noury possuía um norte específico: deve-se conhecer o mundo para dominá-lo, deve-se conhecer populações distantes para conquistas, donde a importância da geografia destacada pelo almirante.

Assinale a alternativa que melhor relaciona as duas assertivas acima.

- a) Ambas as assertivas são verdadeiras, sendo a I uma consequência da II.
- b) A assertiva I é verdadeira, ao passo que a assertiva II é falsa.
- c) A assertiva II é verdadeira, enquanto a assertiva I é falsa.
- d) Ambas as assertivas são falsas.
- e) Ambas as assertivas são verdadeiras, sendo a II uma consequência da I.

3.

Uma linha é traçada entre dois continentes. A Europa é poderosa e articulada; a Ásia é derrotada e distante. Ésquilo representa a Ásia, faz com que fale na pessoa da idosa rainha persa, mãe de Xerxes. É a Europa que articula o Oriente; essa articulação não é a prerrogativa de um mestre de marionetes, mas de um genuíno criador, cujo poder de dar vida apresenta, anima, constitui o espaço do contrário silencioso e perigoso, além das fronteiras familiares. (SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 94)

O texto-base traz um excerto do influente livro *Orientalismo*, publicado pelo intelectual palestino Edward Said em 1978. De posse dessas informações, analise as proposições abaixo:

() No trecho citado no texto-base, Said remonta à peça *Os Persas*, do dramaturgo ateniense Ésquilo, para encontrar uma das gêneses do chamado orientalismo, isto é, uma forma de representação específica do Oriente que tende a estigmatizá-lo como fraco, inepto e vagaroso

() Ao citar as personagens da mais recuada tragédia grega de que temos notícia, Said busca demonstrar como os helenos já operavam uma cisão entre a Europa e a Ásia, que foi recuperada e ampliada pelo discurso orientalista moderno.

() Ao fazer menção ao “mestre de marionetes” na passagem, Said alude à capacidade inventiva do discurso orientalista, que possui entre suas características a técnica de criar e solidificar a alteridade em relação ao outro oriental.

A sequência correta de Verdadeiro (V) e Falso (F) é:

- a) F, V, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) V, V, V.
- e) V, F, F.

Seção 2.3

A Primeira Guerra Mundial

Diálogo aberto

Nesta seção de História Contemporânea, aprenderemos sobre um dos mais importantes eventos do século XX: a **Primeira Guerra Mundial**. Entre os muitos assuntos sobre os quais é possível aprender estudando esse tema, um ganha destaque por também estar em voga nos dias atuais: a disputa entre as nações e, sobretudo, o sentimento de revanchismo de uma nação para com a outra ou outras. Tanto para o caso da Primeira Guerra Mundial quanto para o da Segunda, é possível explicar a eclosão das disputas a partir de seguidos casos em que uma nação acreditava atacar a outra em nome de uma “justiça” respaldada em disputas passadas. Veremos com mais cuidado como esse processo se deu na Europa, em particular envolvendo a França e a Alemanha, mas não é necessário citar quão nefastas foram as consequências decorrentes das duas grandes guerras mundiais.

Diante dessas informações, seu desafio será ter entre seus alunos alguém que acredita que a revanche e o sentimento de reparação histórica entre as nações deve ser a tônica da política moderna. Alguém que acredita, por exemplo, que o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 é justificável à luz da ação intervencionista do EUA no Oriente Médio durante as décadas de 1970, 80 e 90. Um aluno que defende a validade de uma investida da Coreia do Norte sobre a Coreia do Sul em nome da guerra ocorrida nos anos de 1950, quando a Coreia do Norte sofreu baixas terríveis. Seu desafio será pensar em um debate que consiga discutir o quanto as consequências desse tipo de pensamento foram cruéis com a Europa e o mundo dos séculos XIX e XX e o quanto hoje, talvez mais do que nunca, ele seria igualmente destrutivo.

Não pode faltar

Nas duas últimas seções de História Contemporânea, pudemos aprender sobre conceitos como nacionalismo, imperialismo e neocolonialismo, alguns dos mais importantes quando falamos da Europa do século XIX. Nesta seção, veremos como esses fenômenos

se consubstanciaram na Primeira Guerra Mundial. Antes, porém, precisamos revisitar um conceito também muito importante para entendermos o período anterior à eclosão da guerra. Trata-se da ideia de Paz Armada.

Normalmente, os historiados fazem uso do conceito de Paz Armada para aludir ao período entre o fim da Guerra Franco-Prussiana e o início da Primeira Guerra Mundial, isto é, entre 1871 e 1914, em linhas gerais. Esse período é marcado por diversas características, entre quais as mais marcantes são, por um lado, o desenvolvimento militar desenfreado das potências europeias, e, por outro, uma grande pujança artística, fazendo com que o termo Belle Époque também seja usado para fazer referência ao período, em particular na França.



Exemplificando

Um exemplo que podemos citar é o impressionismo na pintura, cujo maior representante é o francês Claude Monet (1840 – 1926). De maneira resumida, essa vanguarda buscava retratar os assuntos cotidianos, em oposição aos temas históricos elogiados pela Academia, além de buscar formas de representações mais livres e menos apegadas à imitação do real.

Figura 2.6 | O impressionismo



Fonte: <<https://goo.gl/Na0dfn>>. Acesso: 7 out. de 2017.

O quadro "Impressão, nascer do sol", pintado pelo francês Claude Monet em 1872, é considerado uma das primeiras pinturas impressionistas. Monet também é um dos nomes mais lembrados quando falamos da Belle Époque.

Sendo assim, caro leitor, vamos começar discutindo a ideia de Belle Époque para, na sequência, entendermos a Paz Armada.

A expressão Belle Époque relaciona-se à efervescência artística francesa da Terceira República. Os vultosos lucros obtidos pelos franceses nas colônias ultramarinas foram importantes para que as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX fossem marcadas por vigor artístico notável. Da criação de novas modalidades artísticas, como o cancan, o cabaré e, sobretudo, o cinema, os franceses do período acreditavam viver em uma época de prosperidade sem par, daí o termo Belle Époque. A bem da verdade, a expressão também se encaixa em outras nações da Europa e além. A Alemanha da época dos Kaiseres Guilherme I e II gozava de enorme poderio econômico, talvez apenas superado pela Inglaterra, que vivia na Era Vitoriana um período de prosperidade financeira inegável – embora também marcado pela censura no âmbito artístico. Até mesmo o Brasil, ainda embalado pelos lucros do comércio cafeeiro, vivia momento econômico favorável. O progresso tecnológico, cujo maior símbolo é a invenção do carro Ford T no princípio do século XX, é outra das marcas da Belle Époque. É importante destacar que esse status favorável era desfrutado apenas por uma fração pequena da população, a burguesia à frente. A condição de vida e, sobretudo, de trabalho, da maioria das pessoas continuava a ser difícil.

Em termos de historiografia, destacamos três nomes: o alemão **Walter Benjamin** (1892 – 1840) e os franceses **Guy Debord** (1931-1994) e **Christophe Charle** (1951). Benjamin, que se tornou célebre pelo ensaio *A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica* (1936), nutria uma relação ambígua com o período: por um lado, via de maneira pessimista a expansão da arte em finais do século XIX e início do XX, fazendo com as obras perdessem sua “aura” e se tornassem apenas produtos para consumo massificado. Benjamin, entretanto, era admirador da arte francesa a ponto de ter vertido obras como as de Baudelaire e Proust ao alemão.

Já Debord, de inspiração marxista, é autor de *A Sociedade do Espetáculo*, publicado em 1967. Debord tem interpretação crítica a respeito do período. Para o francês, a enorme expansão experimentada pelo capitalismo levou a duas consequências principais: a degradação ainda mais ferrenha da condição dos proletários e a espetacularização da arte, com o objetivo de celebrar e promover o modo de vida burguês. As teses de Debord ficam nítidas nesse trecho:



O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealdade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade e consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. (DEBORD, 2003, p. 15, grifo do autor)

Já Christophe Charle, autor de *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*, opta por enfatizar a exuberância artística no período. Charle destaca como as trupes teatrais cruzavam a Europa, adaptavam textos clássicos e propagavam um ideal artístico com uma vivacidade poucas vezes vista (CHARLE, 2012).

Passando à outra faceta da *Belle Époque*, o termo Paz Armada é empregado para descrever a paradoxal situação da Europa do fim da Guerra Franco-Prussiana à Primeira Guerra; embora os países do continente não estivessem em guerra, o que era raríssimo desde o início da modernidade, suas reservas bélicas não paravam de crescer. O avanço tecnológico, a aparição de novas potências, como a Alemanha recém-unificada, a criação do serviço militar obrigatório, o crescimento desenfreado do nacionalismo, entre outros fatores, caracterizavam o período conhecido como Paz Armada. Para se ter uma ideia, tomemos como exemplo a produção de ferro, principal matéria-prima da indústria bélica. Na Alemanha, a produção era de 50 mil toneladas em 1800, passando a 100 mil toneladas em 1830 e 210 mil toneladas em 1850. O Reino Unido é ainda mais impressionante: 190 mil toneladas em 1800, 690 mil em 1830 e incríveis 2 milhões e 390 mil em 1850.



Assimile

De maneira esquemática, duas são as principais vertentes interpretativas a respeito da história europeia entre o fim da Guerra Franco-Prussiana (1871) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914). Alguns historiadores buscam denominá-la de Belle Époque, por conta de sua pujança artística, representada pela difusão do teatro, inovações na pintura e invenção do cinema. É também possível compreender o período pelo conceito de

Paz Armada. Esse conceito dá conta de explicar como a Europa, apesar de não ter nenhum de seus países em guerra no período supracitado, empreendeu uma feroz corrida armamentista, tanto nos efetivos militares quanto na indústria bélica, que traria consequências terríveis durante a Primeira Guerra Mundial. É preciso reforçar, caro estudante, que essas duas teses são complementares e suas diferenças resultam de ênfases dadas pelos historiadores a diferentes parâmetros de análise.

O nacionalismo também crescia desenfreadamente. Alemanha e Itália recém-unificadas, a França, nutrida de profundo sentimento antigermânico após a Guerra Franco-Prussiana, e a Inglaterra com seu slogan do "império onde o sol nunca se põe" são alguns dos exemplos. Somados a eles, também podemos citar a expansão da Rússia em direção à Europa ocidental sob a bandeira do pan-eslavismo e mesmo as sucessivas independências ocorridas na região dos Bálcãs, com países como Grécia, Bulgária e Sérvia conseguindo se separar do Império Turco-Otomano. O quadro de tensão política às vésperas da Primeira Guerra Mundial é completado com o sistema de aliança entre as nações europeias. Em justa medida, essas alianças remontam ao Congresso de Viena (1815) e à Santa Aliança que lá se formou, entre Prússia, Império Russo e Império Austro-Húngaro, com o objetivo de evitar o surgimento de uma figura como a de Napoleão. Já com a Alemanha unificada, os interesses do Império Russo e do Império Austro-Húngaro passaram a conflitar, uma vez que ambos aspiravam a dominar a região dos Bálcãs. Dessa forma, em 1882, **Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro formaram a Tríplice Aliança**, coalizão que seria importantíssima na Primeira Guerra Mundial.

Outra aliança fundamental é a **Tríplice Entente**, consolidada em 1907 após uma série de acordos menores firmados entre **França** e **Rússia** (1891), França e **Reino Unido** (1904) e Inglaterra e Rússia (1907). De forma geral, todos esses acordos tinham em mira evitar o avanço da Alemanha que, desde a ascensão do Kaiser Guilherme II em 1888, havia estabelecido uma agressiva política de expansão mundial, chamada de *Weltpolitik*.



A partir do início da década de 1870, a ficção e a futurologia produziram, sobretudo na Grã-Bretanha e na França, sketches, geralmente não realistas, sobre uma futura guerra. Na década de 1880, Friedrich Engels já analisava as probabilidades de uma guerra mundial, enquanto o filósofo Nietzsche, louca, porém profeticamente, saudou a militarização crescente da Europa e predisse uma guerra que 'diria sim ao animal bárbaro, ou mesmo selvagem, que existe entre nós'. Na década de 1890, a preocupação com a guerra foi suficiente para gerar o Congresso Mundial (Universal) para a Paz – o 21º estava previsto para setembro de 1914, em Viena –, o prêmio Nobel da Paz (1897) e a primeira das Conferências de Paz de Haia (1899), reuniões internacionais de representantes majoritariamente céticos de governos, e a primeira de muitas das reuniões que tiveram lugar desde então, nas quais os governos declararam seu compromisso decidido, porém teórico, com o ideal da paz. Nos anos 1900, a guerra ficou visivelmente mais próxima e nos anos 1910 podia ser e era considerada iminente. (HOBBSAWM, 2014, p. 461-2)

O trecho acima pode servir de caminho para diversas reflexões a respeito do assunto sobre o qual temos estudado. Nele, o historiador Eric Hobsbawm elenca diversos aspectos que, segundo seu ponto de vista, indicariam a iminência de uma guerra mundial nas primeiras décadas do século XX. Embora não se possa negar que os argumentos apresentados são sedutores, podemos levantar algumas questões a respeito. Em que medida essa interpretação não é fruto de uma **teleologia**, isto é, será possível que a leitura de Hobsbawm parte do conhecimento prévio da existência da guerra para buscar suas origens de forma retroativa em eventos que, para seus contemporâneos, não tiveram o mesmo peso que para nós? Será que os contemporâneos aos eventos citados por Hobsbawm tinham poder para evitar um conflito "inevitável" como aquele desenhado pelo historiador? Será que, em termos gerais, há na história eventos "inevitáveis" ou há aqueles que os historiadores selecionam como "inevitáveis" para tramar suas narrativas e criar suas redes de explicação? Como você pode perceber, caro leitor, as causas da Primeira Guerra Mundial podem gerar reflexões não somente a respeito do conflito em si, mas sobre o próprio papel do historiador.

Diante desse quadro de intensa rivalidade, a sensação de guerra iminente se espalhava pela Europa. Alguns conflitos ocorridos no Norte da África e nos Bálcãs trataram de reforçar essa impressão. No primeiro caso, o Marrocos, região há muito tempo sob influência espanhola, passou a ser alvo da cobiça francesa, uma vez que a França detinha importantes colônias próximas àquele país, como a Argélia e a Tunísia. Ademais, há que se recordar o papel estratégico da região, autêntica porta de entrada para o continente africano. Receosa da hegemonia francesa no norte africano, a Alemanha passou a apoiar a independência do Marrocos, aguçando uma rivalidade que vinha desde a Guerra Franco-Prussiana. Embora o impasse tenha se resolvido quando a França cedeu aos germânicos territórios do Congo que estavam sob domínio francês, a crise do Marrocos ratificou a impressão de imediata guerra entre as potências da Europa.

Já no caso dos Bálcãs, a disputa se deu pelo interesse que tanto o Império Austro-Húngaro quanto o Império Russo tinham naquele território. A região, que antes vivia sob o domínio do Império Turco-Otomano, cada vez mais enfraquecido, era de grande importância estratégica, em particular para os russos, que a viam como a saída para o Mediterrâneo que há tanto almejavam. Para deixar o quadro ainda mais complexo, alguns países que haviam conseguido se separar do Império Turco-Otomano – a Sérvia, por exemplo – já desenvolviam forte sentimento nacionalista, pregando contra a influência estrangeira na região. Cada vez mais perseguidos pelos austro-húngaros, os sérvios buscaram aliar-se à Rússia caso sofressem algum ataque. Dizia-se à época que os Bálcãs eram o “barril de pólvora da Europa” e, de fato, foi lá que ocorreu a fâsca que fez explodir a Primeira Guerra Mundial (FERRO, 1992).

O evento que acabou por disparar o conflito ocorreu em 28 de junho de 1914. Nessa data, o arquiduque **Francisco Ferdinando**, herdeiro do Império Austro-Húngaro, foi assassinado, junto com sua esposa, por nacionalistas sérvios, que pertenciam a um grupo chamado Mão Negra. Quando morto, Francisco Ferdinando estava em Sarajevo, na Bósnia, em uma reunião na qual buscava alianças entre o Império Austro-Húngaro e os outros países dos Bálcãs, visando a uma futura guerra contra a Sérvia.

A morte de Francisco Ferdinando desencadeou conflitos como pedras de um jogo de dominó, que caem em sequência. Primeiro, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. A Rússia, que era

aliada da Sérvia, declarou guerra ao Império Austro-Húngaro. Ocorre que a Alemanha era aliada dos austro-húngaros, fazendo com que os alemães também tomassem parte de conflito. Logo França e, depois, Inglaterra se juntariam à Rússia, fazendo a guerra assumir contornos dramáticos.

Passados os primeiros meses do conflito, mais e mais países engrossavam suas fileiras. Império Turco-Otomano e Bulgária aliaram-se à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro, enquanto Itália – que passou da Tríplice Aliança à Entente –, Japão, Portugal, Grécia, Austrália e até mesmo o Brasil passaram a lutar ao lado da França, Inglaterra e Rússia. Durante a primeira etapa da guerra, configurou-se aquilo que recebeu o nome de guerra de movimento, ou seja, um conflito no qual as tropas movimentavam-se pelo continente europeu. Já ao final de 1914, a guerra entrava na sombria fase de trincheiras, quando os soldados cavavam buracos e lá permaneciam sem ganhar ou perder território. As baixas aumentavam brutalmente, tanto pela falta de suprimentos quanto pela própria tecnologia, que criava armas cada vez mais eficientes (HOBSBAWM, 2014).

O Império Russo foi o primeiro país a sofrer as consequências da guerra. As sucessivas derrotas para a Alemanha, associadas a uma crise política que já vinha desde a derrota para os japoneses em 1905, levaram a um descontentamento geral da população, desembocando na Revolução de 1917. Após a vitória do governo revolucionário, sob a liderança de **Lênin**, a Rússia assinou o **Tratado de Brest-Litovsk**, em março de 1918, saindo da guerra ao custo de severas perdas territoriais. Um ataque germânico a alguns navios comerciais norte-americanos, em 1917, acabou por converter-se no ensejo para que os EUA entrassem no conflito. Antes mesmo desse episódio, bancos estadunidenses emprestavam dinheiro aos países da Entente, sobretudo à Inglaterra, mas o ataque germânico foi o estopim para entrada oficial dos EUA na Guerra.



Exemplificando

Com uma agressiva campanha de recrutamento, somada à alta tecnologia militar e à capacidade de convergir, em tempo recorde, todo seu parque industrial para a produção bélica, a chegada dos EUA à guerra foi decisiva para os rumos do conflito. O icônico cartaz com o Tio Sam, dedo em riste, apontando para o espectador junto à expressão "I want you for the U.S. Army." (Eu quero você no exército americano) data da Primeira Guerra Mundial.

Figura 2.7 | Cartaz de recrutamento de voluntários usado pelos Estados Unidos durante a 1ª Guerra Mundial



Fonte: <<https://goo.gl/ZNu19w>>. Acesso em: 5 out. 2017.

Esse modelo iconográfico já havia sido usado anteriormente pelos britânicos, também durante o conflito.

A economia americana rapidamente redirecionou seus esforços para a guerra.

Durante o conflito, o Estado nacional assumiu poderes econômicos e sociais extraordinários: instituiu novos impostos, criou uma série de órgãos centralizados para organizar a produção e a distribuição bem como regular o trabalho nas indústrias de guerra. Wilson montou o Comitê de Informação Pública e largamente encheu o país com propaganda em favor da guerra. Patriotismo em nome da democracia e liberdade além-mar (contra a Alemanha) e em casa (contra a desigualdade econômica) dominou o discurso oficial do governo e de muitos dos movimentos. (KARNAL et al, 2014, p. 194)

A entrada dos EUA na guerra não foi importante apenas pela força americana em si, mas pelo ânimo que conferiu à Inglaterra e à França, já bastante debilitadas pelos anos de conflito. Esse novo ânimo permitiu à Entente criar o movimento conhecido como Ofensiva dos Cem dias,

uma campanha bem-sucedida que logrou expulsar os germânicos da França e ‘empurrá-los’ de volta até a Bélgica. As baixas germânicas durante esse movimento foram assustadoras, chegando a quase 800 mil mortos. Em novembro de 1918, a Alemanha estava arrasada e, para deixar o quadro mais desfavorável, aliados dos germânicos, como o Império-Austro Húngaro, a Turquia e a Bulgária, saíram da guerra dia após dia.

As enormes pressões internas, agravadas pelos reveses militares, tornaram insustentável a política do Kaiser Guilherme II, que se viu obrigado a abdicar do trono. Era o fim do **Segundo Reich** Alemão, substituído por uma República, com sede em **Weimar**, que ficou encarregada de criar uma nova constituição e, sobretudo, negociar os termos da rendição germânica. O chamado Armistício de Compiègne marca o fim da Primeira Guerra Mundial. Assinado em um vagão de trem na floresta francesa de Compiègne, o acordo rezava a rendição total da Alemanha aos membros da Entente, no dia 11 de novembro de 1918.

A rendição alemã, todavia, não foi o último rito da Primeira Guerra Mundial. Restava ainda discutir os acordos de paz após o conflito. Nesse particular, o presidente norte-americano **Woodrow Wilson** tomou a frente. Em discurso ao congresso, Wilson defendeu os chamados “14 pontos de Wilson”, nos quais propunha aquilo que ficou conhecida como uma “paz sem vencedores”, isto é, a tentativa de criar um acordo no qual a culpa pela guerra não seria imputada a uma única nação, o quê, no entender de Wilson, evitaria futuros conflitos motivados por revanchismo. É importante mencionar que Wilson propôs suas teses ainda em janeiro de 1918, ou seja, meses antes da rendição da Alemanha.



Pesquise mais

É possível que, se tivessem sido aprovados, os chamados 14 pontos de Wilson teriam evitado – ou ao menos mitigado – a Segunda Guerra Mundial. O sentimento de revanche entre os países derrotados, especialmente a Alemanha, apresentado com uma das razões precípua para o conflito, decerto seria reduzido caso a proposta do presidente americano vingasse. Para analisar essa hipótese, veja abaixo algumas das propostas de Wilson:



III – Remoção de todas as barreiras econômicas e estabelecimento de uma igualdade de condições entre todas as nações concordes na paz e associadas para mantê-la.

No ponto acima, estavam previstas as condições necessárias para a recuperação econômica dos países participantes da Primeira Guerra, sem a criação de barreiras ou impedimentos econômicos.

XIV – Uma Associação Geral das nações deverá ser formada com o fito de dar garantias mútuas de independência política e de integridade territorial aos grandes e aos pequenos Estados.

No ponto acima, vemos a tentativa de não alterar as fronteiras de acordo com os resultados da guerra. É oportuno lembrar que uma das escusas usadas por Hitler para a invasão da Polônia era a falta de ‘espaço vital’ para que a Alemanha pudesse desenvolver-se a contento.

Não é o caso de eleger Wilson como um campeão da paz mundial, mas, apenas, mostrar como sua proposta de paz, caso aprovada, talvez resultasse em novos rumos à história do XX.

Para pesquisar mais sobre os 14 Pontos de Wilson e suas cláusulas na obra:

MATTOSO, K. (org.). **Textos e Documentos de História Contemporânea**. 1789-1963. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977, pp. 161-163.

Embora a proposta de Wilson parecesse indicar uma via promissora para as negociações de paz, a derrota de seu partido nas eleições para o congresso americano, ainda em 1918, deixou o presidente relativamente isolado. Ademais, a França passou a tomar o controle das negociações de paz, motivada pela revanche contra a Alemanha, que vinha desde a Guerra Franco-Prussiana e perda dos territórios da Alsácia-Lorena. O fato de a rendição alemã ter sido assinada em um vagão francês deu ainda mais poder àquele país. Sendo assim, as discussões sobre o novo acordo de paz tiveram lugar na França, sob a liderança de Georges Clemenceau, então chefe do governo francês. Nascia aí o **Tratado de Versalhes**.

Publicado em 1919, **esse tratado reputava à Alemanha toda a responsabilidade pela guerra**, além de impor aos germânicos sanções

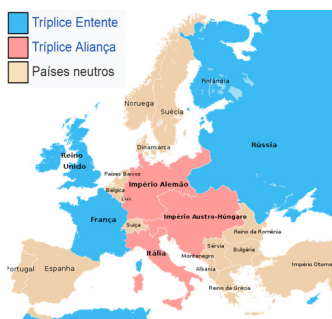
pesadíssimas nos âmbitos econômico, político e social. Entre os pontos mais lembrados do Tratado de Versalhes, os alemães deveriam pagar enormes somas às outras nações, a título de indenização, a Alsácia-Lorena voltaria a pertencer à França, parte substantiva da marinha alemã deveria ser posta à disposição de ingleses e franceses e, por fim, a Alemanha teria reduzido seu contingente a cifras mínimas e ficaria proibida de produzir armas de grande alcance. Outra consequência importante foi a criação da Polônia, um novo país surgido após o conflito e do chamado **Corredor Polonês**, uma faixa de terras que foi tirada da Alemanha. A maioria da população do Corredor Polonês era composta por alemães e esse território permaneceu em disputa até a Segunda Guerra Mundial.

Como visto, o Tratado de Versalhes tomou a Alemanha como autêntico 'bode expiatório' para a Primeira Guerra e, conforme você aprenderá nas próximas unidades, acabou por se converter em um dos principais fatores para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Com o término da Primeira Guerra, algumas alterações importantes ocorrem no jogo político europeu. De início, os últimos Estados absolutistas caíram como consequência do conflito; o Império Austro-Húngaro, dissolvido ainda no final de 1918, e Império Russo, derrubado pela revolução de 1917. Já o Império Turco-Otomano, que já vinha enfraquecido desde o século XIX, sofreu sua derradeira derrota em 1922, fragmentando-se na Turquia e em outros territórios.

Os EUA foram possivelmente os maiores vencedores do conflito, passando a assumir o papel de maior potência econômica do globo – ao menos até a Crise de 1929. Com número de baixas bastante reduzido, enormes ganhos financeiros e com seu parque industrial praticamente intacto – em contraposição à destruição generalizada da Europa – os EUA viveriam uma pequena era de ouro até a quebra da bolsa de Nova Iorque.

Figura 2.8 | Europa antes da Primeira Guerra Mundial



Fonte: adaptado de <<https://goo.gl/pv2p7u>>. Acesso em: 19 out. 2017.

Figura 2.9 | Europa depois da Primeira Guerra Mundial



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_Europe_1923-en.svg> <https://goo.gl/EYmCws>>. Acesso em: 19 out. 2017.

Os mapas acima representam a Europa antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Na Figura 2.8, temos o continente em 1914, antes da eclosão do conflito, com os países marcados com cores referentes às alianças a que pertenciam. Na Figura 2.9, vemos o continente europeu após o término do conflito, em 1923.

Um último ponto importante a respeito desta seção, caro leitor, diz respeito à historiografia que abordou o tema da Primeira Guerra Mundial. Como é comum, o tratamento dado ao assunto varia conforme a área de interesse dos estudiosos. Historiadores econômicos valorizam as razões financeiras que levaram à eclosão do conflito, enquanto estudiosos militares costumam dar ênfase às estratégias usadas durante

o combate, por exemplo. Da mesma maneira, a abordagem varia conforme o momento no qual esses estudos são realizados. De forma esquemática, uma primeira geração de historiadores, quase sempre vindos de países da Entente como os EUA e a Inglaterra, atribuíram as causas do conflito à Alemanha e à sua política de expansão territorial e crescimento econômico selvagem somados a um nacionalismo inflexível. Uma obra conhecida que se encaixa nessa vertente é *The World Crisis* (A crise mundial), publicada por Winston Churchill, que depois se tornaria figura de destaque durante a Segunda Guerra Mundial.

Historiadores germânicos, escrevendo já durante o período da República de Weimar, tentaram contrapor as teses anteriores, apontando países como Rússia, Inglaterra e França como principais agentes da guerra. Nessa perspectiva, guiada igualmente por razões nacionalistas, potências capitalistas então dominantes no século XIX, sobretudo França e Inglaterra, não conseguiram tolerar a ascensão alemã e a conseqüente presença de outra força no cenário político europeu. Essa interpretação ganhou força com o avanço do nazismo e se fortaleceu durante a Segunda Guerra.

Os anos 1960, e o crescimento da teoria marxista, deram novos contornos à historiografia do período. O capitalismo monopolista e o imperialismo, mais do que as ambições desta ou daquela nação, passaram a ser a chave do conflito. Lênin, já durante o processo revolucionário na Rússia, apresentava essa tese em seus discursos e escritos. Também importante nesse movimento de repensar a Primeira Guerra Mundial tem sido o movimento pós-colonial, assunto que você, leitor, aprenderá com mais detalhes nas próximas seções de História Contemporânea. A principal característica dessa vertente historiográfica é o destaque que as então colônias europeias tiveram durante a guerra. Seja fornecendo soldados para o combate, seja contribuindo com armas e equipamentos, a historiografia pós-colonial busca demonstrar como as nações da Ásia e da África tiveram papel central na guerra. Muito mais do que meros auxílios para as potências da Europa, essas então colônias criaram movimentos de resistência e encaminham gestões políticas de autodeterminação que, em particular após a Segunda Guerra, foram centrais para o movimento de descolonização. Em suma, essa historiografia valoriza, por um lado, as razões estruturais para a emergência do conflito – ligadas ao capitalismo monopolista e à política imperialista – e, por outro, destaca o papel ativo das então

colônias na guerra, em especial como momento propício para as lutas de resistência local. Por fim, esse movimento tenta contribuir para uma visão menos eurocêntrica não apenas da Primeira Guerra, mas da história como um todo.

Sem medo de errar

Como pudemos aprender ao longo desta seção, o sentimento de revanche foi a tônica da política europeia dos séculos XIX e XX. Concentrando nossos esforços apenas na Alemanha e na França do período, vemos como um infeliz desencadeamento de eventos levou à eclosão das duas grandes guerras. Em seu processo de unificação, a Alemanha tomou duas importantes regiões francesas, a Alsácia e a Lorena, o que se converteu em uma rivalidade que se faria sentir com vigor durante a Primeira Guerra Mundial. Após a vitória da Entente, a 'paz sem vencedores' de Wilson foi trocada pela 'paz de um perdedor' que a França imputou à Alemanha pelos ranços que vinham desde o século XIX. Esmagados pelo Tratado de Versalhes, os germânicos aumentaram seu rancor a ponto de, já na Segunda Guerra Mundial, terem obrigado os franceses a assinarem sua rendição no mesmo vagão em que fora assinado o armistício alemão em 1918. Os exemplos são inúmeros e seria possível remontar a rivalidade entre franceses e alemães até os tempos de Carlos Magno. O importante neste momento, porém, é notar como a resolução de conflitos motivada pelo sentimento de revanche apenas levou a mais conflitos, muitas vezes com o envolvimento de países que, a princípio, não tinha nenhuma relação com aquele cenário.

Voltando à situação-problema, como seria possível estabelecer um debate a respeito da política revanchista da Europa tendo entre seus alunos alguém que acredita ser esse o único caminho de negociação entre as nações? Em um primeiro momento, seria necessário reforçar os dados apresentados até aqui, isto é, ressaltar como esse tipo de sentimento levou a conflitos cada vez mais sangrentos – da Guerra Franco-Prussiana à Segunda Guerra Mundial. A essa altura da discussão, valerá até mesmo mostrar como a Segunda Guerra também foi norteadada pelo revanchismo, dos alemães contra os franceses, mas também contra os judeus, entre outros. Em um segundo momento do debate, você poderá trabalhar com um exercício que costuma ser bem recebido entre os alunos: o exercício da história não-factual, isto

é, fazer esforço de pensamento para imaginar como seria a história caso um ou outro evento fosse diferente. Para o tema que estamos estudando, os 14 pontos de Wilson, destacados no quadro Pesquise mais, são de grande valia.

Tente imaginar com os estudantes como, ou se, teria sido diferente a história das décadas de 1930 e 1940 caso a proposta do presidente americano tivesse sido aprovada. Sem o peso do Tratado de Versalhes, teriam os alemães recebido com entusiasmo os discursos eivados de revanchismo que foram a tônica da República de Weimar? Teriam sido acolhidos os discursos de ódio que brotaram naquele período? Teria havido, a propósito, a profunda crise econômica que acabou por acalantar o cenário descrito acima? Essas perguntas, e as reflexões que dela decorrerem, dão um exemplo de como um debate em torno do tema do revanchismo entre as nações pode ser conduzido em sala de aula. Muitos outros casos podem ser citados, como os conflitos no Oriente Médio, quase sempre guiados pela ideia de que um povo tem sido atacado pelo outro há mais tempo.

A partir das reflexões elencadas acima, e muitas outras que você poderá elaborar, será possível estabelecer um debate em torno das causas das grandes guerras mundiais e ligá-las a uma política de revanche que é uma das marcas da Europa oitocentista. Será possível demonstrar que, na esmagadora maioria das vezes, essa forma de resolução de conflitos, que tem no Tratado de Versalhes seu exemplo mais bem acabado, gera, na verdade, conflitos ainda piores.

1.



A riqueza proverbial dos EUA não seduziu apenas massas despossuídas. Em meio à exaustão material e humana da Primeira Guerra, os governos da França e da Inglaterra ansiaram pelo auxílio da jovem potência. A ajuda veio na forma de recursos, de homens e de um sonho ideal de uma 'guerra para acabar com todas as guerras'. A indústria, o dinheiro e as tropas norte-americanas mudaram o rumo da guerra. Em 1918, muitos ainda olhavam para Washington com grande admiração. O presidente W. Wilson, meio às raposas políticas em Versalhes, parecia a encarnação do idealismo do Novo Mundo. (KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 14-5)

O texto-base faz referência à participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial. Com relação a esse evento, analise as preposições abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() De acordo com o texto-base, tanto a França quanto a Inglaterra, devastadas pelo conflito, viam na participação norte-americana um caminho para a possível vitória da Tríplice Entente.

() O texto-base destaca como, a despeito dos desejos das forças da Entente, a participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial não foi decisiva para os rumos do conflito.

() O texto-base ressalta que, durante as negociações de paz, os EUA e a figura de seu presidente eram vistos com esperança por ainda não terem sido 'contaminados' pelos velhos vícios da Europa

A partir da leitura do texto-base, pode-se dizer que sequência correta de Verdadeiro (V) e Falso (F) é:

- a) V, F, F.
- b) V, V, F.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.
- e) F, F, V.

2.

Uma revolução ligada à primeira guerra imperialista mundial. Numa tal revolução deviam manifestar-se traços novos ou modificados. Precisamente em consequência da guerra, porque nunca houve no mundo tal guerra em tal situação. Vemos que até agora a burguesia dos países mais ricos não pode organizar relações burguesas 'normais' depois dessa guerra, enquanto os nossos reformistas, pequenos burgueses que se armam em revolucionários, consideravam e consideram como um limite (além disso, insuperável) as relações burguesas normais, compreendendo esta 'norma' duma maneira extremamente estereotipada e estreita". (LÊNIN, Vladimir. Sobre nossa revolução. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1923/01/17.htm>>. Acesso em: 8 out. 2017.)

O texto-base apresenta uma passagem de Lênin escrita em janeiro de 1923. A partir de sua leitura e de seus conhecimentos sobre o período, marque como Verdadeiro (V) ou Falso (F) as assertivas abaixo:

() Lênin atribui à Primeira Guerra Mundial, por ele caracterizada como

“primeira guerra imperialista mundial”, uma das razões para a eclosão da Revolução Russa, ocorrida em 1917.

() Lênin acredita que a burguesia europeia, após a Primeira Guerra Mundial, não conseguiu se estabelecer com a mesma pujança imperialista com a qual se caracterizava antes do conflito.

() Lênin defendia que, apesar de suas consequências destrutivas, a Primeira Guerra Mundial foi um evento importante para acentuar as contradições do capitalismo e, conseqüente, engendrar a revolução mundial.

A partir da apreciação das assertivas acima, pode-se dizer que sequência correta de Verdadeiro (V) e Falso (F) é a seguinte:

- a) V, V, V.
- b) V, V, F.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.
- e) F, F, V.

3. A Europa, principalmente no curso do século XIX, surgiu como um modelo em grande parte urbano de educação, cultura e ideologia, embora, desde o início, o modelo fosse visto como exportável para comunidades ultramarinas de colonos europeus [...]. A social-democracia como movimento político e, a partir da Primeira Guerra Mundial, de sustentação do Estado foi e continua a ser integralmente europeia, tal como o foi a Segunda Internacional (marxista-social-democrata) – mas não o comunismo marxista da Terceira Internacional após 1917. (Adaptado de HOBBSAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 288.)

O texto-base versa sobre a política europeia de finais do século XIX e início do XX. Após sua leitura, pondera sobre as três assertivas abaixo:

I – O trecho afirma que o modelo educacional, ideológico e político dominante durante o século XIX, embora europeu, era visto como exportável para as colônias.

II – O trecho defende que o modelo político da social democracia, igualmente de origem europeia, tornou-se um molde de sustentação do Estado após a Revolução Russa.

III – Um contraponto à tese da incontentável exportação ideológica da Europa para o resto do globo é o comunismo marxista que, mesmo após 1917, não se tornou dominante no mundo.

A partir da leitura das proposições acima, é correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.
- e) II, apenas.

Referências

- ALENCASTRO, Luis. Persistência das Trevas. In: CONRAD, Joseph. **Coração das trevas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 155-179.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHARLE, Christophe. **A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CONRAD, Joseph. **Coração das trevas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- FERRO, Marc. **História da Primeira Guerra Mundial**. 1914 – 1918. Lisboa: Edições 70, 1992.
- GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismos**. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875 – 1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KARNAL, Leandro (et al.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2014.
- KIPLING, Rudyard. **Collected Works of Rudyard Kipling**. Portland: ThriftBooks, 2007.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Lisboa-Moscou: Editorial Avante!; Edições Progresso, 1984. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap7.htm>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós (org.). **Textos e Documentos de História Contemporânea**. 1789-1963. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? Tradução de Gladyson José de Silva. **Revista Aulas**, 2006, pp. 1-18.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Da Revolução Russa à Segunda Guerra Mundial

Convite ao estudo

A primeira metade do século XX é marcada por uma série de acontecimentos dramáticos, que transformam profundamente a forma como os homens vivem e compreendem a própria vida. Nesta unidade, estudaremos algumas das principais transformações observadas nesse período, agrupando-as em torno de três grandes eixos: a **Revolução Russa** (1917), a emergência dos **totalitarismos**, no entreguerras (1918-1936), e a **Segunda Guerra Mundial** (1939-1945). Todos esses eventos contribuíram para a forma como organizamos e pensamos nosso dia a dia, por vezes, de formas sutis ou inesperadas. Um exemplo da importância das mudanças ocorridas nesse período para o tempo presente pode ser encontrado em um dia qualquer na vida de José, um trabalhador brasileiro como tantos outros.

A caminho do trabalho, José abre seu jornal e lê algumas matérias interessantes sobre as novidades no Brasil e no mundo. O país enfrenta nova crise econômica; trabalhadores inconformados com as perdas salariais organizam uma greve; grupos supremacistas realizam um protesto nos Estados Unidos e recebem vasta atenção da mídia. Preocupado com a situação atual, ele começa a refletir: sindicatos, movimentos autoritários, crise econômica... Como esses elementos poderiam estar ligados?

José não desconfia, mas esses elementos – a organização dos trabalhadores, a emergência de ideários supremacistas e de regimes totalitários, e as respostas econômicas à crise – estão, sim, ligados em um complexo cenário político. Em um processo semelhante, na primeira metade do século XX, um conjunto de acontecimentos históricos singulares, compuseram parte do que o historiador britânico **Eric Hobsbawm** denominou de **“Era da Catástrofe”**: a falência sistemática e generalizada das instituições políticas e

econômicas da Era Vitoriana. Nesse período, a Primeira Guerra Mundial levou a humanidade à beira do colapso, e respostas variadas foram adotadas como saídas para a crise. Os trabalhadores russos organizaram-se e tomaram o Estado em uma Revolução Socialista, dando origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os governos italiano e alemão adotaram estratégias corporativistas de cooptação e repressão dos trabalhadores e deram origem ao Fascismo e ao Nazismo. A difícil situação enfrentada pela Economia Internacional conduziu o Ocidente à Crise de 1929, que forçou governos liberais a repensarem sua política econômica.

Foi um período de transformações dramáticas, ocorrendo muitas vezes em rápida sucessão ou concomitantemente umas às outras. Quais são suas principais consequências? O que aprendemos com os anos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial? Como José, você consegue observar desdobramentos dessas mudanças na contemporaneidade?

Seção 3.1

A Revolução Russa de 1917 e a União Soviética

Diálogo aberto

As relações entre trabalhadores e empresas são mediadas por um conjunto de leis e contratos, estabelecidos tanto a partir dos códigos jurídicos de um dado país quanto pelos acordos firmados entre empregados e empregadores. Assim, trabalhadores ao redor do mundo têm seus direitos salvaguardados por uma série de proteções legais, que garantem que os abusos cometidos no passado (você deve se lembrar deles, de quando estudou a vida dos trabalhadores durante a Revolução Industrial) não se repitam. Mas, além da Constituição e dos contratos de trabalho, há um conjunto de instituições responsáveis pela defesa do trabalho nas economias capitalistas: os sindicatos. Nesta seção, estudaremos um conjunto de importantes acontecimentos históricos, responsáveis por uma das grandes vitórias dos trabalhadores no século XX e por mudanças profundas nas relações de trabalho, nas décadas seguintes. Mas, antes que possamos nos debruçar sobre a Revolução Russa e seus desdobramentos, vamos pensar um pouco mais nas suas consequências para o nosso cotidiano.

Você já ouviu falar em “Contribuição Sindical”? No Brasil, todo trabalhador registrado pela CLT é filiado a um sindicato, um órgão de representação política daquela categoria. Quais são as responsabilidades de um sindicato? Como ele poderia ajudar os trabalhadores a lutar por melhores condições de trabalho?

Os sindicatos nem sempre estiveram presentes, na história do capitalismo. Em muitas situações, foram proibidos ou duramente reprimidos por governos autoritários. Após a Revolução Russa de 1917, no entanto, o direito à organização dos trabalhadores passou a fazer parte da pauta de várias economias capitalistas. O que teria motivado essa mudança? Como ela impactou a vida dos trabalhadores?

Ainda que distantes da Rússia Soviética, nós usufruímos, também, de alguns ganhos conquistados pelos revolucionários. Como a Revolução representou uma mudança fundamental na vida de trabalhadores ao redor do globo? Em que medida ela influenciou a organização de países como o nosso?

A Rússia antes da Revolução

Um dado curioso sobre a Rússia, nos últimos dois séculos e meio, é que ela raramente assume, até 1917, um papel de destaque no grande teatro da história política e econômica europeia. Esse fato é atestado pelo nosso foco nas transformações observadas na França e no Reino Unido, nas unidades anteriores (explicado pela importância dessas duas nações na construção da “dupla revolução” descrita por Eric Hobsbawm e nas mudanças estruturais que marcam o “Longo Século XIX”), em que os russos aparecem como um elemento importante, porém distante, da grande política oitocentista. Há a primeira grande derrota do Grande Exército napoleônico, vítima do rigoroso inverno russo, em 1812; a participação no Congresso de Viena e na construção da Santa Aliança, a partir de 1815; a disputa territorial na Guerra da Criméia, entre 1853 e 1856, em que russos enfrentam as forças combinadas de ingleses, franceses, sardos, otomanos e austríacos, opostos às pretensões expansionistas do Czar Nicolau I.

Essa peculiar situação é explicada, em alguma medida, por traços culturais e geográficos do Império Russo. Dividido entre Europa e Ásia, esse império não se envolve de forma exclusiva nas disputas europeias – contando com vasto território disponível no Leste, muitas vezes seus esforços de expansão direcionam-se naquele sentido, com a notável exceção da Criméia. De forma similar, os russos são marcados por aderirem predominantemente, nesse momento, ao cristianismo ortodoxo; suas instituições religiosas existem independentemente do papado, e eles permanecem alheios aos grandes movimentos de crítica e revisão da religião na Idade Moderna e nos anos posteriores. Barreiras linguísticas e étnicas também contribuem para seu distanciamento relativo, assim como o avanço da Alemanha (a partir de 1871) e da Áustria como grandes unidades políticas do centro-leste europeu.

Em um elemento, pelo menos, os russos superavam todas as grandes potências europeias do período: extensão territorial contínua. Enquanto o Império Britânico era reconhecido como “o Império em que o sol nunca se põe”, o Império Russo contava com quase 14 milhões de quilômetros quadrados em território contínuo, no ano de 1900. A longa história dos imperadores russos é, em termos geográficos, a história da expansão dos vastos domínios para o Leste, que tem

no Alasca, vendido para os norte-americanos em 1865, seu limite histórico. Esses imperadores recebiam o título tradicional de czar (царь, por vezes escrito em uma aproximação da pronúncia em português, tsár), uma versão regional do título latino de caesar. Os csares russos também eram marcados por uma singularidade notável: pertencerem, desde 1612, às diferentes ramificações da família Romanov. Isso faz dos Romanov (e da Casa de Oldenburgo, que efetivamente ocupa o trono a partir de 1762, ainda que mantendo o sobrenome Romanov) a mais longa dinastia absolutista do continente às vésperas da Primeira Grande Guerra. E esse é um dado importante – **na segunda metade do século XIX, os russos ainda viviam sob um regime absolutista.** Qualquer reivindicação popular, qualquer deliberação sobre os problemas enfrentados pelo vasto Império Russo, deveria passar por toda a estrutura desse Estado até chegar aos ouvidos do czar.

Logo, o distanciamento geográfico, cultural e político da Rússia era explicado por uma série de fatores: barreiras linguísticas, étnicas e religiosas; o peculiar formato de seu Império, distinto dos outros movimentos de expansão territorial empreendidos pelas potências europeias; e um sistema político ainda remanescente da situação das grandes nações continentais no século XVIII. As consequências práticas dessa situação são o caráter eminentemente periférico da economia russa, ao longo da Revolução Industrial. A servidão só é abolida no reinado de Alexandre II, em 1861, mas traços das relações feudais ainda persistem no campo, pelas décadas seguintes. O último dos czares, Nicolau II, percebe a defasagem russa frente às potências industriais do Ocidente, e promove incentivos à industrialização, favorecendo a entrada de capital estrangeiro, a extração de petróleo, a construção e modernização de plantas siderúrgicas e de novos meios de transporte. Ainda assim, o desnível entre a produção russa e as da França, Alemanha ou Reino Unido é gritante: ainda que posicionada, geograficamente, nas fronteiras da Europa, seu perfil econômico assemelha-se ao das economias agroexportadoras na zona de influência britânica. Havia, também, outro problema: a concentração do desenvolvimento urbano e industrial na margem Oeste do Império, nas cidades de São Petersburgo (capital do Império, banhada pelo báltico) e Moscou.

Por outro lado, no plano das ideias, havia uma efervescente cena política e intelectual. Os cidadãos educados do Império Russo produziam importantes obras literárias, políticas e filosóficas – o período

anterior à Revolução é marcado por grandes nomes da literatura universal, como Liev **Tolstói**, Fiódor **Dostoiévski** e Máximo **Gorki**, e pelo constante ativismo e reflexão de homens como Mikhail **Bakunin**, Gueorgui **Plekhanov**, Vladimir Ulyanov (**Lênin**) e Liev Bronstein (**Trótski**). A distância entre as instituições políticas russas e aquelas presentes nas nações centrais do capitalismo europeu motivava vastos debates, mas também movia a repressão do regime czarista, perpetuada por sua polícia política (a Ochrana), implacável com os diferentes grupos políticos envolvidos na construção de projetos para transformação da sociedade russa.

As muitas facções e suas diferenças de alinhamento encheriam outro livro, talvez ainda maior do que este. Havia desde os nihilistas, uma corrente anarquista, distribuída em várias sociedades secretas, bem sucedida em orquestrar o assassinato do Czar Alexandre II, em 1881, até os narodniks, populistas e social-democratas, que procuravam soluções conciliatórias para as tensões e desigualdades da sociedade russa. Os social-democratas têm um papel especial nessa história. Outro grupo, fundado em Genebra, em 1883 (Emancipação do Trabalho), marca o contato dos pensadores e revolucionários russos com as ideias marxistas, por meio de Plekhanov. A dura repressão ao Partido Social Democrata Russo culmina no exílio, morte ou desterro de muitos de seus membros. Um deles, dentre tantos outros, aproveita o tempo passado na Sibéria, entre 1893 e 1900, e o exílio em Londres, Munique e Genebra, de 1900 a 1905, para aprofundar seus estudos e teses. Tratava-se de Vladimir Ulyanov – Lênin (1870-1924), que se tornaria uma das principais lideranças na Revolução Russa.

Dois dilemas fundamentais eram colocados para os intelectuais russos no período: (1) a percepção do atraso do país frente às demais nações europeias e as tentativas de compreensão desse atraso e de formulação de propostas e políticas de desenvolvimento; e (2) a difícil relação entre o atraso relativo da economia russa e projetos socialistas de transformação, que por vezes viam a necessidade de primeiro garantir o desenvolvimento das forças produtivas na Rússia para só então se moverem no sentido da transformação revolucionária de suas instituições políticas e econômicas.

Esses problemas motivam vários debates entre diferentes correntes de reflexão, no país, e os posicionamentos gravitam em torno de duas linhas principais: a posição **menchevique**, que partia da ortodoxia marxista e defendia o desenvolvimento da economia russa e de sua

burguesia antes do início de um processo revolucionário, e a proposta **bolchevique**, que defendia o controle direto e imediato do governo pelos trabalhadores. Plekhanov é o principal representante da primeira corrente, nesse momento, enquanto Lênin é o proponente fundamental do bolchevismo. A oposição entre as duas facções também condiciona os rumos de diferentes elementos dentro do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). Em 1901, uma jovem liderança georgiana é expulsa do partido sob acusações de calúnia e provocação. O jovem Josef Vissariónovitch seria acolhido dois anos mais tarde (1903) pelos bolcheviques, aproximando-se de Lênin e assumindo o nome de Stalin (homem de aço).

A tensão entre os dois grupos ajuda a entender não só os movimentos de 1917, mas as mudanças no marxismo a partir da Revolução Russa. Diante desse acontecimento e da vitória bolchevique, o socialismo passa a ser considerado uma opção de desenvolvimento e justiça social para economias periféricas ou subdesenvolvidas.



Exemplificando

As questões fundamentais da organização política, nesse período, são trabalhadas por alguns desses luminares políticos nos debates entre as diferentes correntes políticas da Rússia czarista. Um exemplo claro do posicionamento que se consubstanciaria no bolchevismo nos é dado por um breve texto de Lênin, publicado em 1913, em que ele explora as diferenças entre os partidos presentes na Duma russa. Após repetidas críticas às diferentes agremiações, o autor conclui com uma série de afirmações que apontam para os rumos futuros da Revolução:

Os operários conscientes, sem nada liquidar, agrupando-se para contrariar as influências liberais, organizando-se como classe, desenvolvendo todas as formas possíveis de agrupamento sindical etc., agem, ao mesmo tempo, como os representantes do assalariado contra o capital, como os representantes da democracia consequente contra o conjunto do regime caduco na Rússia e contra todas veleidades de fazer concessões a esse regime. (LENIN, V. I. Os partidos políticos na Rússia. In: FERNANDES, F. (org.). Lênin – política. São Paulo: Ed. Ática, 1978. p.135)



Fome e rebelião – 1905 e a pressão sobre os trabalhadores

A base agrária da economia russa colocava o país em uma situação perigosa: flutuações na produção de cereal colocavam a população em situação de vulnerabilidade, e tinham impacto severo sobre o abastecimento das cidades e dos demais setores da produção. A participação dos camponeses na população total (estimada em 85%, no início do século XX) contribuía para uma conjuntura política e econômica complexa, na qual a base do sistema produtivo ainda vivia em condições miseráveis e não contava com mecanismos de representação política. Progressivamente, os grupos políticos passam a ocupar o espaço antes dominado pela Igreja em meio aos camponeses, com uma diferença notável – enquanto a Igreja Ortodoxa revestia o czarismo de misticismo e pregava a aceitação da ordem quase imutável que marcava a vida do campesinato, os revolucionários perguntavam por que os homens que tiram a riqueza da terra não retinham uma parte dessa riqueza, e por que eram condenados a gastar seus anos a trabalhar incessantemente, enquanto o Império se envolvia em guerras distantes ou gastava milhões de rublos com a vida suntuosa dos Romanov.

O ano de 1905 é marcado pela organização de uma série de levantes contra o governo e sua inabilidade em lidar com as dificuldades enfrentadas pela população. Como resposta, os cossacos a serviço do czar abrem fogo contra a população reunida para uma manifestação pacífica em São Petersburgo, em 22 de janeiro de 1905, no que viria a ser conhecido como o **Domingo Sangrento**. A repressão exerce efeito inverso ao esperado – o movimento espalha-se por todo o país, alastrando-se inclusive em meio às forças armadas, com a sublevação da guarnição de Kronstadt (que guarda a baía de São Petersburgo) e dos marinheiros do **Encouraçado Potemkin**.



Pesquise mais

A Revolução abre espaço para gerações de artistas comprometidos com a causa dos trabalhadores, e alguns desses elementos se estabelecem como os principais nomes do cinema, da literatura e das artes plásticas, na jovem União Soviética. Um exemplo notável é o de **Serguei Eisenstein**, brilhante cineasta russo, que dirige uma série de clássicos do cinema mudo sobre a trajetória política russa entre 1905 e 1917.

Dentre estes, merece especial atenção O Encouraçado Potemkin, de 1925.

No filme, Eisenstein narra os acontecimentos do Domingo Sangrento a partir da perspectiva singular dos marinheiros amotinados no Potemkin.

A crise política também é marcada por outra consequência importante – a adesão do partido bolchevique ao movimento, com o propósito claro de transformar a insatisfação popular e a malfadada resposta czarista em fundamentos para a difusão de um programa socialista entre os trabalhadores. Essa decisão coincide com a realização de várias greves pelos trabalhadores industriais ao redor do Império. Essas greves serviam tanto como fim em si mesmas, como mecanismo direto de oposição à repressão e inépcia do regime, quanto como meio na construção de espaços de debate e organização entre os trabalhadores: nasciam os conselhos operários, os **sovietes**.

Frente à radicalização e ao aprofundamento das demandas da população, Nicolau II viu-se forçado a abrir eleições para o Parlamento (Duma) e promover reformas no campo, com a intenção de criar uma classe média de proprietários rurais, os kulaks, que se mantivesse leal ao czar e garantisse a ordem entre os camponeses. A fase de parlamentarismo (ou pseudo-parlamentarismo, já que Nicolau II ainda fazia intervenções diretas sobre a política russa) não foi bem sucedida em apaziguar os ânimos da população; o sentimento generalizado de insatisfação persistia, as greves tornavam-se mais e mais frequentes, e a desapropriação de comunidades camponesas para criação dos kulaks promovera a criação de um vasto proletariado agrícola, que rapidamente aderiu aos programas e às organizações socialistas.

“Todo poder aos sovietses”

As esperanças que o czarismo ainda mantinha de recuperação esvaíram-se rapidamente com o peso do esforço de guerra sobre a sociedade russa. A participação do Império Russo na Primeira Guerra Mundial tem como resultado um agravamento da já complicada situação financeira e social. As despesas do exército russo movem a economia em uma rápida escalada inflacionária, e os trabalhadores urbanos e rurais arcam com o ônus da mobilização. As greves intensificam-se após 1912, com o pico de 200 mil trabalhadores paralisados em 1916. Com o aumento da legitimidade dos movimentos organizados pelos trabalhadores, parcelas expressivas do exército russo deserdam e se

juntam aos grevistas. A burguesia e setores moderados da esquerda pressionam o governo, mas ainda não se encontravam em sintonia com as mobilizações populares.

A situação evolui rapidamente ao longo de 1917. Os clamores antimilitaristas logo se transformam em declarações abertas de oposição ao regime. Respondendo à pressão popular com a usual inaptidão, o czar convoca as forças armadas para responderem às reivindicações; diferentemente de 1905, o exército revolta-se e se une às massas revoltosas. Sem alternativa além da renúncia, Nicolau II abdica.

Do vácuo deixado pelo czar, emergem duas alternativas – a Duma, parlamento constituído em resposta à crise política de 1905, engajada na defesa da monarquia constitucional, e os soviets, conselhos originalmente operários que agora reuniam também soldados e agricultores, e que se uniam em torno da construção de uma república socialista. A Duma se estabelece, num primeiro momento, como o Governo Provisório legítimo, mas decisões particularmente ruins conduzem à sua derrocada. A principal delas é a tentativa de manutenção das alianças estabelecidas antes da guerra, com a defesa da permanência dos exércitos russos no conflito. Na tentativa de contrabalançar a queda de popularidade resultante da recusa em assinar a paz, o Parlamento vota por anistiar vários dos inimigos políticos do czarismo; assim, em uma situação de profunda crise e popularidade ainda mais baixa, a Duma abre os portões da Rússia para que Lênin, Trótski e vários outros socialistas voltassem para o país. Stalin já vivia em São Petersburgo, onde atuava como editor do Pravda, o jornal do POSDR, e construía alianças com diferentes correntes bolcheviques.

Lênin sintetiza como poucos o clamor popular por paz, terra e pão – esses três termos eram o eixo central de suas Teses de Abril, que sumarizavam o mal-estar generalizado entre os trabalhadores e o canalizavam na direção da Revolução. Nas Teses, Lênin defende uma série de medidas de distribuição de renda e democratização da sociedade russa. O primeiro passo de seu programa envolvia a transferência de todo o poder aos soviets, organizados como representantes efetivos do povo na nova ordem. Na sequência, defendia a nacionalização dos bancos e controle das fábricas pelos operários, acompanhada da distribuição da terra antes concentrada nos kulaks para a coletividade dos trabalhadores rurais. De forma mais pontual

e direta, defendia também a assinatura imediata de um armistício e a saída da Rússia da guerra.



Pesquise mais

Lênin foi um notável economista e pensador social. Suas teses discutem os dilemas da sociedade europeia no período, e muitos dos grandes temas da História Contemporânea foram construídos a partir dele.

Algumas obras de especial interesse são *Duas táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1905), que discute as diferentes estratégias de desenvolvimento propostas por correntes revolucionárias na Rússia, dedicando especial atenção às vias de modernização econômica até então seguidas pelas nações europeias; *Três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (1913), no qual detalha os fundamentos da crítica da economia política realizada por Karl Marx; *O Estado e a Revolução* (1917), texto fundamental para os debates marxistas sobre política, nas décadas seguintes; e, obviamente, *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* (1917), síntese das posições de Rudolf Hilferding e John Hobson sobre o tema e pedra lapidar da compreensão contemporânea sobre as disputas imperialistas do fim do século XIX e do início do século XX.

O Governo Provisório não tardou a mostrar a que veio, e prontamente reprime as manifestações públicas e lideranças dos bolcheviques. A tentativa de repressão da Duma coincide com o fracasso da ofensiva russa, e o líder do Parlamento, Lvov, é substituído por Alexander **Kerensky**, uma liderança **menchevique**. A tensão entre mencheviques e bolcheviques explode, e Lênin refugia-se momentaneamente na Suécia, enquanto Trótski organiza uma milícia popular (a **Guarda Vermelha**) a partir do soviete de Petrogrado.

O Outubro Vermelho

A “Primeira Revolução” enfrentava sérias dificuldades; apesar do apoio dos mencheviques, Kerensky precisava lidar com o avanço de tropas leais ao antigo regime, que ameaçavam marchar sobre Petrogrado. No esforço de guerra, recorre aos bolcheviques em uma aliança temporária. Lênin retorna de seu exílio na Finlândia e constrói planos para a tomada do poder pelos seus correligionários.

Apesar de exercer a liderança no parlamento, Kerensky não contava com algo que os bolcheviques tinham à sua disposição:

o apoio declarado de parcelas significativas do contingente militar. Trótski, veterano do movimento de 1905, desfrutava de prestígio singular entre os militares russos, e atuou de forma decisiva no sentido da formação de milícias socialista, organizando o exército como parte da força política bolchevique. Rapidamente, as forças de defesa de Petrogrado organizam-se em torno de um Comitê Militar Revolucionário, obviamente sob influência bolchevique e liderado por Trotski. A participação desses soldados foi fundamental para que, em 6 de novembro (24 de Outubro, no calendário russo, à época), pontos estratégicos da capital fossem ocupados por forças leais aos bolcheviques. A sede do governo é bombardeada, e deflagra-se a Segunda Revolução Russa de 1917 – a Revolução Bolchevique ou **Revolução de Outubro**.

Um dado interessante apontado por uma série de historiadores é a elaboração de uma série de registros de história imediata em torno da Revolução Russa. Os registros jornalísticos dos acontecimentos, como *Dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed (REED, 2010), e *Seis meses vermelhos na Rússia*, de Louise Bryant (BRYANT, 2002), guiam o estudioso do período pelas mudanças diárias na política da Rússia revolucionária. Além dessa forma de escrita da memória revolucionária, há um conjunto vasto de biografias ou memórias dos principais líderes revolucionários. Se, por um lado, isso presenteia os historiadores com uma multiplicidade de fatos e dados sobre a vida desses homens, por outro reforça o excessivo personalismo de algumas dessas narrativas. As disputas políticas entre as diferentes correntes também são objetos constantes de reflexão, manifestando-se nas interpretações bolcheviques e mencheviques do processo – Kerenskii, Lênin, Trótski e Kornilov escrevem sobre a experiência, e fazem de seus textos plataformas para o combate dos ideais defendidos por seus adversários.

Em linhas gerais, a Revolução é interpretada e ressignificada a partir do posicionamento de diferentes correntes historiográficas frente ao “socialismo realmente existente”, ao longo do século XX. Assim, enquanto os primeiros marxistas soviéticos enfatizavam o otimismo com as transformações da URSS, os historiadores revisionistas da década de 1960 pautavam-se pela perseguição política sob o stalinismo, e a historiografia pós-1989 define-se pela adesão à história social e do cotidiano, com repetidas tentativas de compreensão do dia a dia na Rússia pós-revolução. Algumas obras notáveis e de interesse historiográfico são *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, de

Barrington Moore Jr. (MOORE JR., 2010), que explora a revolução na sua atribuição usual de revolução proletária e camponesa; o clássico A Revolução Russa de 1917, de Marc Ferro (FERRO, 2011), que aponta para a simbiose entre os soviets e as massas; e, obviamente, A História da Revolução Russa, de Leon Trótski (TROTSKI, 1977), um trabalho engajado nos debates antes e durante a Revolução.

A Rússia revolucionária e os novos horizontes dos trabalhadores

Kerensky é derrubado pelos bolcheviques por se negar a implementar pontos fundamentais do programa defendido pelos trabalhadores russos naquele momento: o fim da guerra e a distribuição de terras e alimentos entre a população. Assim, as primeiras medidas dos bolcheviques vão nesse sentido. Em março de 1918, é assinado o Tratado de Brest-Litovski com a Alemanha; os russos abrem mão do controle sobre alguns dos territórios historicamente dominados pelo Império (e/ou conquistados durante a Primeira Guerra), como Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia. A paz é fundamental para a recuperação da debilitada economia soviética, um dos principais objetivos do novo regime.

Adicionalmente, o governo bolchevique pauta-se pelo confisco de propriedades concentradas pelos aristocratas e pela Igreja Ortodoxa, distribuindo-as entre a população. Esse movimento é acompanhado pela estatização da economia: o governo passa a intervir diretamente na produção e distribuição de bens econômicos, nacionalizando várias empresas de interesse estratégico.

Mas a Revolução de Outubro não transcorre de forma absolutamente pacífica ou sem opositores e inimigos. A partir de 1918, a Rússia mergulha em uma guerra civil de três anos, na qual defensores do czarismo ainda resistiam aos avanços do socialismo, agora com o apoio dos demais países europeus, consternados com as possíveis consequências geopolíticas da organização dos trabalhadores russos. A invasão do território russo por franceses, ingleses, americanos e japoneses promove um recrudescimento da atuação dos revolucionários, com a execução da família real em julho de 1918. O "comunismo de guerra" dessa etapa deixaria marcas profundas na organização da jovem república socialista, com uma crise econômica sem precedentes; a queda generalizada da produção industrial e agrícola culmina na grande fome de 1921 e em uma série de motins e rebeliões.

A resposta dos bolcheviques é o estabelecimento da **Nova Política Econômica (NEP)**, um plano ousado de desenvolvimento para a Rússia revolucionária. Pautava-se pelo investimento em infraestrutura econômica, marcadamente energia e matérias-primas básicas, pela organização de comerciantes e agricultores em cooperativas, pela privatização das pequenas empresas (estatizadas durante a guerra civil) e pela retomada das relações econômicas com Alemanha e Inglaterra. A NEP foi a primeira tentativa sistemática de desenvolvimento econômico implementada na Rússia, já que as medidas tomadas pelo czarismo eram restritas, limitadas setorialmente e condicionadas a uma percepção elitista do Estado e da economia; como resultado, teve estrondoso sucesso em modernizar e dinamizar as estruturas produtivas russas.

O rápido desenvolvimento econômico foi acompanhado pelo estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1924, resultado da reintegração de diversas províncias ao país após a superação das dificuldades iniciais do regime soviético. A nova estrutura política estava alicerçada em uma constituição que expandia os pontos do documento anterior, de 1918, recorrendo aos soviets como primeira instância de legitimação e voto no regime. Por degraus sucessivos da hierarquia política, a representação seria transmitida até os altos escalões da administração estatal – o Conselho dos Comissários do Povo e o Presidium, órgão permanente do Comitê Central do Partido Comunista.

Esses acontecimentos coincidem com a morte de Lênin, em 1924, e uma nova crise política, com a disputa do poder por dois líderes revolucionários: **Josef Stálin**, que se alçara a posições de destaque no Partido Comunista entre 1917 e 1922, e Trótski, que ajudara a articular a Revolução de Outubro junto a Lênin. A oposição entre as duas lideranças não era só o conflito de duas personalidades distintas, mas de dois projetos distintos para a URSS e o socialismo: Stálin era partidário da revolução em um só país e do fortalecimento de uma nação socialista soberana e independente, o que, no longo prazo, faria do Exército Vermelho uma força invencível, capaz de espalhar o socialismo pelo mundo a partir de sua força militar; Trótski, por outro lado, defendia a revolução permanente e a impossibilidade da existência do socialismo isolado preconizado por Stálin. Apoiado pelo aparato do Partido Comunista, Stálin sai vitorioso da disputa e imprime ao partido e à URSS sua linha política dirigista e concentradora, restringindo a

revolução ao solo soviético.



Reflita

Quais as consequências e justificativas para as propostas de revolução permanente e revolução em um só país, nesse momento? Ambas as teses partiam das dificuldades enfrentadas entre 1918 e 1921 como base, mas cada qual apoiava ou rechaçava a necessidade de internacionalização a partir de diferentes crenças no sistema internacional, e na participação da URSS na grande política europeia. Quais teriam sido as consequências da adoção do projeto de Trótski? A reação das grandes nações europeias teria sido capaz de refrear o avanço dos soviéticos?

A Rússia stalinista

Sob o comando de Stalin, a jovem União das Repúblicas Socialistas Soviéticas experimenta notável desenvolvimento. Estruturados em planos quinquenais, os ciclos de desenvolvimento da agricultura e da indústria têm início em 1928, com incentivos à indústria pesada e à coletivização da agricultura. A economia planificada soviética apresenta sucessos notáveis na década que se estende até 1938. Nesse período, a URSS expande entre 300% e 400% a produção de carvão, petróleo, energia elétrica e aço. Expande-se, também, o número de estudantes, com a promoção do ensino fundamental pelos soviéticos.

Por outro lado, esse avanço é acompanhado pelo estabelecimento do culto à personalidade de Stalin e por considerável propaganda das virtudes do novo regime, necessária para a ocultação de alguns de seus descaminhos. A reorganização da produção rural, especificamente, sob o rótulo de deskulakização do campo, teve impacto especialmente negativo sobre o polo agrícola da Ucrânia, com a apropriação forçada, pelo Estado, das colheitas dos agricultores. A fome e o genocídio resultantes dessa medida foram denominados, pelos ucranianos, de Holodomor: uma aproximação com a expressão "matar pela fome", na língua local. A polícia secreta criada por Lênin (Cheka) é repaginada e aumenta sua lista de atribuições, agora sob os nomes de Diretório Político do Estado (GPU, a partir da denominação em russo) e Diretório Político Unificado do Estado (OGPU), a partir de 1923. A perseguição constante aos inimigos (internos ou externos) do regime, seu assassinato ou encarceramento em campos de trabalhos forçados (Gulags) marcam o recrudescimento do stalinismo, no entreguerras. Mesmo os oponentes "célebres" dessa corrente, como Trótski, que

se refugiara no México, não estavam seguros; o fundador do POSDR e arquiteto do Exército Vermelho é assassinado, em 21 de Agosto de 1940, a golpes de picareta.



Assimile

Apesar da vitória do projeto stalinista nas disputas políticas de 1924, a União Soviética exerce decisiva influência na vida econômica e política de diversas nações, a partir desse momento. Com o estabelecimento e reconhecimento da URSS, os governos capitalistas precisavam encontrar formas peculiares de lidar com a insatisfação dos trabalhadores em suas fronteiras, convivendo com o risco constante da repetição da Revolução de 1917, agora apoiada pela notável pujança econômica e militar dos soviéticos. Diferentes alternativas foram pensadas e implementadas para essa possibilidade, e desse leque de opções emerge o singular cenário político do entreguerras: liberais radicais, social democratas e fascistas propunham diferentes saídas para esse dilema, cada qual dialogando com o trabalho de forma peculiar.

Sem medo de errar

Após a Revolução de Outubro – e outras revoluções de trabalhadores do início do século XX –, os sindicatos passam a ser entendidos como um “mal necessário” pelo governo dos principais países capitalistas. Proibi-los ou persegui-los envolveria arriscar uma reação como a observada na Rússia, com a derrubada do governo pelos trabalhadores em rebelião, e isso seria muito pior do que conceder direitos e meios de organização política aos trabalhadores.

Para os trabalhadores, os sindicatos representam um espaço de defesa dos direitos adquiridos e de disputa por melhores condições de vida. Organizados em torno dessas instituições, os profissionais não precisam se arriscar individualmente na reivindicação de seus direitos, contando com o peso e a força garantidos pela coletividade.

Ainda que a Revolução não tenha se estendido diretamente para o território brasileiro, desfrutamos de alguns ganhos sociais como resultado das conquistas soviéticas na primeira metade do século XX. Todo o arcabouço de direitos trabalhistas pode ser pensado a partir das formas de organização dos trabalhadores empregadas na Revolução, que serviu de modelo para partidos de inspiração socialista ou trabalhista ao redor do mundo; ao mesmo tempo, o temor de

que esses mesmos trabalhadores se rebelassem contra o Estado e o capital fez com que as estruturas políticas mudassem para acomodar um conjunto de direitos fundamentais, garantidores da dignidade do trabalho e de seu apaziguamento com o capital.

No Brasil, os primeiros sindicatos surgem no início do século XX. São criados para garantir alguma medida de proteção aos trabalhadores de nossa incipiente indústria, no período. Em poucos anos de operação essas organizações obtêm um sucesso significativo com a Greve Geral de 1917, um passo importante no aprendizado político dos operários brasileiros. Tinha, entre suas reivindicações principais, a proibição do trabalho de menores de 14 anos, a jornada de 8 horas diárias, a garantia de emprego e o respeito ao direito de associação dos trabalhadores. As décadas seguintes são marcadas por desdobramentos importantes desse movimento, como a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), ligado à Internacional Comunista, e as disputas em torno da legislação trabalhista, que conduzem à Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, que reúne os mecanismos legais de defesa dos trabalhadores no Brasil.

Faça valer a pena

1.

A Revolução Russa de 1917 foi um dos acontecimentos mais importantes do século XX. Resultou da lenta desagregação do regime e da ação da oposição organizada, explodindo, porém, sob a forma de uma revolta espontânea e imprevista das massas exasperadas pela guerra e pela miséria. A não tinha ainda chegado ao fim quando o Partido tomou o poder na Rússia, implantando, pela primeira vez na História, um regime. (ARRUDA, J. J. Nova História Moderna e Contemporânea. Bauru: EdUSC, 2004. p.353)



Leia atentamente a passagem acima e escolha a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) czarista; Guerra da Criméia; Niilista; menchevique.
- b) liberal; Guerra da Criméia; Bolchevista; socialista.
- c) czarista; Grande Guerra; Bolchevista; socialista.
- d) fascista; Segunda Grande Guerra; Social-Democrata; liberal.
- e) leninista; Grande Guerra; Niilista; anarquista.

2. Um marco distintivo da Revolução Russa de 1917 é que ela é marcada não por um, mas por dois processos revolucionários. Um primeiro, conduzido por uma ala moderada dos revolucionários; e um segundo, em que a tensão entre trabalhadores e moderados aprofunda-se, e um grupo mais radical é conduzido ao poder. Essas duas grandes facções e as disputas políticas entre elas ditam o tom da Revolução Russa, e explicam a forma assumida pelo regime socialista.

Leia atentamente a passagem anterior e escolha a opção que lista as facções mencionadas no parágrafo em questão:

- a) Liberais e anarquistas.
- b) Mencheviques e bolcheviques.
- c) Luditas e cartistas.
- d) Social democratas e anarquistas.
- e) Czaristas e bolcheviques.

3.



A revolução foi a filha da guerra no século XX: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética, transformada em superpotência pela segunda fase da 'Guerra dos Trinta e Um Anos', porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século. A guerra sozinha não conduz necessariamente a crise, colapso e revolução nos países beligerantes. Na verdade, antes de 1914 predominava a crença contrária, pelo menos em relação a regimes estabelecidos com legitimidade tradicional. Napoleão I queixava-se amargamente de que o imperador da Áustria podia sobreviver feliz a uma centena de batalhas perdidas, como o rei da Prússia sobrevivera ao desastre e à perda de metade de suas terras, enquanto ele próprio, filho da Revolução Francesa, estaria em risco após uma única derrota. Mas as tensões da guerra total do século XX sobre os Estados e povos nela envolvidos foram tão esmagadoras e sem precedentes que eles se viram esticados até quase seus limites e, quase sempre, até o ponto de ruptura. Só os EUA saíram das guerras mundiais como tinham entrado, apenas um pouco mais fortes. Para todos os demais, o fim das guerras significou levantes. (HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.62)

A passagem acima, de autoria do notável historiador britânico Eric Hobsbawm, explora a relação entre guerra e revolução no século XX.

Segundo seu autor, “a revolução foi filha da guerra no século XX”, e essa afirmação seria ainda mais acurada no caso específico da Revolução Russa de 1917. O que explica esse argumento?

- a) Os revolucionários de 1917 eram uma força particularmente beligerante, e fizeram a Revolução para que pudessem combater na Primeira Guerra Mundial.
- b) A Revolução é resultado do avanço da Alemanha militarizada sobre a pacifista Rússia czarista; Nicolau II se vê forçado a se defender contra o Kaiser, e os revolucionários concordam com essa decisão.
- c) A Revolução Russa é deflagrada em resposta à incapacidade do czar em lidar com o avanço imperialista do Japão, que derrotara os russos há alguns anos e continuava a estender sua influência sobre a Ásia.
- d) O programa revolucionário defende, antes de mais nada, o armistício; os bolcheviques veem a permanência da Rússia na Grande Guerra como a principal causa da crise que assola o país.
- e) Anarquistas e socialistas unem-se no esforço de guerra, e dessa união nasce a Revolução Russa de 1917, pautada pela oposição aos exércitos ingleses e franceses.

Seção 3.2

A crise econômica e as origens do totalitarismo

Diálogo aberto

Nesta seção, discutiremos o avanço do nazismo e do fascismo na Europa do entreguerras. A história dos séculos XX e XXI é marcada de forma decisiva por esse fenômeno e por suas consequências. Ainda convivemos com o legado desse período histórico, e esse legado se faz presente de forma muito frequente na política contemporânea. Por exemplo, vamos analisar como Joaquim, um trabalhador brasileiro, entra em contato com a herança desses acontecimentos em um momento específico de seu cotidiano:

Joaquim abre um jornal local no caminho para o trabalho. Entre as várias notícias – algumas sobre entretenimento, outras sobre economia –, detém-se sobre a seção de política nacional e internacional, nos quais se analisam perfis de políticos brasileiros e estrangeiros com características comuns: figuras carismáticas, de opiniões fortes e polêmicas, que dizem resistir à intimidação da imprensa e da patrulha do “politicamente correto”. Tais políticos se dizem contrários à atuação dos colegas políticos profissionais. Com uma vertiginosa popularidade, uma parcela expressiva da população declara apoio às propostas destes políticos (sejam eles ainda candidatos ou governantes).

Pensando sobre essas propostas, é difícil encontrar alguma delas que efetivamente discuta a atual crise econômica, ou as mudanças necessárias na economia. Joaquim se pergunta qual seria o programa desses políticos, já que suas afirmações são, na maior parte do tempo, negativas – sua plataforma não se constrói de forma propositiva, mas como mera negação dos “programas políticos rivais”, consubstanciados numa longa fileira de inimigos: políticos profissionais, o “politicamente correto”, beneficiários de políticas sociais governamentais, minorias, estrangeiros, etnias.

Como explicar esse fenômeno? Qual o apelo de programas políticos autoritários, em tempos de crise? Como podemos comparar esse avanço à presença de movimentos políticos supremacistas e autoritários, nos dias atuais?

Respostas autoritárias à catástrofe

A **Primeira Guerra Mundial** levou as instituições construídas nos três séculos anteriores a seus joelhos. Economia, política, cultura – todas as esferas da vida foram afetadas de forma direta pelo conflito. Da mesma forma, os sistemas elaborados ao longo da **Era Vitoriana** para a compreensão desse mesmo mundo caíram por terra; da teia de alianças e tratados consumada no **Congresso de Viena** aos esquemas analíticos dos grandes economistas, toda a reflexão contemporânea foi rápida e sumariamente questionada, a partir da falência daquele modelo de organização social.

As décadas pós-1914 lançavam ao mundo uma série de novas questões, e essas questões recebiam respostas das mais variadas, geralmente pautadas pela rejeição dos cânones da velha ordem. Um exemplo claro é a **Revolução de Outubro de 1917**, que analisamos em profundidade na seção passada: inconformados com a incapacidade do czar em lidar com a situação crítica em que a Rússia se encontrava, revolucionários socialistas tomam as rédeas e promovem uma das mais notáveis revoluções do século XX. O conflito entre o velho e o novo se fazia presente a todo momento, em todo lugar, e movia essas sociedades rumo a novos e inusitados caminhos.

Mas o socialismo não foi a única solução política inovadora experimentada nos conturbados anos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Tampouco a transformação desse novo mundo ficou a cargo, exclusivamente, das forças historicamente alinhadas à esquerda. Concentrados na Alemanha e na Itália, mas difundidos em grande parte do Ocidente, dois movimentos políticos com uma raiz comum, autoritária, corporativista e violenta, proporcionaram à Europa em ruínas uma resposta à direita – o nazismo e o fascismo.

É muito provável que você esteja familiarizado com as definições dos movimentos e regimes totalitários desse período. É possível, também, que tenha lido ou ouvido algo sobre os desdobramentos ou “herdeiros” dessas correntes na contemporaneidade – movimentos neonazistas, supremacistas, autoritários, revisionistas do passado sombrio dessas agremiações. A memória comum sobre o nazismo e o fascismo é representativa tanto do impacto dessas formas autoritárias de organização da vida quanto das cicatrizes deixadas pela política

desse período em nosso tempo, seja nas ações desses grupos, seja na sua forma de ler e discutir a realidade.

Mas como entender – e definir – nazismo e fascismo? O que caracteriza esses movimentos? Como explicar suas origens, suas formas peculiares de organização e intervenção sobre a política e a economia de seu tempo?

Uma resposta convincente a essas questões nos é dada por **Hannah Arendt (1906-1975)**, em seu *As origens do totalitarismo* (1951). Nesse trabalho, a filósofa alemã de origem judia explora o que qualifica como **totalitarismo** – a adoção, por algumas sociedades, de ideologias totalitárias, pautadas por explicações compreensivas da sociedade e da vida individual a partir de princípios e valores **totais**, que norteariam o todo da vida social. Em termos práticos, o totalitarismo recorreria à **banalização do terror** enquanto ferramenta política, em que esse terror serviria a um propósito claro: a **manipulação das massas**, convertidas em um corpo desesperado, incapaz de criticar as mensagens de violência e poder do governo central ou dos líderes do regime.

Um dado fundamental da concepção de totalitarismo proposta por Arendt é que ela abre espaço tanto para totalitarismos de direita quanto de esquerda. Compreendidos dessa forma, o **nazismo alemão**, o **fascismo italiano** e o **stalinismo soviético** seriam todos inteligíveis a partir dessa chave comum, representativa da propagação e defesa de valores totais e de respostas violentas à escalada de terror (fartamente propagandeada pelo Estado e pelos movimentos totalitários) em que viviam as sociedades europeias do entreguerras. A filósofa contrapõe ao totalitarismo a defesa da **democracia** como valor social fundamental, e seu argumento se afirma, portanto, como uma poderosa denúncia da violência essencializada nesses regimes.

Outra tese de importância sobre esse fenômeno, que guarda algumas similaridades com os argumentos de Arendt (ainda que diferindo em termos fundamentais e na enumeração do mercado, e não da democracia, como a antítese do totalitarismo) é *O caminho da servidão* (1944), do economista austríaco **F. A. Hayek (1899-1992)**. Hayek, um dos principais autores da chamada Escola Austríaca de Economia, defende em seu trabalho que formas coletivistas de organização da economia levariam as sociedades modernas à tirania e à supressão das liberdades. Hayek direciona seus argumentos contra a Alemanha Nazista e a União Soviética Stalinista, observando uma

peculiar “dinâmica do poder estatal” nos dois casos: o constante fracasso das políticas implementadas pelo governo central seria justificado pela falta de poder para vencer a resistência aos esquemas coletivistas de planificação, justificando o uso de mais violência (e a aceitação, pela sociedade, de novas imposições) contra os “inimigos da sociedade”. Para Hayek, a ausência de mercados livres e de instituições econômicas que garantissem o respeito a esses mercados e à propriedade seriam fatores decisivos no estabelecimento de regimes totalitários.

Uma posição crítica às definições de Arendt e Hayek é garantida pelo filósofo italiano **Domenico Losurdo (1941-)** que, em *Para uma crítica da categoria de totalitarismo* (2002), explora a indefinição deixada pela conceituação usual do fenômeno ao defini-lo, de forma pouco precisa, como a adesão a valores totais a partir da promoção do terror pelo governo central. Losurdo demonstra como muitas das democracias liberais, no presente e no passado, recorreram ao terror como ferramenta política, e se valeram de expedientes análogos aos representados por Arendt e Hayek para legitimar sua autoridade.



Pesquise mais

O debate sobre o significado histórico e político do totalitarismo é vasto e ocupou incontáveis intelectuais, desde a observação desse fenômeno. Recomendamos o esclarecedor *Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política*, de Norberto Bobbio. A assunção, infundada, de que fascismo e nazismo seriam movimentos de esquerda compromete o entendimento desses movimentos. Os dois grupos afirmaram-se como inimigos declarados dos comunistas, socialistas e anarquistas, perseguindo as forças ideologicamente alinhadas com a esquerda e sentenciando-as à morte.

Uma compreensão historicamente embasada do fenômeno, garantida por **Eric Hobsbawm (1917-2012)** em seu *Era dos Extremos – o breve século XX*, corrobora a crítica de Losurdo. Segundo o eminente historiador, o termo totalitarismo é cunhado e empregado, nesse momento, como descritivo das formas autoritárias da direita política. Hobsbawm entende que o liberalismo tenha “feito uma retirada” em toda a **Era da Catástrofe** (denominação que emprega para o período entre as duas grandes guerras), e que a ameaça às instituições liberais partia exclusivamente da direita, nesse momento, já que a URSS encontrava-se envolta em dilemas próprios e não se pautava de forma direta pela expansão do comunismo, com movimentos social-

democratas atuando na salvaguarda – e não na oposição – a essas mesmas instituições. Hobsbawm destaca, ainda, três grandes correntes autoritárias na época: autoritários ou conservadores anacrônicos como os que chegaram ao poder na Finlândia e na Espanha; o “estatismo orgânico”, marcado pela nostalgia ideológica e pelo tradicionalismo religioso, destacando-se na Áustria e em Portugal; e o fascismo de fato, presente na Itália de **Benito Mussolini** e na Alemanha de **Adolf Hitler**.

A definição dos termos gerais de operação e identificação desses regimes, ainda que capciosa, nos proporciona importantes elementos na sua caracterização. Antes de mais nada, os regimes fascista e nazista são caracterizados por sua elevada **centralização política**, garantida por uma ideologia centralizadora, autoritária, em que os cidadãos são entendidos como leais seguidores de uma liderança que se confunde entre Estado, governo, partido e líder carismático. Essa centralização é garantida pelo recurso constante ao **terror**, e com o medo e desespero das **massas** garantindo sua adesão ao ideário do líder-partido-governo. Esse terror seria mobilizado na proposição de **soluções violentas** para as crises políticas e econômicas enfrentadas pela população, centradas na oposição – e punição ou extermínio – dos inimigos (internos ou externos) da nação.

O Ovo da Serpente

Resta ainda por responder à questão fundamental – como esses movimentos se alçaram ao poder? Quais forças possibilitaram a ascensão avassaladora do fascismo, entre as duas grandes guerras?

A sequência de acontecimentos que conduzem Benito Mussolini ao governo, na Itália fascista, e que marcam a emergência de Adolf Hitler, na Alemanha nazista, são marcadas por alguns traços comuns. Em ambos os casos, o fascismo triunfou em sociedades devastadas pela Primeira Guerra, com economia e política em ruínas. Adicionalmente, a caracterização de um “adversário” externo, um “inimigo” a ser culpado pelas dificuldades enfrentadas, em cada país, era algo muito fácil de se fazer – no caso alemão, as pesadas reparações impostas por franceses, ingleses e estadunidenses após a derrota, e, no caso italiano, a falta de apoio ou restauração significativos, dada a peculiar situação da Itália no conflito.

A emergência de um governo fascista na Itália precede a vitória nazista na Alemanha em quase dez anos. Cessadas as hostilidades, a

economia italiana enfrentava redobradas dificuldades. Seus problemas estruturais – superpopulação e atraso econômico – articulavam-se com a desvalorização da lira, causada pela emissão desenfreada e por empréstimos contraídos durante o conflito. Em uma crise generalizada, a população italiana precisa lidar com o desemprego e a fome, enquanto seu país recupera-se do colossal esforço de guerra. Entre 1919 e 1920, a península é rasgada por revoltas trabalhistas e camponesas: operários do Norte chegam a ocupar e dirigir fábricas, ao passo que camponeses sicilianos ocupam terras desocupadas. As forças tradicionais – no caso italiano, uma burguesia enfraquecida, uma aristocracia decadente e o clero católico – não encontram uma resposta imediata ao avanço dos socialistas, que conquistam, junto com os católicos populares (de inspiração social-democrata), a maioria dos votos nas eleições legislativas de 1919.

A salvação dos conservadores veio na peculiar figura de Benito Mussolini (1883-1945), cuja trajetória é representativa das muitas transformações experimentadas pela sociedade italiana nas décadas anteriores. Filho de um ferreiro e militante socialista, Mussolini cresceu em meio às agremiações de esquerda da Romagna, atuando ativamente no Partido Socialista entre 1912 e 1914. Apresenta uma brusca mudança de alinhamento em 1914, defendendo o apoio da Itália aos aliados (o que obviamente garantiu seu desligamento do Partido, dada a tendência pacifista dos socialistas, no período); alistase no exército, é gravemente ferido e defende, após a guerra, os direitos dos ex-combatentes e a realização de um vasto conjunto de reformas, que só poderiam ser propostas e realizadas por um governo forte e ditatorial. Em torno desse ideário, Mussolini reúne um grupo heterogêneo, composto predominantemente por nacionalistas radicais e ex-combatentes desocupados e funda, em 1919, o Partido Fascista Italiano. Seu financiamento era garantido por industriais simpáticos ao programa autoritário de Mussolini, diametralmente oposto às propostas socialistas que ganhavam espaço entre trabalhadores e camponeses.

Em 1919 surge a figura dos squadristi, os camisas-negras, militantes armados do Partido Fascista, que privilegiavam atos públicos de violência no seu enfrentamento com as lideranças socialistas. Entre 1920 e 1921 o *modus operandi* fascista, pautado pela invasão e depredação das instalações de organizações de esquerda é generalizado por toda a Itália; as autoridades políticas estabelecidas, antes preocupadas com a ascensão de agremiações políticas populares, faziam vistas grossas

para a arrancada da violência, e os fascistas conquistavam mais e mais partidários (e financiadores) a cada invasão, a cada linchamento. A insatisfação generalizada entre os italianos desempregados e o apelo fascista ao discurso e à imagética das glórias passadas da Itália e do Império Romano garantiam a expansão dos quadros do partido.

O ano de 1922 é decisivo, para os fascistas: em agosto, os sindicatos convocam uma greve geral para protestar contra a violência política da direita; em resposta, Mussolini exige que o governo reprima os grevistas – caso contrário, ele mesmo se ocuparia de restabelecer a ordem. Dois meses depois, em outubro, os fascistas obrigam o principal sindicato italiano, o Confederação Geral dos Trabalhadores da Itália, a suspender a ordem de greve geral. No fim do mesmo mês, Mussolini anuncia, no Congresso do Partido Fascista, a **Marcha sobre Roma**, em que os fascistas marchariam sobre a capital em uma demonstração de força política. Incapaz de lidar com o crescimento acelerado do fascismo e procurando aproveitar-se da popularidade desse movimento, o rei Vítor Emanuel III convida Mussolini a formar um ministério capaz de articular a reestruturação interna da Itália e sua resistência às pressões econômicas externas. Os fascistas marcham sobre Roma, no dia seguinte, sem encontrar resistência alguma.

As eleições de 1924 sancionam a instauração do fascismo na Itália – com 65% dos votos e a maioria das cadeiras no Parlamento, o Partido Fascista se afirma como virtualmente hegemônico. Mas essa virtual hegemonia ainda não era suficiente. Os fascistas promovem uma série de execuções públicas de seus principais adversários (como o socialista Giacomo Matteoti), assumindo, sempre, a necessidade dessa política de extermínio para a “restauração” da Itália.



Refleta

Como entender o projeto político fascista? Mussolini é caracterizado sempre como uma figura revolucionária, antiparlamentarista, antidemocrática, antiliberal e antissocialista. Você percebe algo em comum nessas qualificações? O quê?

Dê um passo além: esse tipo de política negativa, construída em torno da oposição fácil a outras plataformas ou grupos sociais, realmente apresenta propostas concretas para solução das crises enfrentadas por uma dada sociedade? Ou ela teria um objetivo mais simples e direto, como a construção de uma plataforma política a partir da caracterização e demonização de um inimigo?

Os fascistas não demoram a tomar controle do Estado. Entre 1925 e 1926, Mussolini afirma-se como chefe de Estado de facto e força a dissolução dos partidos de oposição, o fechamento dos jornais de esquerda e a perseguição e execução dos socialistas, julgados por tribunais especiais compostos por membros da milícia fascista. O Duce acumulava numerosas funções ministeriais e todos os funcionários do governo eram escolhidos entre os membros do Partido; a partir de 1928, o Grande Conselho Fascista indicava os candidatos a deputado, ratificados pela população. O contingente das organizações paramilitares duplica entre 1925 e 1930, chegando a 750 mil no fim dessa década. Os jovens italianos eram criados sob o lema “crer, obedecer, combater”, e viviam sob os uniformes, símbolos e rituais do fascismo.

Em termos práticos, o fascismo resolveu a chamada **“questão romana”** em 1929, indenizando a Igreja Católica pela perda de seus territórios, na unificação italiana. As questões trabalhistas eram encaminhadas pela promulgação da Carta del Lavoro (Carta do Trabalho), que organizava os trabalhadores em sindicatos corporativistas, efetivamente dominados e controlados pelos patrões, proibia as greves e estabelecia o Estado como árbitro dos conflitos trabalhistas. Foi feito considerável esforço na promoção da autossuficiência econômica e na construção de obras públicas, como estradas e estações ferroviárias. Com a estabilização da economia italiana e do valor da lira, o governo volta seus olhos para a indústria de transportes, favorecendo a especialização italiana em construção naval, aeronáutica e automobilística; em consequência, a siderurgia italiana avança a largos passos, favorecendo também a indústria bélica local. Ao fim dos anos 1920, a Itália se encontrava em uma situação radicalmente distinta da vivenciada no início da década, e o crescimento econômico ajudava a legitimar o autoritarismo político.

A Alemanha apresenta, em linhas gerais, trajetória muito similar à italiana, nesse período, mas com uma diferença fundamental, o nazismo só é bem-sucedido em alçar-se ao governo na década de 1930. Assim, o fascismo italiano, que precede a ascensão dos nazistas, serve de modelo e referência para esse movimento. Após a derrota na primeira guerra, um conjunto de revolucionários pertencentes ao Partido Social-Democrata toma o poder, pautando-se pela recuperação do país e a realização de um conjunto de reformas sociais. A influência russa era sentida mais diretamente, e observava-se a emergência de conselhos de trabalhadores, soldados e camponeses, com forte

sentimento separatista; as forças populares opunham-se ao que viam como um governo moderado, liderado pelos social-democratas. Ainda em 1918, os espartaquistas, a principal associação socialista alemã, tomam Berlim. A revolução é duramente reprimida pelo governo e seus líderes – Karl Liebknecht e **Rosa Luxemburgo** – são assassinados. A aproximação com os militares determina o tom da política alemã na década seguinte.

Com o agravamento da crise econômica, política e social, é convocada uma Assembleia Constituinte para 1919; a miríade de forças políticas em jogo forçavam o governo social-democrata a construir coalizões, assumindo compromissos variados com os diversos partidos alemães. Um dos termos fundamentais da nova constituição era a criação de uma república, a chamada **República de Weimar**, federalista, democrática, liberal e parlamentarista. No novo sistema político, o presidente alemão seria eleito por voto direto e indicaria um chanceler, que exerceria efetivamente o governo; a Assembleia (Reichstag) seria composta por deputados eleitos por voto universal.

Dois elementos são centrais para entender a escalada da violência na Alemanha do entreguerras: a crise econômica e as indenizações de guerra. Nos primeiros anos do pós-guerra, os alemães experimentam uma prolongada hiperinflação, e a desvalorização constante do marco alemão promove elevada instabilidade. Adicionalmente, a fragilidade econômica é complementada por pesadas reparações de guerra devidas aos aliados, e, em 1923, os franceses ocupam a região do Ruhr para garantir o pagamento das indenizações. O vale do Ruhr era uma das principais regiões industriais da Alemanha e sua ocupação afunda a economia em uma crise ainda mais profunda. Valendo-se da insatisfação generalizada com a economia, um grupo pequeno e pouco expressivo do **Partido Nacional Socialista** tenta um golpe em Munique, nos dias 8 e 9 de novembro desse mesmo ano. Apesar de apoiado pelo prestigioso general Ludendorff, o golpe fracassa, mas planta a semente de um movimento maior, mais forte. O líder desse grupo era um jovem soldado que participara da Primeira Guerra e pretendia fazer uma revolução nacional, enfrentando os capitalistas, comunistas e judeus que conspiravam contra a Alemanha – **Adolf Hitler** (1889-1945). Hitler é encarcerado e passa os próximos anos repensando suas táticas políticas. Do período na prisão, nasce o panfleto *Mein Kampf* (Minha Luta), em que sumariza as linhas gerais do ideal e da prática dos nazistas, marcadamente a oposição com o comunismo e o caráter

violento e autocrático do movimento.

Nos anos seguintes (1924-1929), a República de Weimar experimenta uma fase de relativa estabilidade e crescimento. Sob a hábil liderança de Hjalmar Schacht, a economia alemã recupera-se de forma expressiva; eleva-se o gasto público, concentra-se o capital e experimenta-se expressivo avanço tecnológico. Ainda assim, a recuperação alemã dependia estruturalmente dos empréstimos ingleses e estadunidenses do Plano Dawes, que conferia estabilidade ao Rentenmark, a nova moeda do país. Infelizmente, esse movimento seria interrompido por uma das maiores crises da história do capitalismo – a Crise de 1929.

Um mergulho no abismo – a Grande Crise de 1929 e o avanço do fascismo

Há um conjunto vasto de explicações econômicas sobre a Crise de 1929, mas a maior parte delas concorda que esse acontecimento se deve à corrida especulativa causada pela performance econômica norte-americana nas décadas anteriores. Após a Guerra Civil, o projeto de unificação e desenvolvimento econômico ianque seguia a todo vapor; controlando mercados de proporção continental, os estadunidenses apresentavam elevadíssimos índices de crescimento industrial, e os EUA rapidamente se estabeleceram como os principais rivais do Império Britânico em termos industriais e financeiros. A guerra contribuiu enormemente para a vantagem americana sobre muitas das economias continentais – sem sofrer ataques diretos, os estadunidenses puderam expandir sua produção para atender às exigências do esforço de guerra, e saíram vastamente fortalecidos do conflito. Com as exportações de bens de capital para a recuperação das cidades europeias, a economia avançava a passos ainda mais largos. Wall Street, onde os títulos e ações do grande capital americano eram comprados e vendidos, não via qualquer possibilidade de interrupção nessa trajetória de crescimento.

O dilema fundamental é que a recuperação das economias europeias, alimentada pela indústria norte-americana, eventualmente conduziria as exportações dos EUA a um declínio; tão logo essas economias se restabelecessem, o parque industrial norte-americano, então em acelerada expansão, seria forçado a readequar sua produção. O ritmo galopante de valorização dos ativos dessas indústrias, porém, não poderia contemplar uma redução da produção. Entre 1920 e 1929

as constantes reduções da demanda por produtos estadunidenses eram respondidas com a estocagem dos produtos produzidos por suas indústrias e pelo setor agrícola; a defesa artificial da capacidade produtiva, por meio de uma política econômica liberal, que se recusava a intervir na oferta, fazia com que os mercados de capitais permanecessem cegos aos limites do crescimento norte-americano. O setor bancário fragmentado, composto por 24 mil pequenos bancos, também contribuía para esta situação caótica. Por fim, a estrutura salarial norte-americana ainda se mostrava profundamente desequilibrada, com elevada concentração de renda. O parque industrial dependia do mercado externo para realizar a sua produção, e a renda acumulada nos estratos superiores da sociedade só seria investida caso as margens de lucro fossem mantidas. Em situação de crise, esse investimento se retrairia quase que imediatamente, deixando milhões de estadunidenses desempregados.

Essa situação explode em 1929, com o retorno da Inglaterra e da França ao comércio internacional e o impacto dos estoques prévios de produtos e cereais sobre os preços agrícolas. A queda repentina das exportações desencadeia uma reação em vários setores da indústria e dos serviços; afetados diretamente pela perda da possibilidade de comercialização de seus produtos, os industriais retraem seus investimentos. As ações das empresas norte-americanas despencam. Um movimento acelerado de venda de títulos garante que uma série de empresas quebre da noite para o dia, passando a valer pouco mais que alguns centavos. Essa foi a famosa Quinta-feira negra, de 24 de outubro de 1929.

Os movimentos especulativos em torno da crise – em que alguns banqueiros compravam os títulos que valiam menos do que o papel em que eram registrados, na esperança de vendê-los por pouco mais, dias à frente – contribuía para a permanência da crise. Entre 1929 e 1933, a economia norte-americana foi arruinada pela crise: 85 mil empresas faliram, os salários caíram em 20% e 14 milhões de trabalhadores encontravam-se desempregados. A recuperação foi lenta, calcada em medidas anticíclicas (sendo estas, contrárias à crise e à depressão econômica) fortemente inspiradas nas experiências de Schacht na República de Weimar. Mas não narraremos aqui a história da recuperação dos Estados Unidos face à maior crise de sua história. Dedicaremos-nos a outra consequência, mais trágica, de 1929 – o agravamento da situação econômica na Alemanha e o avanço

definitivo do nazismo.

Sem os empréstimos garantidos pelo Plano Dawes, a economia alemã entrou em rápido colapso. Todo o esforço de reconstrução e estabilização dos cinco anos anteriores caiu por terra. As grandes empresas recusavam-se a reajustar o curso e o resultado foi a penalização dos pequenos proprietários e dos trabalhadores, com uma população de desempregados superior a seis milhões, em 1931. Nesse ambiente propício ao desespero e ao terror, Adolf Hitler (que estivera preso entre 1923 e 1928) encontrava legiões de seguidores dispostos para seu Partido Nacional Socialista. Constrói essa agremiação política ainda entre 1919 e 1921, reformando-a a partir de sua modesta origem, como Partido Trabalhista Alemão, e organizando-o em torno de um programa político agressivo, em que os judeus, os marxistas e os estrangeiros eram culpados pela situação da Alemanha. Após a tentativa fracassada de golpe, em 1923, Hitler passa cinco anos encarcerado; saindo da prisão, transforma o Partido em uma força coesa, disciplinada, aprendendo as lições deixadas pelos fascistas italianos. O Partido Nazista se militariza, e suas fileiras são organizadas em seções de assalto (SA) e brigadas de segurança (SS).



Exemplificando

As trajetórias de Hitler e Mussolini são representativas dos riscos e consequências da confiança das massas em propostas autoritárias, que prometem soluções fáceis para os dilemas políticos e econômicos de uma dada sociedade. Como afirmamos em vários momentos, o século XX foi marcado de forma clara por esse momento de sua história. Assim, um século após a ascensão de fascistas e nazistas ainda é possível observar a mobilização em torno de movimentos supremacistas e ultranacionalistas, que culpabilizam minorias por crises e prometem respostas violentas para as questões enfrentadas pelos trabalhadores.

Ideologicamente, o nazismo recorria a expedientes similares aos do Partido Fascista – apelava, ao mesmo tempo, para o resgate de um passado glorioso e para um futuro promissor, de força e progresso. Essa relação peculiar com passado e futuro era representada pela denominação que adotariam para seu governo – o Terceiro Reich ou o Reich de Mil Anos, remanescente dos reiche (reinados) anteriores. Diferentemente dos italianos, os alemães colocavam uma ênfase maior na ideia de **supremacia racial**, alicerçada na crença de que o

povo alemão seria superior aos demais e predestinado a um lugar especial na história dos homens. Somando-se a isso o pangermanismo que pautava a retórica conservadora nazista, a crença num Estado forte e um nacionalismo exaltado e belicista, temos uma ideologia política profundamente virulenta e belicista.

Em 1933, com a chegada do general Von Schleicher à posição de chanceler, o governo alemão tenta algo similar à ditadura corporativa dos fascistas, propondo um conjunto de reformas sociais amparadas pelos sindicatos alemães. Von Schleicher age, dessa forma, alheio à tensão entre os grandes capitalistas alemães e os movimentos trabalhistas, ainda sob influências socialistas. O gesto, obviamente conservador, pareceu aos industriais como um aceno aos socialistas; incomodados com a aparente aproximação entre governo e esquerda, os grandes capitalistas alemães aproximam-se de Hitler propondo a unificação de suas forças – os nazistas diminuiriam a tônica anticapitalista, e se concentrariam na oposição aos judeus e aos comunistas. Fruto da bem-sucedida articulação de interesses capitalistas e nazistas, a indicação de Hitler para a posição de chanceler (em janeiro de 1933) garante a ascensão do fascismo na Alemanha. Uma figura instrumental, nesse episódio, foi **Franz von Papen**, um aristocrata da Vestfália responsável por reunir os industriais que viam nos nazistas uma resposta conveniente à “ameaça comunista”. Von Papen e seus aliados esperavam manipular Hitler uma vez que ele se estabelecesse como chanceler, mas a máquina de propaganda e mobilização nazista mostrou-se mais forte nas disputas entre essas facções.

E o que isso significa, na prática? Em menos de dois anos, o **Führer** (comandante) assume total controle sobre o Estado alemão. Restabelece-se a pena de morte e são suspensas as garantias individuais e civis. A caracterização de uma conspiração comunista contra os interesses alemães – representada pelo atentado forjado contra o Reichstag, atribuído a militantes de esquerda – garantiu a criminalização do socialismo. Outros grupos conservadores (como católicos e monarquistas) apoiaram os nazistas na esperança de conduzi-los de acordo com seus interesses. Com a morte do presidente Hindenburg, em 1934, Hitler acumula as duas funções e passa a dirigir a Alemanha com mão de ferro. O autoritarismo nazista não se limitava à intervenção sobre a vida política e econômica alemã; pautados pela construção da identificação entre o programa político do partido e o ideal de cultura alemã, os nazistas perseguiram e eliminavam vertentes

culturais lidas como transgressoras ou alheias ao seu projeto de nação. Para isso, mobilizavam a noção de Entartete Kunst (arte degenerada) como julgamento de manifestações artísticas inadequadas a seu ideal de sociedade. Joseph Goebbels, o ministro de propaganda de Hitler, comandou a incineração de mais de 5 mil obras de arte.

Aqui, também, o capitalismo avançava em conjunção com o autoritarismo político: defendia-se o desenvolvimento nos planos quadrienais. No primeiro deles (1933), a realização de um grande número de obras públicas (aeroportos, autoestradas, ferrovias) garantiam a elevação da demanda e a redução do desemprego. No segundo (de 1936), os alemães buscaram a autonomia em termos de matérias-primas. Essa busca constante por soberania conduziria os quadros nazistas a um irrefreável anseio expansionista, resolvido pela mesma violência que dava a forma e o tom a seu discurso político.

Guernica, Auschwitz e a desumanização dos adversários do nazismo

Apesar de termos nos detido diretamente sobre os grandes acontecimentos políticos e econômicos associados à ascensão dos regimes totalitários, esses eventos abalam profundamente as estruturas do mundo ocidental. É possível pensar em desdobramentos do fascismo e do nazismo no âmbito cultural e sociológico, na percepção que os homens têm de si mesmos e da vida em sociedade.

Uma consequência clara das marcas deixadas pelo totalitarismo e por suas práticas é a **desumanização** das vítimas da violência estatal ou de seus opositores políticos, observável, de forma clara, em várias ocasiões. Acreditamos que duas delas merecem especial atenção.

Em 1937, a cidade de Guernica é bombardeada pelos nazistas, apoiadores do regime autoritário instalado e mantido pelo general Franco, na Espanha. O país é envolvido por uma terrível guerra civil, e a solidariedade à resistência espanhola mobiliza a intelectualidade de esquerda em vários países – Sartre é simpático aos rebeldes espanhóis e Hemingway chega a participar de enfrentamentos contra as tropas franquistas. O uso de armamento moderno alemão em apoio à ditadura de Franco é vista, pelo oficialato nazista, como um teste de suas mais avançadas ferramentas de guerra. O horror do bombardeio é retratado habilmente por Picasso, que registra de forma visceral a escalada de violência no preâmbulo da Segunda Grande Guerra.

Mas poucas memórias são tão chocantes, para o Ocidente, quanto a dos campos de extermínio criados e mantidos pelo nazismo. A partir da propaganda ostensiva contra os “inimigos da nação alemã”, o Terceiro Reich cria um elaborado aparato de execução em massa, destinado ao encaminhamento de milhões de comunistas, judeus, homossexuais, ciganos e deficientes físicos para a morte. As vítimas eram mantidas em condições deploráveis, e seu trabalho ajudava a manter algumas das empresas apoiadoras do regime. Quando eram considerados ineptas para o trabalho, os prisioneiros eram encaminhados (a partir de 193x, quando esse aparato foi desenvolvido) para câmaras subterrâneas, onde o Zyklon B, um gás de amônia resultante dos avanços da indústria bélica na Alemanha, era empregado no extermínio dos “indesejáveis” da Alemanha nazista.

Sem medo de errar

As “plataformas negativas” de políticos que se afirmam “contrários a tudo isto que aí está” são pouco mais do que tentativas de canalizar a insatisfação coletiva e convertê-la em votos. Assim, a ausência de pontos objetivos, propositivos, nesses programas faz todo sentido; candidatos com essa tendência não propõem mudanças concretas para evitar a divisão de suas fileiras, e a impopularidade resultante da escolha por um plano de governo, ou de atuação: o que efetivamente farão, se eleitos, permanece uma incógnita para grande parte do eleitorado. Esses programas possuem elevado apelo popular por dialogarem diretamente com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, em tempos de crise, e resumi-las convincentemente na figura de um “adversário” que seria responsável pela atual situação, ainda que no mais das vezes esse adversário definitivamente não seja responsável pela conjuntura econômica ou política. A criação de espantalhos políticos não serve à explicação da crise, mas à capitalização da insatisfação generalizada e sua conversão em apoio popular, votos e benesses públicas. Além disso, no início do século XX, sua orientação e projeto foram garantidos pelo alinhamento com o grande capital, com quem dialogaram abertamente.

Os movimentos autoritários da contemporaneidade ligam-se umbilicalmente às forças totalitárias do começo do século XX. Incorporam muito da prática e do discurso de nazistas e fascistas em suas representações, e ou se identificam abertamente como herdeiros

desses movimentos ou possuem certa dificuldade em negar sua vinculação.

A definição dos termos gerais de operação e identificação desses movimentos, ainda que capciosa, proporciona-nos importantes elementos na sua caracterização. Antes de mais nada, os regimes fascista e nazista são caracterizados por sua elevada **centralização política**, garantida por uma ideologia centralizadora, autoritária, em que os cidadãos são entendidos como leais seguidores de uma liderança que se confunde entre Estado, governo, partido e líder carismático. Essa centralização é garantida pelo recurso constante ao **terror**, e com o medo e desespero das **massas** garantindo sua adesão ao ideário do líder-partido-governo. Esse terror seria mobilizado na proposição de **soluções violentas** para as crises políticas e econômicas enfrentadas pela população, centradas na oposição – e punição ou extermínio – dos inimigos (internos ou externos) da nação.

Faça valer a pena

1. O período entre as duas grandes guerras também foi marcado por uma efervescência artística e cultural, com o surgimento de várias correntes nas artes plásticas e na literatura. Entre os artistas do período, Pablo Picasso merece especial atenção, por sua importância para a arte no século XX e pela sistemática rejeição dos cânones estilísticos de seu tempo. *Guernica* é um retrato do bombardeio da cidade espanhola de mesmo nome, pintado e exposto por Picasso em 1937, para o pavilhão da Espanha na exposição internacional de Paris. Diz uma anedota histórica comum que, quando perguntado por um oficial nazista se seria ele o autor do painel, Picasso teria respondido: “Não, foram vocês!”. Observe atentamente a figura abaixo, reprodução do painel em questão:



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/86/Guernica_Rathaus_PF.jpg>. Acesso em: 22 nov. 2017.

Refleta sobre a pintura e sobre a situação peculiar vivenciada pelo autor. Podemos afirmar que a obra e a resposta ousada do artista registram:

- a) ...a irreverência de seu autor, conhecido por suas respostas rápidas e irônicas.
- b) ...a crítica à violência política de nazistas e fascistas, já que Guernica foi, em verdade, um laboratório para alguns dos novos aparatos militares alemães.
- c) ...o apreço de Picasso pela população do País Basco, onde fica a cidade de Guernica.
- d) ...a ousadia estilística de Picasso, que rejeita o tradicionalismo e propõe novas formas para a linguagem artística, em seu tempo; a preocupação da pintura é fundamentalmente estilística, sem grandes considerações sobre o episódio retratado.
- e) ...o ataque direto a Picasso, fiel apoiador do governo de Francisco Franco, a seus rivais alemães.

2.



A tendência à radicalização política foi a marca do período entreguerras. Com exceção de Estados Unidos, Inglaterra e França, onde dominavam as democracias liberais, regimes _____ se instalaram em vários países da Europa. Na Itália, o totalitarismo tomou a forma do _____, e na Alemanha a forma do _____. As ditaduras fascistas representavam um fenômeno novo e original. Seus adeptos repudiavam a luta de classes, o internacionalismo e o parlamentarismo liberal. Definiam-se como revolucionários, propondo uma solução _____, _____ e _____ para os problemas econômicos e sociais. (ARRUDA, J. J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. Bauru: Edusc, 2004. p.371)

Leia atentamente a passagem acima e escolha a alternativa que preenche de forma correta as lacunas do texto:

- a) socialista; fascismo; nazismo; autoritária; nacional; democrática.
- b) totalitários; nazismo; fascismo; socialista; liberal; sindicalista.
- c) socialista; nazismo; fascismo; democrática; nacionalista; desenvolvimentista.
- d) totalitários; fascismo; nazismo; nacional; autoritária; corporativa.
- e) totalitários; fascismo; nazismo; internacional; democrática; corporativa.

3. Leia atentamente o poema a seguir, intitulado *Aos combatentes nos campos de concentração*:



Vocês, dificilmente alcançáveis
Enterrados nos campos de concentração
Afastados de qualquer palavra humana
Submetidos a brutalidades
Espancados, mas Não refutados! Desaparecidos, mas Não
esquecidos!

Embora quase sem notícias de vocês, soubemos: são
Incorrigíveis. Indoutrináveis, dizem, tão dedicados à causa
proletária
Irremovíveis, na convicção de que na Alemanha ainda
existem
Dois tipos de homens: exploradores e explorados
E que somente a luta de classes
Pode libertar da miséria as massas humanas das cidades e
do campo. Golpes de cacete ou enforcamentos, soubemos
Não foram capazes de fazê-los afirmar. Que agora dois e
dois são cinco.

Portanto
Desaparecidos, mas
Não esquecidos
Espancados, mas
Não refutados
Juntamente com todos os lutadores incorrigíveis
Indoutrináveis persistindo na verdade
São, agora e sempre
Os verdadeiros guias da Alemanha.
(BRECHT, B. **Poemas** – 1913-1956. São Paulo: Editora 34,
2006. p.111)

O poema acima, extraído de uma coletânea do escritor e dramaturgo alemão Bertolt Brecht, exalta os feitos daqueles que seriam “os verdadeiros guias da Alemanha”, heróis indoutrináveis, incorrigíveis e irremovíveis enviados para os campos de concentração. Para Brecht, esses heróis seriam:

- a) as milícias do Partido Nacional Socialista, que lideravam a Alemanha nesse momento.
- b) as tropas do exército soviético, que libertaram os prisioneiros dos campos de concentração alemães.
- c) os squadristi italianos, marcados por sua rígida disciplina.
- d) os judeus, enviados para os campos de concentração como parte da política de extermínio nazista.
- e) os socialistas e comunistas capturados e torturados pelas forças Nazistas, no começo da década de 1930.

Seção 3.3

A Segunda Guerra Mundial

Diálogo aberto

A Segunda Guerra Mundial moldou de forma distinta as décadas que a seguiram. Por anos, a humanidade viveu sob a disputa entre Estados Unidos da América e União Soviética, as duas grandes potências resultantes do conflito. Mais do que isso: havia o temor constante da utilização do arsenal nuclear de um dos lados, naquilo que ficou conhecido como M.A.D – Mutually Assured Destruction (Destruição Mutuamente Garantida), em que um holocausto nuclear daria fim à vida no planeta. Curiosamente, o pavor de uma guerra nuclear, inaugurado no dia 6 de agosto de 1945, com a bomba atômica lançada pelos norte-americanos em Hiroshima, ainda persiste.

Veja o caso de José, por exemplo. Logo após o almoço, ele assiste ao noticiário nacional e internacional, informando sobre os assuntos cotidianos. Entre eles, está uma matéria sobre as tensas negociações entre o governo norte-americano e os iranianos em torno de seu programa nuclear. Como o Irã construiu um programa nuclear? – pergunta-se José. Mais do que isso, qual a necessidade de um país como o Irã, com necessidades básicas de infraestrutura, ter ogivas atômicas? José lembra-se de ter visto algo sobre mísseis balísticos testados pela Coreia do Norte, há algumas semanas. Novamente se pergunta: por que um país dessas proporções precisa desse armamento? Quais seriam as consequências de seu uso?

Não pode faltar

Caro estudante, sempre tentamos nos colocar no lugar das pessoas que viveram as realidades passadas que buscamos analisar para evitar teleologias, certo? Ao contrário de quem fala no presente sobre o passado, as pessoas não necessariamente sabiam os rumos que suas sociedades estavam tomando – e isso é um pressuposto básico para evitarmos esquematismos simples. No entanto, no caso da Segunda Guerra Mundial, diferentemente de muitos processos históricos, o evento não foi visto exatamente como uma surpresa

para os observadores atentos daquele período histórico. Na verdade, muitos intelectuais apontavam para essa possibilidade a partir do ressentimento deixado pelo primeiro conflito e da sua resolução, marcada pela imposição de pesadas reparações de guerra sobre a Alemanha. A ascensão do fascismo, já nos anos 1920, e do nazismo, no início da década de 1930, prenunciavam um inevitável conflito. A questão central, para muitos analistas, era se os regimes totalitários da Europa continental se moveriam somente contra a União Soviética ou avançariam sobre o restante do ocidente.

Eric Hobsbawm sumariza as razões e peculiaridades da origem da guerra de forma clara:

As origens da Segunda Guerra Mundial produziram uma literatura histórica incomparavelmente menor sobre suas causas do que as da Primeira Guerra, e por um motivo óbvio. Com as mais raras exceções, nenhum historiador sério jamais duvidou de que Alemanha, Japão e (mais hesitante) Itália foram os agressores. Os Estados arrastados à guerra contra os três, capitalistas ou socialistas, não queriam o conflito, e a maioria fez o que pôde para evitá-lo. Em termos mais simples, a pergunta sobre quem ou o que causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler. (HOBSBAWM, 1996, p. 81-82)



Contanto que Hitler mantivesse a Alemanha distante dos socialistas, muitos desses observadores davam-se por contentes. Os nazistas contavam, inclusive, com apoiadores entre americanos e ingleses. Tampouco esses apoiadores limitavam-se às camadas populares: Eduardo VIII, que abdicara do trono inglês em 1936, nutria notória simpatia por Hitler e pela oposição dos nazistas ao comunismo.

A percepção dos fascismos como um “mal necessário” ao enfrentamento com os soviéticos garantiu, por muito tempo, o apaziguamento das tensões entre alemães e as outras grandes potências europeias. Por outro lado, a guerra não é travada somente no front europeu; enquanto a remilitarização da Alemanha é tratada de forma leniente pelos britânicos, os japoneses avançam sobre o Leste, invadindo a Manchúria em 1931.

Se dividirmos o entreguerras em duas fases distintas, é possível observar claramente um primeiro momento de respeito às exigências e condições dos tratados de paz, que se prolonga até a tomada do poder

pelo Partido Nacional Socialista. Nesse período, as pesadas imposições da Entente sobre a economia e o Estado alemães aprofundam a crise enfrentada por esse país, contribuindo para o ambiente de instabilidade e radicalismo que serviria de berço para o nazismo. A partir da nomeação de Hitler para a posição de chanceler, as demonstrações de força nazistas tornaram-se mais frequentes, e a remilitarização da Alemanha uma realidade. Sob a liderança do primeiro ministro Neville Chamberlain, os ingleses optam por se manter como espectadores desse avanço.

Pode parecer estranho, para um observador casual, que a radicalização da política alemã tenha sido tolerada nesse grau, mas a Política de Apaziguamento adotada por Chamberlain e vários outros políticos europeus, nesse momento, é explicada por uma série de fatores. Primeiramente, nenhum grande estadista europeu desse período queria carregar a culpa por outro conflito nas proporções da Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de uma geração que vivenciara a tragédia do conflito anterior em primeira mão. Em segundo lugar, a barreira ideológica entre o regime soviético e as democracias ocidentais dificultava enormemente a articulação política entre essas forças, e mesmo a comunicação ou discussão de objetivos comuns. A ameaça representada pelos movimentos socialistas e trabalhistas era uma força constante da política interna de toda grande nação europeia, e a oposição à escalada de agressão alemã teria como consequência provável o ganho de influência da União Soviética no leste europeu. Na lógica do apaziguamento, ceder ao belicismo nazista era uma derrota menos perigosa do que proporcionar aos russos uma chance singular para a internacionalização da revolução.

Ainda assim, caro estudante, há um momento no qual a guerra deixa de ser uma possibilidade e torna-se uma inevitabilidade. Esse momento se situa entre 1935 e 1936, anos marcados pelo retorno decisivo da Alemanha à posição de potência armada. Nesse período, os alemães retomam de forma aberta a produção de sua indústria bélica e o recrutamento compulsório. Também ocupam militarmente a região da Renânia, vizinha à França, que deveria se manter desmilitarizada pelos termos do Tratado de Versalhes. A aproximação de Hitler dos outros regimes autoritários caracteriza o reestabelecimento da Alemanha como uma considerável influência internacional: os nazistas garantem ajuda econômica aos italianos em 1935, apoiando-os durante o embargo econômico sofrido em represália pela invasão da Etiópia,

apoiam o general Francisco Franco durante a **Guerra Civil Espanhola**, entre 1936 e 1939, e assinam, juntamente com os japoneses, o Pacto **Anti-Komintern** (1936), cujo objetivo era conter a expansão da União Soviética e da Internacional Comunista. Estabelecia-se, com esse conjunto de manifestações de solidariedade e apoio, o **Eixo Roma-Berlim**, que articulava também japoneses, espanhóis e húngaros.

O Eixo e o início do conflito

As pretensões expansionistas de parte do generalato alemão mantiveram-se, entre a Primeira e a Segunda Guerra, com um agravante: a cessão de territórios chave para a economia alemã (como o Vale do Ruhr) nos tratados de paz da Primeira Guerra determinavam que a conquista do “espaço vital” alemão assumisse prioridade nos planos de alguns de seus homens de Estado. Como exploramos acima, essa política era recebida com o apaziguamento por franceses e ingleses, e com a neutralidade distante dos estadunidenses. A Rússia soviética, isolada ideológica e geograficamente, permanecia inescrutável.

Assim, a trajetória entre 1938 e 1939 representa a culminação da longa caminhada de belicismo e agressividade da Alemanha nazista, apoiada pela passividade daqueles que deveriam ser seus contrapesos, no continente. Em 1938, em uma ação política rápida e coordenada, o chanceler austríaco Dollfuss é assassinado pelos nazistas e o novo chanceler, Seyss-Inquart, abre espaço para a anexação (Anschluss) da Áustria, ratificada por um plebiscito. Na sequência, o Führer concentra sua atenção sobre a Tchecoslováquia, ocupando a região dos Sudetos. A crise é agravada pela existência de acordos de defesa mútua entre franceses e tchecos; afeita à política do apaziguamento, a França sacrifica seus aliados na tentativa de preservar a paz. Ficava claro, para os habitantes do leste europeu, que as grandes nações da Europa Ocidental não arriscariam um novo conflito para defendê-los. Como isso também se tornara evidente para Hitler, ele se pautou, na sequência, pela incorporação da Boêmia e da Moldávia; com o avanço do controle nazista sobre o leste, Mussolini sente-se confiante o bastante para invadir a Albânia. Firma-se de modo definitivo a aliança entre os dois países, consubstanciada no Pacto de Aço, de 1939.

Antecipando o abandono da política de apaziguamento até então adotada por franceses e ingleses, Hitler move-se diplomaticamente ao estabelecer, com Stálin, o **Pacto Germano-Soviético de não agressão**,

ainda em 1939. A assinatura desse acordo se devia às pretensões expansionistas nazistas sobre a Polônia. Essas pretensões tornam-se explícitas no dia primeiro de setembro de 1939, quando a rápida invasão alemã da Polônia joga a Europa em uma nova guerra mundial. França e Inglaterra abandonam de forma definitiva a estratégia do apaziguamento e convocam seus contingentes militares para a guerra. Mussolini recua e se mantém em uma posição inicialmente neutra, aguardando os desenvolvimentos do primeiro ano de guerra para se posicionar definitivamente.

Um dado importante sobre a estratégia alemã, no início da guerra, é a adoção de táticas pautadas pela elevada mobilidade de suas forças armadas e pela conquista rápida de pontos estratégicos no território inimigo. Sob o nome de Blitzkrieg (Guerra Relâmpago), essa nova forma de movimentação militar garantiu que, até 1940, as tropas aliadas fossem incapazes de esboçar uma reação organizada ao avanço alemão. O primeiro uso da blitzkrieg foi justamente a invasão da Polônia; a articulação e comunicação constante entre as divisões panzer de infantaria blindada alemã e as forças aéreas da Luftwaffe garantiam que uma sequência de bombardeios de precisão e ofensivas terrestres rápidas levassem à derrota polonesa em questão de dias.

A ofensiva contra a França é iniciada em maio de 1940, e se dá, também, de forma rápida. Aqui, as tropas nazistas se movem com um diferencial peculiar; após iniciarem seus avanços sobre a França, deslocam-se rapidamente para a Bélgica e a Holanda. Com isso, os alemães conseguem transpor a tradicional linha defensiva estabelecida no leste da França (a Linha Maginot) e flanqueiam as tropas francesas e inglesas no continente. O exército aliado faz um esforço desesperado de retirada pelo porto francês de Dunkirk, garantindo que cerca de 300.000 soldados escapassem, mas deixando para trás muito do equipamento e das munições aliadas. Esse episódio cimta o vitorioso avanço alemão sobre a França. Com as vitórias consecutivas contra os franceses, a Itália de Mussolini entra de forma definitiva na guerra como aliado da Alemanha.

A situação da França ocupada se degenerava rapidamente. Duas facções se formam, em torno das lideranças do marechal **Phillipe Pétain** e do general **Charles De Gaulle**. Enquanto Pétain defendia a formação de um governo francês e a assinatura de um armistício com os alemães, De Gaulle defendia a manutenção da resistência, mesmo que no exílio.

Sua chegada à Inglaterra, em junho de 1940, marca tanto o começo da resistência clandestina francesa quanto a rendição de Pétain e o estabelecimento de um novo governo francês, com sede em Vichy, que administraria o território que não fora ocupado pelos nazistas. De inspiração declaradamente autoritária, a França de **Vichy** revoga a constituição de 1875 e reformula o lema da República Francesa: de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade, para Trabalho, Família, Pátria*.

Completamente isolada, a Inglaterra encontrava-se em uma situação terrível. Conformados com o alinhamento de Pétain, aprisionam a frota francesa e tentam conduzi-la para a Inglaterra, evitando assim que os alemães se apossassem dessas embarcações e transpusessem o Canal da Mancha. A dependência inglesa de mantimentos e matérias-primas enviados por navio, pelos americanos, tornava sua situação ainda mais precária. Movendo-se em nova ofensiva, os alemães dão início ao bloqueio à Inglaterra, atacando os navios que transportavam produtos essenciais para a economia das ilhas.



Pesquise mais

A Segunda Guerra Mundial não foi vencida somente nos campos de batalha, mas também pelo esforço e dedicação de uma série de especialistas trabalhando em logística e inteligência. Um filme recente retrata a vida de um desses homens – **Alan Turing**, inventor de alguns dos primeiros algoritmos computacionais modernos e responsável pela decodificação da criptografia nazista entre 1939 e 1945. Em *O Jogo da Imitação* (EUA/ Reino Unido, 2014) acompanhamos o esforço do matemático britânico em quebrar os códigos empregados pelos alemães e assim garantir a chegada dos navios com suprimentos à Inglaterra sitiada.

Em setembro de 1940 tem início o que poderia ser a ofensiva final dos nazistas contra os aliados – a Batalha da Inglaterra, uma série de bombardeios sobre a capital inglesa e alguns dos principais portos do país. Em oito semanas, vinte mil toneladas de explosivos são despejados sobre a Grã-Bretanha. A Luftwaffe alemã e a Real Força Aérea britânica disputam os céus de Londres, apoiando-se na ainda inexata tecnologia de radar. A população inglesa convive com o risco diário desses bombardeios e passa a viver nos escombros de suas cidades. No norte da África, o general Rommel, que recebera a alcunha de “a raposa do deserto”, move-se contra o domínio inglês do Egito.

A Guerra em duas frentes: a Operação Barbarossa e a Batalha de Stalingrado

Enquanto os nazistas ocupavam a França e avançavam sobre o Reino Unido, os soviéticos expandiam sua influência no leste. Conquistando primeiro Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia, o Exército Vermelho anexara uma extensão considerável do continente.

Frustrados os planos de uma rápida derrota inglesa, Hitler se aproveita do momentum adquirido por suas forças para intervir no front oriental e interromper o avanço soviético. Sua primeira ação é enviar tropas à Finlândia, algo que violava o Pacto Germano-Soviético de não agressão. Antecipando a entrada o enfrentamento direto com os soviéticos e (possivelmente) com os norte-americanos, um novo acordo é estabelecido pelos países do Eixo: com a assinatura do **Pacto Berlim-Roma-Tóquio** (1940), alemães, italianos e japoneses comprometem-se com a mútua defesa no caso de ataques por potências até então ausentes do conflito.

O ano de 1941 é marcado pela participação de americanos e soviéticos no conflito. Em junho de 1941, após reiteradas tentativas de cortar as linhas de suprimento inglesas, Hitler dá início à *Operação Barbarossa*, codinome empregado para designar a invasão da União Soviética pelos exércitos alemães. Ao longo desse mesmo ano, o presidente estadunidense **Franklin D. Roosevelt** movera esforços no sentido de garantir a entrada dos norte-americanos no conflito, ao lado dos aliados. O impressionante complexo militar-industrial norte-americano é mobilizado, entre setembro e novembro, para a produção de equipamentos para os quase nove milhões de soldados mobilizados pelos EUA, além do fornecimento de aparatos bélicos e suporte aos ingleses, cuja economia ainda sofria as consequências do bloqueio e dos bombardeios nazistas. Sua participação no conflito é antecipada pela ofensiva japonesa em **Pearl Harbour**, o quartel general da frota norte-americana no Pacífico, no Havaí. Contando com o elemento surpresa, os japoneses atacam os navios estadunidenses em dezembro de 1941 com bombardeiros leves e submarinos, causando elevado número de baixas. Em resposta ao conflito no pacífico, italianos e alemães declaram guerra aos EUA e garantem a sua entrada no combate.



A propaganda assume papel central na mobilização tanto dos Aliados quanto do Eixo, nesse momento. Dois conjuntos de filmes representam esse esforço de forma singular: os sete episódios de *Why We Fight*, dirigidos principalmente por Frank Capra (EUA, 1942) e representando o lado americano do conflito, e o clássico *Triunfo da Vontade* (Alemanha, 1935), da alemã Leni Riefenstahl, com uma representação impactante do poder do Führer. Os filmes de Capra são feitos em resposta à propaganda de Riefenstahl, e têm por objetivo convencer a população norte-americana da necessidade de participação no conflito, apelando para a oposição entre a escravidão, sob os regimes do Eixo, e a liberdade, defendida pelos Aliados. Riefenstahl confere um tom épico à atuação de Hitler como chefe de Estado, revestindo o líder nazista de uma aura de poder e influência.

O intervalo entre 1941 e 1942 garantiu, de certa forma, a inviabilidade da estratégia alemã no longo prazo. Pressionada entre duas frentes de guerra, a economia da Alemanha se encontrava em seu limite. Os alemães são forçados a operar no que hoje chamamos de Guerra Total; toda a sua estrutura produtiva se direcionava, nesse momento, para o esforço de guerra.

A guerra entre alemães e soviéticos é um capítulo especial da Segunda Guerra, que por muito tempo foi subestimado ou ignorado. Movendo-se rapidamente sobre o território russo, os alemães conseguem uma série de vitórias rápidas no fim de 1941, dizimando um terço dos efetivos do Exército Vermelho e tomando Kiev e Kharkov. Contudo, a chegada de 1942 muda rapidamente o equilíbrio das duas forças; com o avanço do rigoroso inverno russo, o exército alemão se vê em terreno inóspito, dependendo de longas linhas de suprimento, sendo açoitado por contingentes acostumados à vida naquelas condições. A facilidade com que as primeiras batalhas foram vencidas se revelara um ardil; os nazistas estavam agora condenados a combater sob o inclemente frio da tundra soviética. Nesse contexto, os alemães se deslocam até **Stalingrado**, onde têm seu avanço interrompido. De junho de 1942 a janeiro de 1943, o 6º Exército Alemão e o 62º Exército Soviético disputam a cidade, que rapidamente se transforma em um conjunto de ruínas fumegantes e trincheiras. Conscientes da importância estratégica desse ponto, tanto Hitler quanto Stálin ordenaram a suas tropas que não se retirassem, em hipótese alguma.

A estrutura do campo de batalha forçava os alemães a trabalharem contra o seu expediente tático usual. Um dos princípios da blitzkrieg era a movimentação conjunta, rápida e articulada, de um contingente militar variado. Assim, os alemães deslocavam infantaria a pé, infantaria blindada, Luftwaffe e artilharia (movidada por ferrovia) de forma a compor sua formação rapidamente e iniciar seus ataques antes que os adversários pudessem se mobilizar. As ofensivas de infantaria eram sempre precedidas e apoiadas por salvas de artilharia e bombardeiros de mergulho (Stukka), que atuavam dispersando as forças inimigas e preparando o terreno para o controle do campo de batalha pelas divisões Panzer. Essa estratégia fazia uso extensivo da malha ferroviária europeia (algo que os alemães já haviam empregado na Primeira Guerra e mesmo em conflitos anteriores, como as guerras contra a Áustria e a França, entre 1860 e 1870) e das rodovias do continente. Adicionalmente, por contarem com a resposta dos adversários em campo aberto (já que partiam do pressuposto do ataque a posições fortificadas e/ou instalações militares), os alemães dispunham de amplo terreno para movimentar sua infantaria blindada. Stalingrado invertia todos esses pressupostos. Os veículos blindados alemães não estavam preparados para as condições do inverno russo e seu deslocamento era comprometido pelas nevascas frequentes. O mesmo acontecia com a sua força aérea, cuja atuação era comprometida pelas constantes tempestades e pela baixa visibilidade. O acesso da artilharia à cidade era complicado, já que os soviéticos faziam uso extensivo do rio Volga e instalaram suas baterias antes dos alemães, deslocando-as por balsas. Por fim, Stálin proibiu militares e civis de abandonarem a cidade; todos deveriam se envolver no esforço de defesa de Stalingrado. Ao contato com as tropas alemãs, os soldados russos tinham ordens expressas de se moverem para o corpo a corpo tão cedo quanto possível, anulando as possíveis vantagens do aparato de suporte nazista. A batalha é lutada nos escombros da cidade, arruinada pelos bombardeiros alemães que passavam pelas baterias antiaéreas russas e pelas salvas de artilharia dos dois lados. Aproximadamente dois milhões de pessoas, entre civis e militares, morrem durante os seis meses de enfrentamento.

O acirramento do conflito faz com que Stalingrado se converta na batalha decisiva do front oriental. A força alemã começava a dar sinais de fraqueza, frustrada a possibilidade de um avanço rápido. Concomitantemente, a presença de tropas norte-americanas no norte da África faz com que um contingente expressivo dos bombardeiros

restantes da Luftwaffe seja destacado para a região, aliviando momentaneamente a pressão sobre Stalingrado. Chega o inverno entre 1942 e 1943, e os soviéticos lançam-se novamente ao ataque. Atacando os aliados romenos e húngaros do exército nazista, os comandantes do 62º Exército Soviético são bem sucedidos em cercar as forças do Eixo e estabelecem um “bolsão” de contenção do exército nazista, em que duas linhas de defesa (uma interna, para evitar a fuga dos adversários, e uma externa, para conter reforços) restringiam a ação alemã. Hitler e Goering recusavam-se a reconhecer a derrota, mas os soldados alemães eram forçados a lidar com o frio do inverno russo e a fome, já que sua linha de suprimento havia sido cortada e eles agora dependiam de uma frágil ponte aérea para receber mantimentos. Com a precarização da situação das tropas alemãs na cidade e o progressivo avanço dos soviéticos, as divisões Panzer são gradualmente eliminadas, até serem derrotadas definitivamente em 31 de janeiro de 1943.

Stalingrado mostrou ao mundo que o exército alemão poderia ser derrotado. Também deu, aos demais aliados, a dimensão do dispêndio colossal de munição, tropas e equipamentos nas tentativas fúteis de conquistar a cidade. A Alemanha estava fragilizada, e era a hora de tomar a Europa Ocidental.



Assimile

A batalha de Stalingrado desvelou, de maneira brutal, a animosidade entre soviéticos e nazistas. Ainda no século XIX as identidades nacionais germânicas e eslavas foram criadas com uma narrativa de oposição mútua. A Alemanha nazista – espelhando o antigo Império Romano – via a população eslava como uma massa de escravos em potencial. Finalmente, a oposição entre nazismo e socialismo fez com que ambas as forças transformassem Stalingrado no campo de batalha definitivo das duas ideologias. O empenho com que Hitler tenta conquistar a cidade, sacrificando todos os contingentes e recursos enviados para o Leste, e a defesa aguerrida de Stalin, que ameaça com a corte marcial eventuais desertores, devem-se não só à importância estratégica desse ponto, mas ao desenvolvimento de antigos ódios, relacionados à identidade nacional e às ideologias em disputa.

Sem a compreensão clara da fundamentação ideológica das duas forças, fica difícil entender por que os nazistas teriam sacrificado tanto na conquista desse objetivo estratégico, quando uma trégua poderia ter sido proposta a qualquer momento. A batalha de Stalingrado não é só uma disputa pelo controle do território; é uma disputa pelo futuro do leste europeu.

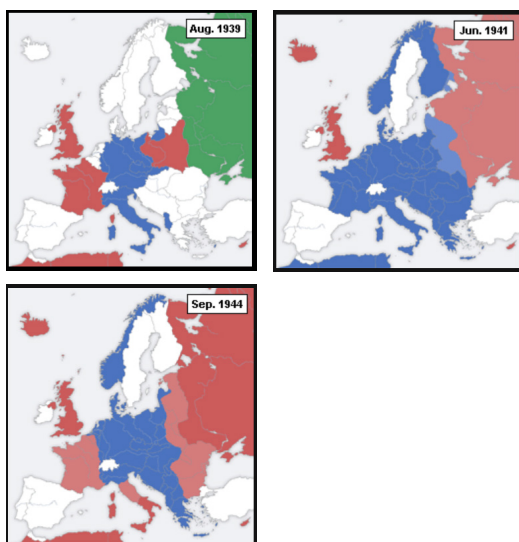
O Dia D

Entusiasmados com a vitória em Stalingrado, os comandantes soviéticos aproveitam a oportunidade deixada pela derrota alemã e capturam vários dos aliados alemães no leste. Romênia, Hungria, Bulgária e Finlândia são rapidamente postas sob controle russo. As pesadas baixas da Luftwaffe impactaram diretamente sobre a defesa do campo aéreo alemão, e os Aliados agora dispunham de condições de lançar bombardeios diários sobre a infraestrutura desse país, comprometendo o esforço de guerra. Apoiados pelas colônias francesas (que se rebelam contra as ordens da França de Vichy) e pelos norte-americanos, os ingleses iniciam a retomada do norte da África a partir do Egito, e em maio de 1943 expulsam a presença alemã e italiana no local. Na sequência, tem início a invasão da Itália, com o desembarque de tropas aliadas – algumas delas brasileiras – na Sicília. O Grande Conselho Fascista afasta Mussolini do poder e assina um armistício; insatisfeitos, os alemães tomam Roma. Em meio à confusão, milícias da resistência antifascista italiana capturam e executam Mussolini em 1945. Estava aberto o caminho para que as tropas aliadas seguissem até o vale do Pó, cercando a união alemã e austríaca pelo sul.

Paralelamente à tumultuosa rendição e derrota da Itália fascista, os Aliados preparavam a abertura de uma nova frente de ataque na França, a partir da Normandia, ao norte, e da Provença, ao sul. Contrariando as expectativas alemãs (que contavam com a chegada dos Aliados por Pas-de-Calais), um vasto contingente de navios de guerra desembarca as tropas aliadas em Caen, no dia 6 de Junho de 1944. O desembarque, realizado nas primeiras horas da manhã foi apenas parte do Dia D; a iniciativa contava também com bombardeios da aviação aliada, elaborado trabalho de sabotagem pela resistência francesa e alguns destacamentos de paraquedistas norte-americanos, que desceram além das linhas inimigas, no meio da noite, para cortar as linhas de comunicação alemãs e tomar posições avançadas na retaguarda da linha de defesa da praia. Com a rápida tomada da Normandia, as tropas aliadas puderam orquestrar o desembarque em massa de seu aparato bélico no continente europeu. Os alemães encontravam-se cercados: pelo leste, seus aliados haviam sido derrotados pelo Exército Vermelho, que agora avançava pelo território alemão; pelo sul, a Itália capitulara e o controle aliado se estendera até o Vale do Pó. Agora, pela França, os tanques americanos reconquistavam o território antes mantido pelos nazistas.



Figura 3.1 | Mapa - Avanço e recuo das forças nazistas



Fonte: <<https://goo.gl/SQhR82>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

Nas imagens temos, 1939, o mapa europeu no mês de início da guerra. A Alemanha, em azul, dominaria a Europa continental até o fim de 1941. Após a derrota alemã diante dos soviéticos (em verde no primeiro mapa) entre 1942 e 1943, podemos perceber como as forças aliadas (em vermelho) ganham espaço e, com o apoio dos EUA em 1944, cercam o território germânico.

A descoberta dos campos de concentração e a rendição da Alemanha

Havia algum conhecimento, ainda que limitado, da perseguição do nazismo aos judeus; refugiados austríacos, alemães e poloneses se dirigiam às democracias ocidentais e relatavam os horrores do antissemitismo na Alemanha, mas a existência dos campos de concentração e extermínio era por vezes desmentida como um boato, ou como parte da propaganda nazista para intimidar seus adversários. A descoberta dessas instalações e do aparato nelas empregado chocou o mundo, em 1944.

Os exércitos soviéticos rapidamente ocuparam a Polônia, após a derrota alemã em Stalingrado e o avanço dos Aliados pela Normandia.

Em julho, pouco mais de um mês após o Dia D, encontraram instalações peculiares nas vizinhanças da cidade de Lublin – era o campo de Majdanek, desmontado às pressas pelos nazistas, na tentativa de encobrir a crueldade com que trataram os seus prisioneiros. Ainda no verão, encontraram os campos de Belzec, Sobibor e Treblink, mas só chegariam até Auschwitz, a maior dessas estruturas, no inverno de 1945. Nesse campo, encontraram alguns milhares de prisioneiros ainda com vida, mas com as marcas do abuso e da violência do nazismo. Movendo-se pelo Oeste, soldados norte-americanos encontraram também os campos de Buchenwald, Dora-Mittelbau e Dachau.

A operação dos campos de concentração foi relatada pelos sobreviventes, e rapidamente a chamada Solução Final da questão judaica veio à tona: durante a ascensão dos nazistas ao poder e no curso da Segunda Guerra, uma série de campos de trabalhos forçados e extermínio foram construídos para receber a população judaica dos territórios ocupados pelos alemães e seus aliados, além da Itália e da França de Vichy, que se comprometeram a entregar seus judeus para a Alemanha. Os campos também eram usados para conter outros “indesejáveis” do regime nazista: ciganos, alvos de discriminação histórica no continente; homossexuais, considerados moralmente degenerados e avessos ao ideal nazista de família; e socialistas, pela oposição clara do nazismo, de direita, à militância de esquerda.



Exemplificando

Chaim Ferster, um sobrevivente do Holocausto que escapou à morte em oito campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, relata algumas de suas experiências com a perseguição e o encarceramento:



Chegamos à meia-noite. Havia um silêncio mortal e a visão era assustadora. [...] Podíamos ver à distância as chamas que subiam de quatro chaminés. Naquela hora não percebi que eram os crematórios. [...] Fazia um frio insuportável, uns 25 ou 26 abaixo de zero. Os soldados começaram a nos bater, gritando que não éramos rápidos. Muitos não podiam aguentar, tinham pneumonia. E alguns morreram. [...] Nos colocaram em um grupo. Todos nós, um grupo especialmente grande. Na manhã seguinte, alguns de nós foram selecionados

para ir para os chuveiros. Fomos ali, na mesma sala com chuveiros onde outras pessoas tinham morrido com os gases. Mas, quando entramos, caiu água no lugar do gás e pudemos nos lavar. (Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151026_sobrevivente_campos_concentracao_fn>. Acesso em: 13 out. 2017)

A proximidade da derrota alemã e a descoberta dos campos de concentração deram novo ímpeto à ofensiva aliada. Considerando parcialmente a situação do continente no pós-guerra, os líderes das principais forças opostas à Alemanha nazista se reuniram em Ialta e traçaram planos de invasão e ocupação da Alemanha. Após uma série de derrotas no front ocidental, Hitler se refugia em seu bunker particular, em Berlim, onde comete suicídio, em abril de 1945. Tropas nazistas capitulam na Itália, na Alemanha, na Holanda, na Dinamarca e na Escandinávia. Frente a esse cenário, o Alto Comando do exército alemão assina sua rendição formal e incondicional, em 7 de maio de 1945. Há uma segunda capitulação, no dia seguinte (8 de maio), em que as forças nazistas restantes entregam-se ao general Zukov da URSS, entregando Berlim ao Exército Vermelho.

A Alemanha dividida, Hiroshima e o fim da guerra

As nações vitoriosas reúnem-se em Potsdam, em agosto de 1945, para decidir o estabelecimento da ordem no pós-guerra. Stalin, Harry Truman e Winston Churchill mantiveram boa parte dos termos estabelecidos nas conferências anteriores, realizadas em Teerã e em Ialta. Como consequência desses acordos, a Alemanha e a Áustria são divididas em quatro zonas de ocupação controladas pelos EUA, pela URSS, pelo Reino Unido e pela França. A divisão da Áustria só perdura até 1955, quando o país se reorganiza como um todo territorialmente coeso; a Alemanha, por outro lado, permanece separada em dois grandes blocos até 1990 – de um lado, a **República Federal Alemã** (RFA), com capital em Bonn, que reunia as três zonas de ocupação ocidentais; de outro, a **República Democrática Alemã** (RDA), com capital em Berlim, socialista e ligada diretamente à influência soviética.

Ambos os países são estabelecidos em 1949, com a demarcação clara dos dois blocos de influência que ditariam o tom e o ritmo da Guerra Fria, nos anos seguintes.

Nos últimos dias da Conferência de Potsdam, os norte-americanos enviam um ultimato ao governo japonês exigindo sua rendição e abandono das hostilidades, a partir da derrota e rendição das outras potências do Eixo. Os japoneses se mantiveram firmes na oposição aos norte-americanos, que já haviam reconquistado os territórios dominados pelo Império Japonês nos anos anteriores, chegando a desembarcar na ilha de Iwo Jima, parte do arquipélago japonês, e conquistá-la.

A recusa da rendição, pelos japoneses, foi respondida com um ato de brutalidade sem igual, pelos norte-americanos: o bombardeio das cidades de **Hiroshima** e **Nagasaki com bombas atômicas** de urânio e plutônio, em agosto de 1945. Em 2 de setembro, o governo japonês assinou o acordo de rendição proposto pelos EUA, pondo fim à Segunda Guerra Mundial.

Na retórica norte-americana, a utilização dos armamentos nucleares é justificada pelo encurtamento da guerra em 5 anos e pelas milhares de vidas que seriam salvas por essa atitude. Por outro lado, o debate em torno da utilização militar da energia nuclear antecedia o uso das bombas. Henry Stimson, secretário de guerra da casa branca, notifica o presidente **Harry Truman** (sucessor de Roosevelt) de um assunto secreto de seu interesse, com impacto decisivo nas relações exteriores norte-americanas.



Pesquise mais

Há, hoje, extensa reflexão sobre a participação japonesa na Segunda Guerra Mundial. Algumas obras são particularmente interessantes, e proporcionam valiosas perspectivas sobre a desumanização da guerra e a vida após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki.

Nesse sentido, recomendamos alguns filmes e uma graphic novel. *Cartas de Iwo Jima* (EUA, 2006) e *A Conquista da Honra* (EUA, 2006), dois filmes gêmeos de Clint Eastwood, representam os lados rivais na batalha de Iwo Jima; de um lado, oficiais japoneses que foram deslocados pela autoridade imperial para lutar uma guerra já perdida, numa ilha que seria rapidamente conquistada pelos Aliados; de outro, os soldados norte-americanos que tiveram suas vidas dilaceradas pela máquina de guerra estadunidense.

Hadashi no Gen ou Gen: pés descalços, de Keiji Nakazawa (Japão, 1973), é uma narrativa autobiográfica da vida de um menino que sobrevive à bomba atômica em Hiroshima.

A nova ordem inaugurada pelas bombas atômicas é reconhecida por Truman em uma declaração oficial publicada no dia 6 de Agosto:

Com essa bomba nós adicionamos um novo e revolucionário complemento à crescente pujança de nossas forças armadas. Na sua forma presente, essas bombas já se encontram em produção e bombas ainda mais poderosas estão em desenvolvimento. Trata-se de uma bomba atômica. Ela concentra o poder fundamental do universo. A força da qual o sol extrai sua energia foi lançada contra aqueles que envolveram o Oriente distante em guerra. [...] Nós estamos agora preparados para obliterar mais rapidamente e completamente cada empreendimento produtivo que os japoneses tenham na superfície de qualquer cidade. Nós destruiremos suas docas, suas fábricas, e seus meios de comunicação. Que não se enganem; nós destruiremos completamente o potencial militar japonês. Foi para poupar o povo japonês da destruição absoluta que o ultimato de 26 de julho foi redigido em Potsdam. Seus líderes o rejeitaram prontamente. Se eles não aceitarem nossos termos agora eles podem esperar uma chuva de ruína vinda dos ares, tal qual nunca se viu neste planeta. (TRUMAN, 1945, p. 1-3)

A declaração, obviamente, não era dirigida exclusivamente às autoridades japonesas. Com as duas bombas atômicas e esse discurso, Truman inaugura a era da Guerra Nuclear.



Reflita

Hiroshima e Nagasaki não eram centros militares, nem representavam espaços importantes para a indústria bélica japonesa. Entre as grandes cidades do Japão, configuravam-se basicamente pelo setor de serviços e pela elevada densidade populacional.

Qual o sentido, portanto, de um bombardeio como o realizado pelo exército norte-americano nesses espaços? Poderíamos considerar

legítima a explicação de que as bombas atômicas foram usadas para “encurtar a guerra em cinco anos e salvar milhares de vidas”? O que podemos deduzir do impacto desse bombardeio nas negociações do pós-guerra entre EUA e URSS? O que os debates anteriores ao uso desse armamento demonstram?

Sem medo de errar

A Era Nuclear é inaugurada, como vimos ao longo da unidade, no dia 6 de agosto de 1945, com o bombardeio da cidade japonesa de Hiroshima com uma bomba atômica norte-americana. Na retórica do período, os estadunidenses defenderam o bombardeio com a justificativa de que essa ação encurtaria a guerra em cinco anos e salvaria milhões de vidas. Mas documentos oficiais comprovam a percepção do presidente Harry Truman e do Estado Maior das Forças Armadas de que o uso das bombas atômicas nas duas cidades japonesas garantiria uma nova posição aos norte-americanos no sistema internacional de poder.

A corrida armamentista nas décadas seguintes é explicada por esse acontecimento e pela divisão do mundo nos blocos socialista e capitalista, a exemplo da divisão da Alemanha preconizada na Conferência de Potsdam. Vivendo em meio ao risco de destruição mútua, nenhuma das duas potências daria passos decisivos em direção à aniquilação da outra, mas suas ações garantiriam quase cinco décadas de temor, paranoia e histeria em torno da possibilidade de emergência de um novo conflito mundial. Mais do que o medo de uma guerra, propagava-se o medo da aniquilação da própria humanidade.

A Guerra Fria seria marcada, portanto, pelo medo e pela troca de ameaças entre potências que não concretizaram o conflito dada à destruição inevitável de ambas as partes em uma guerra nuclear. Nesse sentido, as armas nucleares foram utilizadas também como elemento que reforçava as forças da diplomacia das duas superpotências. No entanto, com o fim do mundo bipolar, países que não se alinhavam aos EUA no âmbito internacional decidiram, por vezes, buscar autonomia nuclear o quanto antes, como garantia de soberania. Hoje esses países (como a Coreia do Norte, marcadamente) representam elementos de instabilidade internacional, adotando discurso claramente belicista e

munidos de armas de destruição em massa – que garantem, por sua vez, uma relação diferenciada com os EUA.

Faça valer a pena

1.

As decisões de invadir a Rússia e declarar guerra aos EUA decidiram também o resultado da Segunda Guerra Mundial. Isso não pareceu imediatamente óbvio, pois o Eixo atingira o auge do seu sucesso em meados de 1942, e só perdeu inteiramente a iniciativa militar em 1943. Além disso, os aliados ocidentais só reentraram efetivamente no continente europeu em 1944, pois enquanto conseguiam expulsar o Eixo do Norte da África e atravessar para a Itália, eram mantidos à distância pelo exército alemão. (HOBSBAWM, 1996, p. 94)

Na passagem acima, Hobsbawm explora a inflexão nos rumos da Segunda Guerra Mundial a partir da participação da União Soviética e dos Estados Unidos no conflito. Essa mudança é explicada pela:

- rápida conquista de Berlim pelos exércitos norte-americanos, vastamente superiores aos alemães.
- articulação de uma união de soviéticos e estadunidenses que avançaram pelo front oriental, tomando a Alemanha de assalto.
- desistência da Itália em manter-se no conflito, dada a nova relação de forças dos Aliados.
- estabelecimento de duas frentes de guerra, no oeste e no leste, e aporte de novos contingentes e recursos para os campos de batalha.
- o elevado dispêndio norte-americano e soviético em propaganda de guerra, com a deserção de parte das tropas alemãs.

2. Leia atentamente o poema abaixo, de autoria de Carlos Drummond de Andrade:

Carta a Stalingrado

(...)

A poesia fugiu dos livros, agora está nos jornais.
Os telegramas de Moscou repetem Homero.
Mas Homero é velho. Os telegramas cantam um mundo novo
que nós, na escuridão, ignorávamos.

Fomos encontrá-lo em ti, cidade destruída,
na paz de tuas ruas mortas mas não conformadas,
no teu arquejo de vida mais forte que o estouro das bombas,
na tua fria vontade de resistir.

Saber que resistes.

Que enquanto dormimos, comemos e trabalhamos, resistes.
Que quando abrimos o jornal pela manhã teu nome (em ouro oculto) estará firme no alto da página.

Terá custado milhares de homens, tanques e aviões, mas valeu a pena.

Saber que vigias, Stalingrado,
sobre nossas cabeças, nossas prevenções e nossos confusos pensamentos distantes dá um enorme alento à alma desesperada e ao coração que duvida.

Stalingrado, quantas esperanças!

Que flores, que cristais e músicas o teu nome nos derrama!

Que felicidade brota de tuas casas!

De umas apenas resta a escada cheia de corpos;

de outras o cano de gás, a torneira, uma bacia de criança.

Não há mais livros para ler nem teatros funcionando nem trabalho nas fábricas,

todos morreram, estropiaram-se, os últimos defendem pedaços negros de parede,

mas a vida em ti é prodigiosa e pulula como insetos ao sol,

ó minha louca Stalingrado!

As cidades podem vencer, Stalingrado!

Penso na vitória das cidades, que por enquanto é apenas uma fumaça subindo do Volga.

Penso no colar de cidades, que se amarão e se defenderão contra tudo.

Em teu chão calcinado onde apodrecem cadáveres, a grande Cidade de amanhã erguerá a sua Ordem.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Carta a Stalingrado**. 1945.

Disponível em: <<https://goo.gl/P8JFPU>>. Acesso em: 22 nov. 2017)

O poema acima, escrito pelo brasileiro Carlos Drummond de Andrade em homenagem à resistência soviética em Stalingrado, mobiliza vários dos temas comuns sobre o enfrentamento entre nazistas e socialistas nos escombros da cidade.

Escolha a alternativa que interpreta corretamente um dos trechos do poema:
a) "As cidades podem vencer, Stalingrado! [...] Penso no colar de cidades, que se amarão e se defenderão contra tudo.": Drummond fala na vitória das cidades a partir do hábito, entre os nazistas, de destruir as edificações das cidades derrotadas.

b) "Não há mais livros para ler nem teatros funcionando nem trabalho nas fábricas / todos morreram, estropiaram-se, os últimos defendem pedaços negros de parede": o poeta descreve o destino de Stalingrado, destruída completamente no enfrentamento entre nazistas e soviéticos, que termina com as duas forças recuando e abandonando a cidade.

c) "Stalingrado, quantas esperanças! Que flores, que cristais e músicas o teu nome nos derrama!

Que felicidade brota de tuas casas!": protegida pelo Exército Vermelho, a população civil permanece na cidade, sem enfrentar as baixas da guerra. Esse é o sentido da vitória de Stalingrado.

d) "Terá custado milhares de homens, tanques e aviões, mas valeu a pena.": Drummond refere-se às perdas dos nazistas na conquista de Stalingrado; apesar dos custos elevados, a empreitada militar valeu a pena.

e) "A poesia fugiu dos livros, agora está nos jornais. / Os telegramas de Moscou repetem Homero. / Mas Homero é velho. Os telegramas cantam um mundo novo / que nós, na escuridão, ignorávamos.": Drummond explora aqui a narrativa heroica dos feitos dos soldados soviéticos em Stalingrado, que proporciona o nascimento desse "mundo novo" cantado pelos telegramas.

3.

Eu recomendarei ao Congresso dos Estados Unidos que considere com urgência o estabelecimento de uma comissão para controlar a produção e o uso do poderio atômico norte-americano. Considerarei e farei recomendações ao Congresso sobre como o poderio atômico pode se tornar uma influência poderosa na manutenção da paz mundial. (TRUMAN, Harry. **Statement by the President of the United States**, 6 de agosto de 1945. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/bomb/large/index.php>. Acesso em: 13 out. de 2017)

No documento acima, o Presidente Harry Truman, dos Estados Unidos da América, explora o significado de um acontecimento específico do fim da guerra. Trata-se do:

a) Bombardeio das cidades de Hiroshima e Nagasaki com bombas de hidrogênio, que trouxe um fim precoce à guerra e garantiu a rendição dos

alemães.

b) Bombardeio das cidades de Hiroshima e Nagasaki com bombas atômicas, que mudou os termos do equilíbrio de poder no pós-guerra e deu início à Era Nuclear.

c) Cerco de Berlim, em que o moderno armamento nuclear norte-americano foi empregado na dissuasão dos exércitos nazistas.

d) Bombardeio das cidades de Berlim e Frankfurt com bombas atômicas, que trouxe um fim precoce à guerra e garantiu a rendição dos japoneses.

e) Conferência de Potsdam, na qual norte-americanos e soviéticos concordaram em utilizar a bomba atômica para derrotar definitivamente os japoneses.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ALIBER, Robert; KINDLEBERGER, Charles. **Manias, pânico e crises – a história das catástrofes econômicas mundiais**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ARRUDA, José Jobson. **Nova História Moderna e Contemporânea**. Bauru: Edusc, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.
- BRYANT, Louise. **Six Red Months in Russia**. Portland: Powell's Press, 2002.
- CARR, Edward. H. **A Revolução Russa, de Lênin a Stalin**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1969.
- DEUTSCHER, Isaac. **Stalin, uma Biografia Política**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- DEUTSCHER, Isaac. **Trótski: O Profeta Armado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- DEUTSCHER, Isaac. **Trótski: O Profeta Banido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- DEUTSCHER, Isaac. **Trótski: O Profeta Desarmado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- FERRO, Marc. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- GRUPPI, Luciano. **O Pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979. HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HILL, Chistopher. **Lênin e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1963.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes – uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.
- KEYNES, John Maynard. **Esquerdismo: doença infantil do comunismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- KEYNES, John Maynard. **Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trótski**. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm>. Acesso em: 16 set. 2017.

KEYNES, John Maynard. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 17, p. 51 – 79, 2006.

MOORE Jr., Barrington. **Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Edições 70, 2010.

REED, J. **Dez Dias que Abalaram o Mundo**. São Paulo: Penguin, 2010.

TROTSKI, L. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Guerra Fria, globalização e Nova Ordem Mundial

Convite ao estudo

Caro aluno, na unidade passada, você estudou como o contexto mundial se apresentava até a Segunda Guerra Mundial. Após esse conflito, duas grandes forças se consolidaram como superpotências: o capitalista Estados Unidos e a comunista União Soviética. Antes aliados na guerra, essas duas nações, com ideologias profundamente distintas, não conviverão em paz. Elas entram em Guerra Fria, isso é, as potências envolvem-se em conflitos indiretos, apoiando ou desapoando guerras, revoluções e processos de independência antagônicos, a fim de conquistar hegemonia militar, político-ideológica e econômica. Com isso, dividem o mundo em dois blocos: o socialista e o capitalista. Nesse ínterim, porém, surge a globalização, que cria blocos econômicos que se colocam para além dessa dualidade. Isso ajuda a produzir a derrota da URSS na Guerra Fria, o fim do mundo comunista e cria uma nova ordem mundial. Assim, nesta unidade, vamos estudar estes três fenômenos que definiram a segunda metade do século XX: a Guerra Fria, a globalização e a Nova Ordem Mundial.

Conhecer esses fatos históricos certamente fará você ter uma compreensão abrangente do mundo contemporâneo, podendo melhor refletir sobre os fatos do presente. Isso porque, ao estudar a origem de um fenômeno, nossa capacidade de refletir sobre os acontecimentos atuais acerca dele se amplia consideravelmente, já que a nossa visão do todo aumenta.

Além disso, os três fatos citados são protagonistas de uma história que é, ao mesmo tempo, de um passado recente e do presente. Como você deve ouvir nas ruas ou ler nas redes sociais, o debate entre comunismo e capitalismo ainda não acabou – mesmo que o primeiro tenha se findado em 1991. Paralelamente, a

globalização cria frutos que são estruturais à nossa sociedade atual – e, por muitas vezes, vistos como naturais. Já a Nova Ordem Mundial é um fenômeno também deveras contemporâneo, que ainda se presentifica.

Assim, pensando nessa história tão atual, como futuro professor de história, como lidar, com seus alunos, com esse passado que ainda ressoa no presente de forma contundente, fazendo-nos retrair, em sala de aula, as diretrizes da história e da didática tradicional, que é linear e distante dos alunos?

Refletiremos sobre essas questões ao estudar os três fenômenos citados em minúcias, especificamente por meio dos seguintes subtemas: a Guerra Fria e o mundo bipolar (em que veremos desde a Revolução Chinesa até as transformações culturais dos anos 1960); a “Descolonização” na África e na Ásia, no qual abordaremos desde a independência da Índia até o Apartheid na África do Sul; e a globalização e a Nova Ordem Mundial, em que veremos desde o fenômeno do neoliberalismo até o ascenso da Internet.

Seção 4.1

A Guerra Fria e o mundo bipolar

Diálogo aberto

Caro aluno, a história da Guerra Fria é essencial para entendermos o nosso próprio mundo, justamente porque muitas de suas consequências ainda ressoam no cenário atual – como a guerra ideológica entre soviéticos e americanos que, em discussões políticas, programas midiáticos e demais aspectos do mundo contemporâneo parecem ainda não ter terminado. É também esse o motivo de, por vezes, termos dificuldades em tratar dessa temática em sala de aula. No Brasil, a partir de uma visão que reproduz o senso comum, algumas pessoas tem a ideia de que os soviéticos representam o posicionamento político de esquerda e os Estados Unidos, o de direita. Nesse sentido, como lidar com esse conteúdo nas escolas, considerando que os alunos estão muitas vezes imersos às lutas ideológicas presentes ainda hoje que se relacionam, direta ou indiretamente, à Guerra Fria? Abordaremos um caso hipotético para você melhor visualizar esse problema, bem como tentar resolvê-lo.

Imagine que você está lecionando uma aula sobre Guerra Fria para sua classe do Ensino Médio. O tema em questão é o Macartismo e o “Perigo Vermelho”. Você escolhe tratar da propaganda anticomunista no Brasil, para mostrar a amplitude desse processo histórico. Na discussão pré-aula, para compreender o que os alunos já sabiam daquele assunto, Ana fala que sua mãe sempre comenta sobre o período tenebroso da Ditadura Militar (1964-1984), quando o tio da aluna foi torturado pelos militares do governo por ser ligado a uma organização comunista. Nesse momento, Luciano intervém e fala que seu avô, por outro lado, sempre comenta que os comunistas é que teriam sido os vilões da história e, não, os governantes militares anteriores, como Emílio Gaspar Dutra. Ele acrescenta, ainda, que é por isso que seu avô defende um projeto na Câmara Federal Brasileira que criminaliza a apologia ao comunismo. As crianças ficam afoitas com visões tão contrárias.

Como lidar com essa situação? Para solucioná-la, será preciso compreender:

- A distância histórico-temporal como inata à disciplina História.
- Os meios didáticos dos quais podemos dispor em sala de aula.
- A contextualização das especificidades da temática em questão.
- Os diferentes discursos como parte da história, e não puramente a própria história.

Não pode faltar

Introdução

A Guerra Fria foi o mais longo conflito do século XX, tendo durado cerca de 45 anos. Ela constitui também um dos eventos mais importantes da história contemporânea e seus ecos podem ser sentidos ainda nos dias atuais. No entanto, não houve conflitos diretos entre os principais protagonistas desse evento – Estados Unidos e União Soviética – ou entre essa última e outras potências da época, como Grã-Bretanha e França. Isso porque ambos os lados possuíam armas que, em caso de guerra, poderiam detonar o mundo inteiro – dizimando a humanidade e fazendo não mais haver propósito de batalhas e conquistas. Assim, o “recheio” da Guerra Fria se deu nos múltiplos conflitos ao redor do globo que, incentivados ou apoiados pelo bloco soviético ou capitalista, tinham suas vitórias ou derrotas consideradas também como das duas potências antagônicas. Isso é reflexo de um mundo bipolar, em que as nações em geral precisam alinhar-se a um dos dois lados para continuar existindo. Assim, é sobre os conflitos “quentes” que fizeram a Guerra Fria, que discutiremos aqui nos tópicos a seguir.



Assimile

Além de referir-se explicitamente ao tema estudado aqui, guerra fria é também um conceito que indica uma situação em que dois ou mais agentes entram em conflitos indiretos, gerando relações de tensão e dúvida, mas não de guerra direta.



Refleta

Afinal, seria ou não a Guerra Fria entre os blocos capitalistas e socialista de fato um conflito somente indireto?

A Revolução Chinesa

A revolução ocorrida em um dos países mais populosos do globo, em 1949, foi de cunho comunista. Porém, suas relações com a URSS eram mais complexas do que o simples apoio do bloco soviético à China revolucionária. Suas origens remontam à primeira Revolução Chinesa, um processo nacionalista ocorrido em 1911, que, sob liderança do Partido Nacionalista Chinês, o líder Sun Yat-sen põe abaixo a monarquia e instaura a república. Influenciado pela Revolução Russa de Outubro, que você já estudou na Unidade 1, é fundado o Partido Comunista Chinês que, até então, tem relação amigável para com a fração revolucionária nacionalista, bem como é praticamente controlado pela URSS (MANNARINO; DOURADO, [201-], p. 3). Porém, com a morte de Yat-sen e a subida de Chiang Kai-chek ao poder, o quadro muda. Anticomunista, Kai-chek promove perseguição aos aderentes dessa ideologia. No entanto, a URSS reconhece o governo desse líder como legítimo, o que se perpetua entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse mesmo contexto, surge a figura do então comunista perseguido, Mao Tsé-Tung, que cria um exército – chamado Exército de Libertação Nacional – na região onde estava. Com a invasão do Japão à China, Kai-chek resolve aliar-se temporariamente a Mao, para usufruir do apoio de seu exército. Essa tática dá certo e confere grande prestígio popular aos comunistas, por terem expulso os invasores. Após tal expulsão, a aliança entre nacionalistas e comunistas novamente se rompe e coloca a China em uma guerra civil interna.

Mao Tsé-Tung e o partido liderado por ele saem vitoriosos dessa guerra – do qual um dos principais feitos foi a Longa Marcha, também chamada de Grande Marcha, percurso percorrido pelos membros das tropas comunistas para fugir das incursões do exército de Kai-chek, tendo a primeira atravessado quase 10.000 quilômetros, entre 1934 e 1935. As relações com os soviéticos se ampliam e, após tal vitória, consolidam-se. Em 1949, apesar de ter recebido apoio americano, o exército de Kai-chek é derrotado, com seu líder fugindo para Taiwan após esse feito e Mao Tsé-Tung assume o governo da China, com grande apoio popular (RAMOS; CARDOSO, [201-], p. 3).

A Revolução Cultural Chinesa

Um dos processos históricos bastante originais da China, advindos da Revolução Comunista, é a Revolução Cultural, também chamada

de “revolução dentro da revolução”. Esse foi um processo de reforço político-ideológico do poder maoísta, em que o líder, pregando o fim de quaisquer ideologias capitalistas na China, expurgou muitos indivíduos.

Além disso, como, por conta, especialmente, das guerras, a China sucumbia economicamente, Mao lançou um plano para sair dessa situação, tendo este ficado conhecido como “O Grande Salto para Frente”, entre 1958 e 1960. Porém, como propõe Hobsbawm, tal grande salto não apenas não deu certo, como também gerou “a grande fome” (HOBSBAWM, 2015, p. 118).



Exemplificando

Você já deve ter ouvido falar que, na China contemporânea, a culinária é um pouco excêntrica, em relação ao Ocidente: as pessoas comem carnes de cachorro e outros animais incomuns, insetos etc. Esse fato surgiu exatamente na chamada grande fome quando as pessoas, sem terem o que comer, alimentavam-se desse tipo de comida, para não morrer de fome.

A Guerra das Coreias

A mesma ocupação japonesa existente na China também ocorria na Coreia – e, junto dela, o mesmo sentimento antinipônico. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão é obrigado a sair da Coreia. Porém, novos países planejam ocupá-la: os Aliados a dividem em dois (tendo como marco o paralelo 38°, que corta o país na horizontal), cedendo o norte para a URSS e o sul para os Estados Unidos. Isso se deu na prática em 1948. Durante os dois anos subsequentes, a tensão entre as áreas influenciadas pelos ocidentais (Sul) e pelos comunistas (Norte) se deu, já que ambos os governantes de cada uma dessas se via governando toda a Coreia. Como consequência, em 1950, os norte-coreanos, apoiados pelos chineses e pelos soviéticos, invadiram a Coreia do Sul. Após grande matança dos dois lados, as Coreias entraram em acordo e firmaram novamente o paralelo 38º como divisor entre os dois países. Apesar de ser um exemplo clássico de conflito quente da Guerra Fria, é também um claro exemplo de que a URSS não queria um conflito com os Estados Unidos, já que, como denotam Mannarino e Dourado ([201-], p. 6),

Militares soviéticos também participaram do conflito, mesmo sem a declaração de guerra oficial da URSS. Documentos mostram que para camuflar sua participação os pilotos soviéticos pintavam seus aviões e usavam uniformes chineses, além de falar no rádio apenas em coreano.



Refleta

A Guerra das Coreias seria um conflito regional ou mundial?

Macartismo e o "Perigo Vermelho"

Quando eclode a Revolução Russa de Outubro de 1917, o mundo inteiro é afetado. Isso porque, ao propor um sistema diferente do capitalismo – sistema majoritário em grande parte do mundo – fez as classes burguesas de suas nações temerem que os trabalhadores fizessem o mesmo em seus países, acabando com seu poderio. O mesmo período de tensão social é visto na Guerra Fria. Nesse momento, isso é aprofundado pelo chamado Macartismo, prática advinda de Joseph McCarthy, do senador de Wisconsin (EUA), entre 1947 e 1957, que promoveu diversas políticas anticomunistas.

Disputas de áreas de influência: revoluções e ditaduras

Como você já viu, as duas potências, EUA e URSS, dividiram o mundo em zonas de influências. Dessa forma, diversos eventos históricos ocorridos no período de 1945 a 1991 só podem ser entendidos se considerarmos o papel desses países. O Brasil, por exemplo, é nesse contexto um país alinhado aos EUA. Como aspectos que explicitam tal fato, temos desde elementos culturais, como personagens da Disney brasileiros (por exemplo, o Zé Carioca) até fatos econômicos (como os empréstimos gigantescos ao capital americano para construir Brasília, no período Kubitschek) e também em fatos políticos (como a deposição de João Goulart, que assumia posturas reformistas e, em algum grau, radicais, o que, em um contexto de Guerra Fria, era uma afronta aos EUA).

Em outras partes do mundo, as batalhas da Guerra Fria foram travadas de forma mais direta – como você já viu, por exemplo, em

relação à guerra das Coreias. Podemos citar também a Revolução Cubana. Quando um movimento armado, liderado por Fidel Castro, tira o ditador Fulgencio Batista do poder, no primeiro dia do ano de 1959, o mesmo não se declarava comunista. Porém, por conta de, entre outros fatores, a disputa de poder na Guerra Fria e da localização de Cuba, próxima aos EUA, a URSS apoia tal tomada de poder. A partir disso, a mesma torna-se uma revolução comunista, tendo implantado diversas reformas de base e programas sociais.

Outro conflito importante desse contexto foi a Guerra do Vietnã. Conhecida como a primeira guerra televisionada, esse conflito foi causado por guerrilheiros comunistas do Vietnã do Norte, apoiados por Ho Chi Minh e pela URSS, terem atacado uma base norte-americana no Vietnã do Sul. Ela durou 20 anos (1965-1975) e realiza-se o cessar-fogo com a vitória do Vietnã do Norte. Dois outros eventos com envolvimento dos comunistas e capitalistas foram a Guerra do Afeganistão (1879-1989), com esse apoiado pela URSS, contra os EUA, conflito que custou soldados e economias ao primeiro; e a Guerra Civil Angolana (1975-2002), iniciada após a descolonização de Angola em relação a Portugal e que, até 1989, teve apoio do bloco soviético e do bloco capitalista para esse país.

Analogamente, houve conflitos um pouco mais frios, à medida que não tiveram grande grau de violência – ou às vezes, sequer alguma. Esse foi o caso das chamadas Revoluções de 1989, série de revoluções no continente europeu, que culminaram na queda do muro e no fim do império soviético (SEBESTYEN, 2009). Dentre elas, estão a Revolução de Veludo, que retira o governo comunista do poder da Tchecoslováquia, as manifestações na Bulgária, que conseguiram eleições diretas (embora essas tenham colocado o mesmo grupo partidário no poder, apesar de com outro nome); as manifestações na Romênia, que executaram Ceausescu, líder comunista até então, e chamaram eleições gerais; bem como processos análogos nas então Eslovênia, Croácia, Macedônia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia e Montenegro e Kosovo, todas estas tendo conquistado a independência de seus países frente a URSS e desintegrado a então Iugoslávia da qual conjuntamente faziam parte.

Os anos 1960 e as transformações culturais

Como você viu acima, muitos conflitos ocorreram na segunda

metade do século XX. Os indivíduos dessa época, como você também já sabe, tinham acabado de viver um dos combates mais terríveis de todos os tempos, a Segunda Guerra Mundial. Exaustos de um mundo em guerra, os jovens foram protagonistas em diversos movimentos que buscavam transformações culturais do mundo cinza e belicoso que se desenhava para seu presente e futuro. Um dos movimentos protagonizados por esses jovens foi o hippie, que existiu principalmente nos EUA e se colocava a favor do fim da guerra do Vietnã, contra qualquer guerra, a favor da “paz e amor”. O movimento rock, com nomes como Jimmy Hendrix, Janis Joplin e Jim Morrison, que teve seu pico no festival de música Woodstock (1969) também foi um movimento de contracultura que se colocou contra as guerras, bem como também contra o racismo. O movimento pelos direitos civis dos negros, também nos EUA, protagonizado por militantes como Malcom X e Martin Luther King, também caracterizou uma importante luta contra o racismo e a favor da igualdade racial. A Segunda Onda Feminista, ocorrida na mesma década, também buscou igualdade, sendo essa entre gêneros. Esses movimentos, ainda que ocorridos em maioria em solo americano, tiveram repercussões mundiais. Isso ocorreu também com o movimento francês de Maio de 1968, em que, a partir de uma greve geral, ocorre uma insurreição popular que tenta transgredir a ordem até então consolidada. No Brasil, a jovem guarda e a Tropicália são dois movimentos culturais musicais importantes, tendo o segundo sido responsável por mesclar o rock americano com a música brasileira.



Pesquise mais

PRAVDA. Entrevista de Stáline sobre o discurso de Churchill, em Fulton. Disponível em: <[http://www.aaweb.org/pelosocialismo/components/com_booklibrary/ebooks/Entrevista de Stáline sobre o discurso de Churchill em Fulton.pdf](http://www.aaweb.org/pelosocialismo/components/com_booklibrary/ebooks/Entrevista_de_Stáline_sobre_o_discurso_de_Churchill_em_Fulton.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2017.

Essa entrevista com o líder soviético, Joseph Stálin, foi publicada no periódico representante do governo Pravda, em 1946, em resposta ao discurso de Churchill em Fulton. Nesse documento, Stálin compara o governante britânico e seus aliados (especialmente os Estados Unidos) a Hitler e considera que tal discurso o coloca como um promotor da guerra.



MAO, Tse-tung. **O livro vermelho**. São Paulo: Global, 1972.

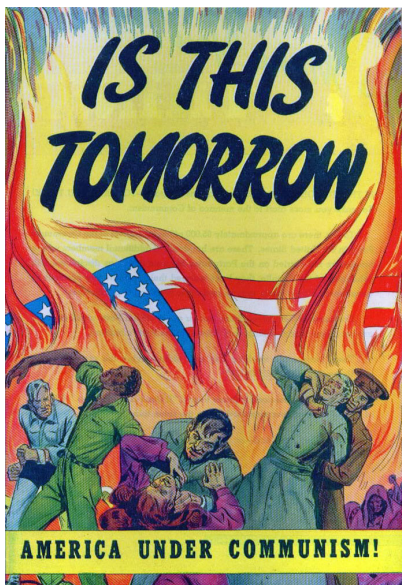
Coletânea de citações do líder da Revolução Chinesa, Mao Tsé-Tung, O livro vermelho foi um instrumento político praticamente obrigatório na sociedade pós-revolução, contendo em si a ideologia maoísta e o socialismo chinês.

Sem medo de errar

Pensando em tudo que foi estudado, como você pode usar todo esse conteúdo para ajudar a resolver nossa situação-problema? Aqui não há uma resposta fechada, mas várias possibilidades. Você pode, por exemplo, propor discussões com os alunos, evidenciando o ponto de que não é possível tratar de um fato histórico de forma maniqueísta, generalizante, considerando o senso comum ou argumentos não racionais.

Além disso, é válido evidenciar que muitos discursos diferentes se confrontam na História, mas nem todos eles são baseados em fatos. Nesse caso, uma boa opção para trabalhar com os alunos pode ser fazer uso de cartazes de propaganda sobre o “perigo vermelho”, como os abaixo. É possível deixar os próprios adolescentes discutirem e analisarem os discursos das propagandas, requerendo, por exemplo, uma redação após a aula. Nela, a ideia é que os alunos possam produzir sua própria síntese do contraste entre a propaganda anticomunista e os fatos históricos trabalhados em sala de aula – tanto os sobre o Brasil, que estava longe de aderir a um sistema comunista, quanto sobre o próprio comunismo e os comunistas, que em muito se distanciavam dos estereótipos a eles delegados.

Figura 4.1 | Capa da história em quadrinhos "Isso é amanhã – América sob o comunismo"



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Is_this_tomorrow.jpg. Acesso em: 9 nov. 2017.

Figura 4.2 | "Dê liberdade às nações capturadas! Lute contra o comunismo!"



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Crusade_for_Freedom#/media/File:Crusade_Stamp_3.png. Acesso em: 9 nov. 2017.

Guerra aos maniqueísmos e generalizações

Descrição da situação-problema

Ao passar uma atividade sobre Guerra Fria para seus alunos de 9º ano – que envolve pesquisa, reflexão e defesa de um ponto de vista – estas são algumas das ideias colocadas por eles nos trabalhos:

1 - Os comunistas foram os vilões da Guerra Fria, porque eram autoritários e assassinavam pessoas.

2 - Quando a URSS acabou, em 1991, o mundo tornou-se novamente pacífico e democrático.

3 - Foi errado os EUA ganharem a Guerra Fria, pois lá é onde havia muitos miseráveis e poucas oportunidades para os pobres.

Como você pode perceber, alguns dos alunos reproduziram, em seus textos, ideias estereotipadas, de senso-comum e juízos de valores que se aproximam das ideias de cunho ideológico mostradas na Guerra Fria e na “batalha” atual entre esquerda e direita – mas que são, como você sabe, alheios à análise histórica. Demonstre como você, enquanto professor, lidaria com pensamentos desse tipo, tentando desconstruir as ideias do senso comum e construir análises históricas apuradas.

Resolução da situação-problema

As soluções possíveis de serem apresentadas em cada uma das respostas dadas são as seguintes:

1 - Sendo uma guerra, ainda que “fria”, ambos os lados mataram muitas pessoas nos conflitos indiretos. Os americanos, por exemplo, tinham ordens para “matar qualquer coisa que se movesse”, o que obviamente incluía civis, durante a Guerra do Vietnã (TURSE, 2013).

2 - Não é possível falar que o mundo pós-Guerra Fria é totalmente pacífico e democrático, como pregaram os americanos após sua vitória. Ainda existem diversos regimes formalmente autoritários no mundo ainda, como Cuba e alguns países do Oriente Médio (cujas ditaduras em nada têm a ver com a URSS). Além disso, não se pode também falar em pacificidades: as Coreias, por exemplo, até hoje ainda estão formalmente em guerra (visto que apenas assinaram apenas um cessar-fogo e o clima de animosidade ainda é grande).

3 - Não é possível julgar o passado dessa forma, pois ele não pode ser confundido com o presente.

Faça valer a pena

1. Observe com atenção a imagem a seguir.

Figura | Fotografia Cavalos encarando-se



Fonte: <https://pixabay.com/p-2086609/?no_redirect>. Acesso em: 2 out. 2017.

Considerando que, no xadrez, a peça cavalo move-se em sentido “L” e tendo em vista o conceito de guerra fria, a interpretação correta é:

- a) O esporte, especificamente o xadrez, tendo sido usado como arma na Guerra Fria americano-soviética.
- b) Considerar o conceito de guerra fria para todos os episódios em que há conflitos indiretos entre nações.
- c) Que, tal como as potências na Guerra Fria, os cavalos não podem atacar-se um ao outro diretamente.
- d) Que, tal como o xadrez, URSS e EUA estavam em disputa durante a Guerra Fria.
- e) Que o xadrez explica metonimicamente a Guerra Fria.

2. O historiador Eric Hobsbawm considera a Guerra do Vietnã como uma guerra moderna, já que havia “impessoalidade na guerra, que tornava o matar e estropiar uma consequência remota de apertar um botão ou virar uma alavanca. A tecnologia tornava as suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas evisceradas por baionetas.” (HOBSBAWM, 1995, p. 57).

Considerando o trecho acima, bem como os outros elementos estudados por você, identifique qual alternativa indica melhor o peso da Guerra do Vietnã (1965-1975) para os Estados Unidos, enquanto uma “batalha quente”

da Guerra Fria.

a) A Guerra do Vietnã fez cair o presidente americano de então, bem como criou, no Partido Comunista Americano, uma série de novos integrantes.

b) A guerra causou milhares de mortes de americanos, bem como quebrou a indústria bélica dos EUA.

c) A Guerra do Vietnã foi a primeira batalha perdida pelos EUA e o estopim para sua derrota na Guerra Fria.

d) A Guerra do Vietnã fez os Estados Unidos ficarem desmoralizados e divididos no cenário da Guerra Fria, causando movimentos de resistência à guerra dentro seu próprio território e em todo o mundo.

e) Os aliados dos americanos na Guerra Fria contribuíram com contingentes nominais de tropas para a Guerra do Vietnã, dada tamanha desmoralização americana no contexto.

3.



[...] uma coisa é a coexistência pacífica entre países com distintos sistemas sociais, no qual nenhum dos países pode, nem lhe é permitido, tocar nem sequer um só fio de cabelo do sistema social dos outros, e outra coisa é a luta de classes, a luta de libertação e a transição do capitalismo ao socialismo nos diversos países, que são lutas revolucionárias, inflamadas, de morte, encaminhadas a mudar o sistema social. A coexistência pacífica não pode, de nenhuma maneira, fazer as vezes das lutas revolucionárias dos povos. A transição do capitalismo ao socialismo em qualquer país só pode realizar-se mediante a revolução proletária e a ditadura do proletariado nesse mesmo país. (CÔMITE CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 1963, p. 67-68 apud CARTA do Comitê Central do Partido Comunista da China apud SANTANA, Cristiane Soares. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). História Social. 2009. [On-line]. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/279/252>>. Acesso em: 1 out. 2017)

O trecho anterior foi retirado de uma carta, escrita pelo Partido Comunista Chinês (PCC) em 14 de junho de 1963, na qual este se posicionava em relação à URSS. Considerando o recém-ascenso do governante soviético Nikita Kruchev ao poder, após a morte de Joseph Stálin, e sua tese da transição pacífica do capitalismo para o socialismo, posição do PCC em relação à URSS nesse momento pode ser identificada como:

- a) Convergente, pois ambos os países estavam de acordo com a luta armada para chegar ao socialismo.
- b) Divergente, pois a URSS pregava a luta armada para chegar ao socialismo, mas o PCC, não.
- c) Divergente, pois o PCC pregava a luta armada para chegar ao socialismo, mas a URSS, não.
- d) Convergente, pois ambos acreditavam em um processo pacífico para chegar ao socialismo.
- e) Convergente, pois apenas Kruchov acreditava que o internacionalismo era essencial ao capitalismo.

Seção 4.2

"Descolonização": as independências na África e Ásia

Diálogo aberto

Caro aluno, como você sabe, vivemos na Era da informação. Em nosso cotidiano, isso significa que, a todo tempo, milhares de informações vem a nós por meio de diversos aparatos tecnológicos. Uma parte desses conhecimentos é sobre História – isso mesmo, a mesma que nós devemos lecionar em sala de aula, de forma concreta e objetiva. A questão é que, se a matéria que damos na escola parte de um profundo estudo e de preceitos científicos, a História Pública (MAUAD; ALMEIDA; SANTIAGO, 2016) não tem as mesmas preocupações. Quando se trata de fatos históricos contemporâneos, a quantidade de informações pulula ainda mais e, com isso, as incertezas são ainda mais presentes. Os mitos sobre a História, que antes tinham menos força de propagação, ficando em sua maioria limitados a pequenas comunidades ou contextos históricos, agora aparecem como verdade em variados ambientes: nos jornais, em filmes, nos blogs, nos canais de Youtube, nas redes sociais – a História está em todo lugar. E, não se engane, é exatamente essa História que chegará aos seus alunos, bem antes da sua versão dos fatos.

Como lidar com esse tipo de situação, que será cada vez mais corrente na prática cotidiana dos professores de História? Vejamos um caso em que isso ocorre.

Após uma aula sobre a Guerra do Vietnã para os seus alunos do 2º ano do Ensino Médio, você passa, como atividade a ser realizada em casa, uma redação acerca dos porquês da derrota de uma potência, como os Estados Unidos, frente a uma pequena região subdesenvolvida, como o Vietnã do Norte. Como resultado, você tem várias redações reproduzindo mitos próprios ao senso-comum americano. Estes, mostrados em filmes, jogos de videogame e sites desse país, certamente influenciaram seus alunos por meio de um viés ideológico e a-histórico sobre a guerra.

Assim, Helena respondeu à questão da derrota americana a partir

da explicação de que os soldados americanos eram jovens demais, com menos de vinte anos e em terra estrangeira ficaram viciados em drogas, como heroína e ópio. Já Ronaldo escreveu que os vietcongues eram guerreiros tenebrosos: derrubavam helicópteros americanos com suas armas desenvolvidas; capturavam os soldados inimigos e não davam informações sobre sua localização – e esses teriam sido os caminhos que levaram os EUA à derrota. Ana defendeu, ainda, que os EUA não tinham sido derrotados na Guerra do Vietnã. Vários outros alunos deram respostas parecidas com as anteriores. Como se percebe, os alunos reproduziram uma série de mitos históricos. Como você, professor, lida com uma situação como essa? Para solucioná-la, precisaremos compreender três passos, que serão abordados nessa seção. São eles:

a) Conhecer os fatos históricos como eles de fato se sucederam, a partir de fontes e bibliografias verídicas e comprováveis.

b) Compreender que os discursos são ideologicamente embasados, principalmente os que não se vinculam ao método científico/histórico, tal como filmes, mídia, entre outros;

c) Conseguir diferenciar entre mitos e História.

Não pode faltar

Em vista desse problema, o primeiro passo que devemos dar para solucioná-lo é aprender a fundo sobre o conteúdo dado. Junto disso, discutiremos acerca dos mitos envoltos desse mesmo conteúdo. Faremos isso separando os conteúdos por temática, para ficar mais fácil de você visualizar e relacionar as informações. Vamos lá?

Descolonização: independência na Ásia e África

Nesta seção, falaremos sobre o processo de descolonização moderna. Imagino que você já tenha ouvido falar nele, certo? Mas você já se perguntou sobre o porquê de ele ser um amplo processo, envolvendo dois grandes continentes, países diversos e um curto período histórico? Como você deve ter captado, as causas das descolonizações dos vários países têm algo em comum. Por um lado, a própria colonização, isto é, mais da metade do mundo estava sob o jugo de alguns poucos colonizadores, que, em disputa entre eles pelas melhores matérias-primas e mão de obra – necessidades

geradas especialmente pela Revolução Industrial – queriam sempre o máximo de territórios possíveis, o que colocou grande parte do globo sob o jugo da colonização, ou seja, não eram os indivíduos e governos dos Estados que os governavam, mas Estados outros. Segundo, as causas da descolonização de vários países foram, em geral, as mesmas. Se, por um lado, uma das causas da Primeira Guerra Mundial foi a própria disputa pelos territórios da Ásia e da África, por outro, foram as crises pós Primeira Guerra Mundial, acentuada pela Crise de 1929; e Segunda Guerra Mundial, que deram a deixa para os países colonizados libertarem-se. Na Primeira Grande Guerra, uma das maiores consequências foi a formação do nacionalismo e do desejo de independência. Após a Segunda, esses desejos começaram a se concretizar, virando realidade. Esse segundo contexto, como você já viu, está imerso na Guerra Fria. Qual foi o resultado? As duas potências principais, Estados Unidos e União Soviética, fizeram dos processos de independência desses povos uma arma para lutarem entre si. O fato é que, mais cedo ou mais tarde, as colônias conquistaram suas independências e viraram países que se autogovernavam. Vamos ver como isso se deu na prática?

Independência da Índia

Sob jugo inglês desde o século XVIII, a Índia era uma colônia que rendia muito a sua colonizadora. Já em 1885, aparece o primeiro movimento nacionalista indiano, formado de intelectuais desse país. Com o fim da Primeira Grande Guerra, a Inglaterra se enfraquece, ficando difícil manter o poder sobre a Índia e sobre todo seu império. Nesse período, destacou-se o Partido do Congresso, cujo líder era o hindu Mahatma Gandhi. Gandhi pregava a resistência à dominação por meio da não-violência e da desobediência civil. Desobediência de leis, greves de fome e boicote aos produtos ingleses eram práticas comuns reivindicadas pelo líder.



Exemplificando

Exemplos de boicotes promovidos por Gandhi foram realizados pela população indiana, quando esta confeccionou suas próprias roupas, rejeitando tecidos ingleses ou também a famosa Marcha do Sal, em 1930, quando Gandhi marchou 300 quilômetros com seus seguidores, para obter sal que não fosse da Inglaterra, que o monopolizava.

No entanto, como toda personalidade que ascende à notoriedade internacional, Gandhi é, por um lado, idealizado como um santo promotor da paz e, por outro, crucificado como um imperialista. Você, como historiador e professor de História deve, no limite do possível, se colocar de fora desse dilema, desmistificando a figura desse sujeito histórico, ao observar os fatos que realmente ocorreram. Por exemplo: os defensores de Gandhi o colocam em um pedestal de pureza e pacificidade. Porém, sabemos que os seres humanos não são completamente de um jeito ou de outro. Mas há algo que de fato podemos pensar: seria, em sua prática política, Gandhi sempre um defensor da paz e crítico do imperialismo como pregam seus seguidores? Vamos analisar alguns fatos:

a) Gandhi concebia que o Império Britânico existia “para o bem-estar do mundo”, sendo o erro “mais de cada funcionário britânico do que do sistema inglês”.

b) Apesar de reconhecer a imoralidade da guerra, Gandhi dizia que a violência é inerente à vida humana.

c) Gandhi declara apoio ao governo britânico, quando eclode a 2ª Guerra Mundial.

Como se percebe, Gandhi nem sempre se colocava ao lado da paz e contra a Inglaterra: apesar de defensor da não-violência, como qualquer indivíduo, Gandhi foi um ser humano contraditório em suas práticas. É interessante, nesse sentido, a declaração de seu neto, Rajmohan Gandhi, quando confrontado sobre as práticas e declarações de seu avô sobre os africanos, nas quais os chamava de selvagens: “Gandhi também era um ser humano imperfeito... o Gandhi imperfeito era mais radical e progressivo do que a maioria dos compatriotas contemporâneos” (PEREIRA, s/d, on-line).

Gandhi buscava, ainda, que hindus e muçulmanos – duas das grandes correntes religiosas na Índia da época – se unissem em prol da causa indiana. Esse projeto não vingou e, fazendo frente ao Partido do Congresso, formou-se a Liga Muçulmana, comandada por Mohamed Ali Jinnah, em 1906. O império inglês insuflava a luta entre essas duas religiões. Porém, com o ascenso da Segunda Guerra Mundial e o enfraquecimento da Inglaterra, o domínio sobre a Índia já não conseguia mais ser exercido conforme necessário. Nesse cenário, os movimentos políticos em prol da independência se inflam, sendo esta conquistada

em 15 de agosto de 1947. Após isso, o país se fragmentou em dois: Índia e Paquistão, sendo o primeiro de maioria hindu e o segundo de maioria muçulmana. Mesmo isso não resolveu por completo as disputas entre hindus e muçulmanos. Gandhi foi assassinado em 1948, por um fanático hindu que não aceitava as atitudes pacíficas e inclusivas de Gandhi quanto ao Paquistão (PEREIRA, s/d, on-line). No mesmo ano, a Ilha do Ceilão, originalmente na Índia, torna-se independente, criando o país Sri Lanka. Mais à frente, em 1971, o Paquistão, até então dividido em oriental e ocidental, tem sua parte do oriente transformada no novo país, Bangladesh. Ainda assim a Índia continuou sendo um grande centro influenciador da região. Foi ela, inclusive, que iniciou as movimentações para a Conferência de Bandung, sobre a qual você verá no tópico a seguir.

Conferência de Bandung

Na seção passada, você aprendeu sobre o alinhamento dos países para com as potências União Soviética e Estados Unidos, lembra-se? Agora você estudará sobre os chamados países não-alinhados, aqueles que não se colocavam como pertencentes a um bloco ou a outro. Sua origem está na Conferência de Bandung, ocorrida na Indonésia, em abril de 1955. Estiveram nessa reunião governantes de 29 Estados asiáticos e africanos, que buscavam a assistência mútua, tanto em via cultural, quanto econômica, dos países em questão. Eles negavam, assim, o que consideravam o neocolonialismo realizado pelas grandes potências da época, especialmente Estados Unidos e URSS, que impunham seus valores aos outros povos. A conferência consagra também o termo Terceiro Mundo, usado para se referir às nações subdesenvolvidas, em contraste com o Primeiro Mundo (nações desenvolvidas) e Segundo Mundo (nações socialistas). Esses países buscavam, então, promover a “coexistência pacífica, complementada com a decisão de lutar pela implantação de uma Nova Ordem Econômica Internacional” (BISSIO, 2013, p. 2). O projeto dos países emergentes, porém, fracassou. Segundo a historiadora Beatriz Bissio, isso se deu, pois



A correlação de forças naquele momento histórico não era favorável a esse tipo de alternativa e os países membros do movimento não tinham nem a unidade, nem a força militar, nem a suficiente independência real em relação aos blocos como as requeridas para o sucesso da empreitada. (Idem, p. 5).

Comunismo Asiático

China, Coreia, Vietnã, Laos: você já parou para se perguntar o porquê de haver tantos países comunistas na Ásia? Karl Marx e Frederich Engels, teóricos que criaram e que propagaram a ideologia comunista, eram europeus. Um dos principais fatos históricos que embasaram a teoria também se deu na Europa: a Comuna de Paris. A doutrina, como um todo, era em geral eurocentrada, sendo a Inglaterra o país que Marx mais apostava para ocorrer a Revolução Comunista (Marx e S. Meyer e A. Vogt, em 9 de abril de 1870. In: MARX e ENGELS, 1957, p. 507). Porém, foi na Ásia que explodiu a maior quantidade de insurreições comunistas. Qual foi o motivo disso?

Uma primeira razão é a própria localização da União Soviética. Tal como a Rússia, a URSS era dividida cultural e geograficamente entre Europa e Ásia. Assim, tal como as Américas eram muito mais facilmente controladas pelos Estados Unidos, por suas posições próximas a deles, também a URSS tinha um controle considerável sobre boa parte da Ásia. Foi assim que, em meio à Guerra Fria, a União Soviética tinha, por um lado, maior influência sobre a Ásia e, por outro, mais facilidade em apoiar as insurreições asiáticas que lhe demandavam apoio.



Assimile

Comunismo é, de fato, como ficou conhecido o sistema soviético. Porém, você sabia que há quem considere que não foi de fato comunismo – aquele pensado por Karl Marx – que ocorreu ali? Não apenas historiadores contemporâneos, como também sujeitos históricos da época – tais como o dirigente bolchevique León Trotsky, que se opunha a Joseph Stálin, governante geral da URSS desde meados da década de 1920 e principal consolidador do comunismo soviético pensado como tal.

O segundo motivo também é análogo à história russa: o fato de que seu desenvolvimento parco – em relação às potências europeias – acabou por impulsionar saltos históricos que colocaram a Rússia em um estado de desenvolvimento equivalente ao das nações avançadas e, em vários casos, ultrapassando-as (por exemplo, em relação à democracia e aos direitos das mulheres).



Para a filosofia marxista, meios de produção são aqueles que mediam a relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da segunda pelo primeiro. Exemplo: máquinas, instrumentos de trabalho, matérias-primas e terra.

Foi, então, na Rússia – Estado semi-feudal, tsarista, autocrático, com uma burguesia ainda frágil – que ocorreu a revolução. Isso porque nesses Estados a situação dos grupos desprivilegiados estava pior. Assim, percebe-se o mesmo processo nos Estados Comunistas asiáticos: a revolução aconteceu, justamente, onde havia fortes tensões previamente: seja de luta entre religiões, como na Índia; seja de luta entre os sistemas capitalistas e comunistas – paradigma que só pôde ser colocado após a Revolução Russa e a consolidação do Estado Soviético; seja de luta entre as colônias e suas metrópoles, como na Argélia.

Isso nos leva à terceira razão para refletir sobre o porquê foi na Ásia que se deu o maior número de insurreições desse tipo: o processo de descolonização. Com várias potências tendo colonizado a maioria dos territórios asiáticos (e também africanos), a insatisfação dessas colônias para com suas metrópoles era, em geral, enorme e desejavam, portanto, a independência das mesmas. Após diversas tentativas de independência não consolidadas, foi a partir da Segunda Guerra Mundial que os países envolvidos saíram enfraquecidos, o que abriu possibilidade para as colônias buscarem suas independências.

Por fim, há uma última razão em questão: a força da experiência. A partir do momento que a China, país considerado definitivamente oriental e cuja cultura diferencia-se consideravelmente da russa e da europeia, faz a Revolução Comunista, gera uma influência nos outros países asiáticos que, a partir de então, entenderam ser possível construir o comunismo em seus próprios países. Ao mesmo tempo, o comunismo asiático, ainda que baseado em Marx e Engels, teria especificidades próprias, não apenas em relação ao continente, mas também a cada país – o que gerou, por sua vez, comunismos diferentes em cada um deles.

Como já estudamos, o comunismo chinês e coreano, com a Revolução Chinesa e a Guerra das Coreias, a seguir, aprenderemos

sobre o terceiro dos mais importantes comunismos asiáticos: o Vietnã, por meio da fatídica guerra ocorrida em seu território.

Guerra do Vietnã

Os conflitos diretos da Guerra do Vietnã, que duraram de 1966 a 1975, constituem o que se considera a mais longa guerra americana. Colônia francesa desde a segunda metade do século XIX, o Vietnã tinha os Estados Unidos em sua organização política desde a década de 1950. Entre 1945 e 1954, o grupo comunista e nacionalista, Liga para a Independência do Vietnã, espelhado na URSS e na Revolução Comunista Chinesa, derrota o domínio francês no país, na chamada Primeira Guerra do Vietnã. A partir disso, o território é dividido em dois: Vietnã do Sul, que fica sob o controle dos franceses e americanos, via Bao Dai, líder do novo Estado; e Vietnã do Norte, liderado pela Liga para a Independência do Vietnã. Essa separação, em tese, seria provisória. Uma futura reunificação foi determinada pela Conferência de Genebra, em 1954, assinada por muitos países, porém, não pelos EUA.

Com a premissa de que, caso o Vietnã se tornasse comunista, isso constituiria uma ameaça para os países vizinhos, que também poderiam aderir à doutrina, os EUA bombardearam o Vietnã do Norte, após terem seus navios bombardeados, dando início à Guerra do Vietnã.

Após anos de guerra, em 1973, os Estados Unidos retiram suas tropas do país, com um acordo de cessar-fogo. Essa não foi uma derrota militar propriamente dita, a qual seria melhor caracterizada como um empate, porém, foi uma derrota política: isto é, os vietnamitas não perderam a guerra e os EUA não conseguiram conquistar seu objetivo inicial, que era derrotar o Vietnã do Norte, retirando o regime comunista do país.

Segundo Milam (2011), o que todas essas justificativas têm em comum é que retiram a responsabilidade do Estado americano, que é quem de fato levava aquela guerra há anos, e passa para outros atores menos potentes, como os indivíduos (soldados, vietcongues) e o comunismo.

Analisando de forma mais coerente, vemos que a derrota americana se deu, na verdade, em parte por conta da opinião pública americana, que em muito pressionou seu país para sair da guerra após anos de batalha e cidadãos americanos mortos; em parte, pelo cenário vietnamita, que era tão diferenciado dos campos de guerra que costumavam ser marchados pelos americanos: as táticas de guerrilha

dos vietcongues e o terreno de selva ocupado por eles. Também colaborou para a vitória, é claro, o apoio soviético, que com armas e homens, auxiliou na resistência vietnamita.



Assimile

Vietcongues é como são chamados os guerrilheiros ou as forças armadas da Frente Nacional de Libertação. Suas táticas de guerra incluíam enormes túneis subterrâneos, por onde se escondiam e criavam armadilhas para os inimigos.

Após a derrota americana, o Vietnã do Sul não resiste ao irmão do Norte e, em 1976, entrega as armas. O Vietnã, então, se unifica, e constitui uma república socialista, alinhada à China e à URSS.

Independência da Argélia

A Argélia ficou sob jugo francês por 132 anos. A princípio, era uma colonização de povoamento, porém, foi deveras invasiva: franceses desalojaram argelinos de suas casas, os quais foram cada vez mais jogados à margem do território. A independência do país foi conquistada em 18 de março de 1962, por meio de uma insurreição armada, formada após a Segunda Grande Guerra. A França havia prometido a liberdade argelina, caso os argelinos lutassem ao seu lado na guerra. Porém, após essa, por meio do General Charles de Gaulle, a promessa foi quebrada. Mesmo assim, muitos argelinos acreditavam em uma mudança por via diplomática (OLIVEIRA, 2014, on-line). Assim, surge a União Democrática do Manifesto Argeliano (UDMA), em 1946, a fim de concorrer às eleições. Porém, tal organização propunha manter o vínculo com a França. Em vias de permanecer sem autonomia e com os franceses boicotando as eleições em prol dos seus interesses, os argelinos desacreditaram da via legal. Isso faz surgir diversos movimentos nacionalistas, o que, por sua vez, faz predominar cada vez mais um mito: o do colonialismo benéfico na Argélia. Como nos conta Luciana Garcia de Oliveira,



Para a maioria dos franceses, a colonização da Argélia permitiu a civilização de um povo considerado "inferior", e propiciou que o país tivesse acesso a estradas modernas e a um parque industrial importante. Por outra parte, o

colonialismo não beneficiou a população muçulmana, a qual deteve pouco acesso ao desenvolvimento colonial: as estradas foram construídas tão somente para ligar pontos estratégicos e havia denúncias de que as escolas financiadas pela metrópole reproduziam tão somente a ideologia que justificava o colonialismo na região africana. (OLIVEIRA, 2014, on-line)

Foi preciso, aos nacionalistas, lutarem ideológica e concretamente contra os franceses. Com o acirramento das lutas, o terrorismo feito aos moradores franceses da região e após muitas baixas argelinas, o movimento nacionalista ganhou grande parte da sociedade e a França foi obrigada a reconhecer a independência da Argélia, em junho de 1962.

A África do Sul e o apartheid

As políticas de segregação racial na África do Sul datam, pelo menos de 1913, quando a Lei de terras concedia 90% destas aos brancos, minoria na região, e 10% aos negros. O apartheid, que dura de 1948 a 1994, porém, é o ápice desse processo. Ele instaura um regime de racismo legalizado, retirando direitos dos negros, proibindo relações inter-raciais e separando os negros em guetos. Mais tarde, são criados os Bantustões, pequenas pátrias de negros, submetidas ao governante da África do Sul, dispostas em 13% do território. Nesses quase 50 anos de apartheid, a resistência negra é imensa. O grande líder é o comunista Nelson Mandela, que fica 30 anos preso. Mesmo com o embargo de alguns países, como a URSS, não há trégua ao apartheid. Porém, após a renúncia do então primeiro-ministro Pieter Botha, Frederick de Klerk assume e a correlação de forças muda. Mandela é libertado e, nas eleições seguintes, nas quais os negros votam pela primeira vez, ele é eleito presidente da África do Sul.



Refleta

Quais as relações que podemos traçar entre o apartheid e a URSS?



ACROSS the universe. Direção de Julie Taymor. 2007. Son., color. Legendado. Aborda a Guerra do Vietnã, em seus mais diversos planos, ampliando os horizontes acerca desse fato histórico. O filme mostra a história de um personagem que, em meio aos Estados Unidos da década de 1960, vivencia esse contexto de forma profunda, mostrando a ampla dimensão cultural, psicológica e política.

QUERIDO AMIGO: as cartas que Gandhi escreveu para Hitler. 20--. [S.l.]: History, [S.d.]. Disponível em: <<https://seuhistory.com/noticias/querido-amigo-cartas-que-gandhi-escreveu-para-hitler>>. Acesso em: 11 out. 2017.

Duas cartas que o líder Gandhi enviou a Adolf Hitler, governante nazista alemão, pedindo por paz. Uma foi enviada em 1939 e a outra, em 1941. O líder hindu as manda, pois, segundo ele, Hitler era o único homem capaz de impedir a guerra.

BISSIO, Beatriz. De Bandung aos BRICS: continuidade ou ruptura? 370 Encontro Anual da Anpocs - 2013, Águas de Lindoia, v. 37, n. 1, p.1-20, set. 2013. Anual. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st32/8611-de-bandung-aos-brics-continuidade-ou-ruptura/file>>. Acesso em: 9 out. 2017.

10 princípios de Bandung, série de ideias-base dos países que participaram da Conferência de Bandung, em grande parte influenciadas pela Carta da ONU, documento que estabelece a Organização das Nações Unidas.

Sem medo de errar

Como você percebeu, há vários caminhos a traçarmos até conseguir resolver um problema como o enunciado. Primeiro, é de suma importância que um professor conheça a fundo o conteúdo que irá lecionar. Isso significa identificar fontes e bibliografias adequadas e sérias para adquirir conhecimento especializado e verídico. Segundo, também é importante saber identificar os discursos que estão muito marcados por ideologias. No caso das unidades tratadas, é fácil perceber o que está em disputa: como o panorama que rege os acontecimentos históricos trabalhados é ainda o da Guerra Fria, basta perceber se os discursos estão defendendo de forma ideológica um dos blocos – capitalista ou comunista – usufruindo de juízos de valor, achismos e opiniões. Terceiro, é interessante buscar também a bibliografia que

discute a própria mitologia em torno de um acontecimento histórico. Se, por um lado, há diversos meios que reproduzem os mitos acerca de um fato, por outro, há também historiadores sérios que colocam esses mitos em voga. Você deve fazer tudo isso, de preferência, antes da respectiva aula, para não correr nenhum risco de deixar ocorrer a reprodução de mitos e inverdades. Isso porque parte considerável desses mitos baseia-se em dados e detalhes específicos, os quais só temos acesso por meio de pesquisa prévia.

Pois bem, você fez seu trabalho, preparou-se, estudou toda a contra argumentação possível aos mitos da aula que dará. O que fazer quando a situação de fato ocorre? Você está pronto para rebater os alunos, seja via oral, em meio à aula, seja com comentários, nas redações, como foi citado em nossa situação. Porém, será que isso é o suficiente?

Para ter certeza de que os alunos de fato desconstruirão os mitos em torno daquele fato histórico específico e conseguirão também diferenciar inverdades e verdades históricas, é preciso que se trabalhe isso com eles. Para realizar o primeiro ponto, podemos realizar atividades que auxiliem nessa desmistificação. Por exemplo, na situação-problema citada, você pode mostrar a eles o documentário *Hollywood Vietnã* (2005) para mostrar as diferentes visões sobre a guerra.

Para resolver o segundo ponto, você pode trabalhar (por meio de leitura e debate em grupo) com a bibliografia que discute os dois mitos e apresentar uma crítica à mitologia criada em cima de fatos históricos. Esse processo pode ajudar a desconstruir os dois principais pontos citados, isto é, o de que os americanos perderam a guerra por conta do vício em drogas de seus soldados; e de que perderam por conta do avanço tecnológico e crueldade dos vietcongues. Um artigo interessante que ajuda a quebrar essas duas hipóteses é o de Ron Milam, já discutido (2011).

Sem medo de errar

O jogo do racismo

Descrição da situação-problema

Imagine a seguinte situação: você é professor de uma turma de segundo ano de ensino médio e está em meio a uma aula de descolonização afro-asiática. Gabriel, então, interrompe sua explicação, com a seguinte assertiva: os africanos e asiáticos

foram colonizados porque eram mais fracos, menos evoluídos e inferiores, por isso, deveriam continuar sob o jugo da colonização, que traria melhores frutos do que as situações atuais, com os países paupérrimos, por causa dos africanos e asiáticos regerem seus próprios países. Gabriel, dessa forma, demonstra uma postura racista e corrobora com o mito do colonialismo benéfico. Como lidar com um caso desse em sala de aula?

Resolução da situação-problema

Essa é uma situação muito complexa de se lidar. É preciso paciência e persistência. É necessário responder ao aluno assim que ele levante a questão, para que isso não gere discussões que tirem o foco da aula ou, ainda, propagação da polêmica de forma positiva entre os alunos. A forma mais efetiva de lidar com essa situação não é outra, senão pela própria história. Você pode mostrar, por um lado, a falência da filosofia positivista, que pregava a hierarquia entre as raças. Por outro lado, pode também trazer à tona as grandiosas civilizações antigas, como incas, astecas, maias e as civilizações egípcia e chinesa, todas constituídas de não-europeus. Além disso, você pode apresentar os problemas trazidos pelas diversas colonizações ocorridas no mundo, inclusive a do Brasil, levando os alunos a refletirem se essa é a melhor opção para os países subdesenvolvidos.

Faça valer a pena

1.

Figura | Vietnã, 1968.



Fonte: <<https://goo.gl/LuixUF>>. Acesso em: 20 out. 2017.

A figura foi produzida na Guerra do Vietnã, em 1968, nesse mesmo território. Ela mostra um soldado americano, passando por um rio, cuja água bate em sua cintura.

Considerando o que você aprendeu na Seção 2 desta unidade, aponte qual alternativa indica corretamente um fato histórico desse período que mais auxilia na interpretação do documento histórico acima.

- a) Vietcongues é como ficaram conhecidos os guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional, (FLN), movimento apoiado pelo Vietnã do Norte e que lutava pela reunificação do Vietnã.
- b) Uma das justificativas dadas pelos Estados Unidos para o início da guerra foi o chamado efeito dominó, isso é, o entendimento de que, caso o Vietnã tornasse-se comunista, também os países próximos se tornariam.
- c) Os vietcongues tinham amplo conhecimento do teatro de guerra, enquanto os americanos, não.
- d) Os americanos tiveram que se adaptar às táticas de guerra vietnamitas para conseguir ter minimamente uma chance de vitória no campo de batalha.
- e) Os vietcongues vestiam-se como os soldados americanos, o que teve como consequência fogo amigo em demasia.

2. Djamila Bouhired foi uma guerrilheira argelina que teve um papel importante em atos de sabotagem contra o exército francês. Além do combate direto com as tropas francesas, havia outras formas que os argelinos e argelinas tentaram usar para conquistar a autonomia.

A partir disso, marque a alternativa abaixo que indica duas dessas formas.

- a) Terrorismo com os moradores franceses no país e pedidos de apoio à URSS.
- b) Pedidos de apoio à URSS e organização de movimentos nacionalistas.
- c) Terrorismo com os moradores franceses no país e organização de movimentos nacionalistas.
- d) Pedidos de apoio aos Estados Unidos e terrorismo com os moradores franceses no país.
- e) Organização de movimentos nacionalistas e pedidos de apoio aos Estados Unidos.

3. Acerca da Guerra do Vietnã, muitos mitos foram criados para justificar a derrota da grande potência americana, que não poderia, em meio à Guerra Fria, ser vista como derrotada. Tal criação de mitos ajudava a retirar a responsabilidade do governo dos Estados Unidos no processo. Considerando o enunciado acima, indique qual das afirmativas abaixo demonstra um desses mitos.

- a) Os vietnamitas ganharam a guerra dos americanos.
- b) Os soviéticos deram amplo apoio ao Vietnã do Norte.

- c) Grande parte dos soldados americanos ficaram com seríssimas sequelas, não apenas físicas, mas também, psicológicas.
- d) Grande parte dos soldados americanos eram viciados em drogas no Vietnã.
- e) Parte dos vietcongues eram espíões dos EUA.

Seção 4.3

Guerra Fria, globalização e Nova Ordem Mundial

Diálogo aberto

Caro aluno, vivemos em um mundo globalizado, em que impera a chamada Nova Ordem Mundial. Esses dois processos, isto é, a globalização e a consolidação de uma nova estrutura de mundo, se deram no período após a Guerra Fria, sendo marcados pela queda do Muro de Berlim, em 1989, e pelo fim da União Soviética, em 1991.

Esses processos fazem parte de uma história ainda recente. É bem possível que, por exemplo, se você estiver dando aula para um curso de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), seus alunos tenham vivenciado o decurso desses fatos históricos. Mais do que isso, esses processos têm consequências vitais nos dias de hoje: a globalização, ainda que iniciada há, pelo menos, três décadas, ainda é um processo em curso; a internet, uma das causas - e também das consequências - da mesma, é um elemento essencial para a sociedade atual; a Nova Ordem Mundial ainda se dá na contemporaneidade.

Assim, como você pode perceber, mais do que as temáticas que já vimos antes, essas requerem uma atenção especial quanto à sua historicidade. Pensando nisso, imagine a seguinte situação:

No fim de uma aula para sua turma de Ensino Médio, em que você trabalhou com os alunos o processo de globalização pós-Guerra Fria, você pede aos alunos uma redação para casa, em que eles relacionem o tema com algum outro assunto relacionado. Como resultado, Mariana entrega um texto em que discursa sobre a relação da globalização com a internet. Porém, sua redação era totalmente focada no mundo atual, tomando a globalização como fato e a internet como seu exemplo. Assim, a aluna discorria sobre a importância da internet nos dias de hoje. Porém, Mariana não conseguiu situar a globalização como um processo, compreendendo apenas como um fato, bem como não conseguiu situá-la historicamente, focando apenas no presente. Ao confrontá-la, Mariana explicou que não conseguia entender a globalização e a internet como algo histórico. Para comprovar, citou que ela havia visto os mesmos conteúdos na aula de Geografia.

Tendo essa situação em vista e pensando no pouco distanciamento histórico propiciado por esses temas, como você lidaria com ela? De quais estratégias você se valeria para que a estudante compreenda os fenômenos históricos como processuais, portanto, cheios de relações históricas entre passado e presente? Como fazer a estudante compreender que é também sujeito desse processo histórico? Como abordaria as temáticas do colapso da URSS, do bem-estar social, do neoliberalismo, globalização e Nova Ordem Mundial para que a estudante consiga estabelecer as relações que ocorrem nesses processos históricos? É essa a resposta que tentaremos buscar nessa seção, por meio da análise e discussão da temática do neoliberalismo, em relação à crise do bem-estar social; o colapso da URSS e o fim do mundo bipolar; suas consequências, tais como, a globalização e os blocos econômicos e a internet.

Não pode faltar

Introdução

Frutos do fim da Guerra Fria e do desmantelamento da URSS, a globalização e a Nova Ordem Mundial são processos da história contemporânea, ainda em curso. Isto é, não apenas seus frutos e consequências se dão nos dias de hoje, mas também, eles em si ainda são “vivos”, ocorrendo e transformando a sociedade atual. Além disso, muitos dos sujeitos históricos que viveram o “velho mundo” bipolar ainda vivem e constroem a “nova” sociedade. Você pode perceber, então, que temos, com essas temáticas, uma imagem diferente da própria História: ao invés de distanciada, ela é próxima; ao invés de difícil de visualizar, ela ainda está ocorrendo; ao invés de presa ao passado, seu ressoar no presente é claro. Apesar de isso gerar dificuldades, como vistas por você no quadro anterior, é possível ver também tais aspectos como algo positivo na hora de lecionar sobre esses temas. Por meio do estudo atento de cada um deles, trabalharemos a base dos mesmos, para que você possa construir sua própria resposta a esse desafio.



Refleta

Qual a importância do distanciamento histórico para o ensino de História?

O neoliberalismo e a crise do estado de Bem-Estar Social

Como você já estudou, a Crise de 1929, iniciada nos Estados Unidos, foi um momento instável não apenas para a economia americana, mas também para o sistema capitalista em si. Envolto em um momento de euforia econômica, as indústrias acabaram por criar uma crise de superprodução, que teve por consequência a incapacidade de vender as ações – que caíam cada vez mais. O ápice desse processo deu-se com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, momento em que tais ações estiveram no seu limite mais baixo. Tendo atingido parte considerável dos países capitalistas, essa crise colocou em voga tal sistema, imediatamente comparado à sua alteridade naquele momento – o socialismo, com quem nenhuma crise tão ampla ainda tinha ocorrido. Esse cenário já tem em seu âmago os elementos que, posteriormente, produzirão a Guerra Fria.

Os países capitalistas, nesse momento, sentiram que deveriam tomar uma atitude que, primeiro, favorecesse sua população, que estava em uma situação econômica e social bastante complicada após a crise e, segundo, de uma atitude ideológica que mostrasse que o capitalismo não era um sistema inferior ao socialismo. Uma das formas de os países capitalistas fazerem isso foi instaurando um Estado de Bem-Estar Social.

Também chamado Welfare State, o Estado de Bem-estar Social de fato tem influência direta no New Deal, série de políticas estatais instauradas por Franklin Roosevelt, nos EUA, entre 1933 e 1937, após a Crise de 1929.

Por outro lado, o Welfare State é influenciado, segundo o historiador Eric Hobsbawm (1994), pela própria União Soviética. Isso porque, na URSS, apesar de a ampla maioria da população ter pouca liberdade, por conta do regime autoritário, ela tinha acesso a diversas benesses e direitos, possíveis a apenas algumas minorias, nos países capitalistas. Era o caso, por exemplo, da estrutura de serviços sociais: lavanderias, creches, refeitórios e enfermarias eram todas públicas e gratuitas. Além disso, um aspecto que pesava muito era o desemprego, praticamente inexistente na URSS, bem como, na década de 1930, o grande crescimento econômico – consolidado com as políticas de centralização da produção agrícola e industrial, por Joseph Stálin, e que se refletiu em maiores salários e benefícios – aumento econômico esse que, é claro, só pôde se dar porque os países capitalistas,

especialmente os EUA, estavam degradados.

Nesse cenário, adentra ainda a Segunda Guerra Mundial como elemento essencial. Além de deixar os países, especialmente os europeus, devastados, tal conflito elevou a União Soviética ao patamar de grande responsável pela derrota do nazismo, dadas as vitórias definitivas contra o exército alemão em solo russo. Nesse sentido, tal Estado conseguiu mostrar sua força e se legitimar seu sistema no cenário internacional. Assim, na mesma proporção em que a URSS usou dessa vitória enquanto propaganda política, também os EUA e demais potências capitalistas passaram a fazer a contrapropaganda, com medo de que de fato a URSS se legitimasse como possibilidade de ampliação do sistema socialista. Ao mesmo tempo, porém, além da crítica, os EUA e países da Europa Central viram-se obrigados a, em algum grau, adaptar-se à nova situação. O Estado de Bem-Estar Social, foi, então, parte dessa adaptação.

Mas o que seria de fato esse estado? Ele é basicamente um tipo de gestão econômica-social em que a presença do Estado é maior na garantia de transporte, educação, moradia acessível para a população que não pode arcar com os custos sozinha. Há amplos investimentos nas áreas estruturais da sociedade; direitos à habitação, renda e previdência social; e assistência pública. O primeiro país a implementar o Welfare State nesses termos foi a Grã-Bretanha. Ela foi a federação que melhor conseguiu aplicá-lo, tendo iniciado tal processo em 1942. Foi também ela a primeira a abandonar tal modelo, com Margaret Thatcher, na década de 1970. Uma das razões para a Inglaterra ter evidenciado a crise do bem-estar social foi porque, para a governante, tal país não dispunha mais de recursos para sustentar esse modelo. Thatcher, assim, retira diversos recursos conquistados nas épocas anteriores e aplica em seu país o modelo neoliberal. Atualmente, tal modelo se dá na grande maioria dos países capitalistas. Já o Welfare State só existe nos países nórdicos e na Europa Setentrional (países como Finlândia, Suíça e Suécia).

O projeto neoliberal, por sua vez, começou a ser implantado na década de 1970, após as novas crises do capital entre 1973-1975 (HARVEY: 1992, p.158), e se ampliou a partir da década de 1990, com o fim da URSS. Com o capitalismo tendo “vencido” a Guerra Fria, pelo discurso dos vencedores, o neoliberalismo legitimou-se como o modelo desse sistema vencedor. Em tal modelo, o Estado é mínimo, em

relação à sociedade em geral, devendo apenas regulamentar e fiscalizar as empresas, validar o livre comércio. Os direitos sociais considerados básicos e essenciais pelo Welfare State, no projeto neoliberal são progressivamente deixados de ser oferecidos pelo governo. Porém, por causa do livre comércio e, logo, livre concorrência, entende-se que os preços em geral são mais acessíveis à população.



Reflita

Por um lado, há no capitalismo atual a premissa de livre comércio – que teoriza sobre qualquer um poder competir em qualquer lugar e de qualquer forma. Por outro, vemos cada vez mais a impossibilidade de, por exemplo, empresas pequenas competirem e se manterem firmes. Considerando isso, reflita: com o crescimento dos monopólios e oligopólios, seria mesmo possível falar em livre comércio?

Sendo assim, nesse novo modelo, empresas que antes estavam sob controle estatal tendem a ser privatizadas, ficando sob controle de empresas privadas, que formam a base da economia. Considerando que a classe dominante é a burguesia, é fácil entender que são seus interesses os em geral mais considerados na sociedade. Assim, os impostos tendem a ser menores, para que não se prejudique os lucros, sendo também comum a abertura política, em lugar do protecionismo econômico, para que burguesias estrangeiras possam entrar com mais facilidade nos Estados que consideram lucrativos.

O colapso da URSS e o fim do mundo bipolar

Como uma nação que foi uma das duas maiores potências do mundo, durante grande parte do século XX, chegou ao fim? Na Seção 1 da Unidade 4 deste material, você já pôde ter uma ideia sobre isso: as revoltas do Leste Europeu e revoluções do fim do século XX formaram um contexto político e cultural, dentro e fora da URSS, que eram inóspitos à própria existência da mesma. Podemos considerar também a morte de Stálin, em 1953, que findou uma era de autoritarismo, mas, também, de pressão para o desenvolvimento e a produção. Stálin, como um líder carismático e autoritário, regia o país com políticas firmes e controladoras e propaganda ampla em prol do regime e do culto a Stálin, que aprofundavam a identidade soviética e a necessidade de trabalhar pela pátria-mãe. Após ele, houve um relaxamento dessas políticas. Seu sucessor, Nikita Kruchov (1958-1964), para impulsionar a mudança e as reformas, criticou Stálin, mostrando as atrocidades

cometidas por esse para toda a população, no famoso Relatório Kruchov (1956). Ao fazer isso, Kruchov abre precedentes para que haja críticas à ideologia oficial comunista e ao Partido – e, assim, aflora na sociedade soviética toda a crítica contida em tantos anos.

Já os motivos econômicos que causaram o fim dessa potência têm estritamente a ver com o que estamos falando nesta seção. Em termos de conjuntura geral, temos a crise do petróleo – a qual a burguesia tentou superar, flexibilizando a economia, por meio do neoliberalismo, como vimos anteriormente. Porém, a URSS era rica em petróleo. Com isso, não precisou se adaptar, desenvolvendo novas tecnologias, pois não havia sofrido tanto com a crise. Por fim, vemos que a URSS era, em relação ao regime e à tecnologia (HARVEY: 1992) mais lenta, menos fluida, consolidou-se de forma ainda mais enrijecida e não conseguiu competir com o capitalismo quando é criada a internet.

Também a ausência de ampla concorrência no mercado foi fator importante para o não desenvolvimento de novos formatos e tecnologias na URSS. A manutenção da Guerra do Afeganistão (1979-1989) e a dívida externa dos países do Leste Europeu também constituíram elementos importantes para o decaimento da economia soviética. O embargo dos Estados Unidos, por sua vez, cujo PIB era o triplo do da URSS, também funcionou como fator para aprofundar o problema.

Com tudo isso, o nível de vida da população soviética caía, a Guerra Fria não fazia mais sentido para a gigante vermelha, a baixa taxa de natalidade, o êxodo rural e o esforço de produção (todos elementos que tiveram seu ápice no pós-guerra) decaíram progressivamente. Junto a isso, é válido ressaltar que havia uma parte da própria burocracia comunista que era restauracionista – isto é, que lutava pelo fim do regime e “restauração” do capitalismo – a mesma que, posteriormente, vende grande parte das estatais russas para os estrangeiros, lucrando cifras milionárias.

Com o fim da URSS, em 1991, o mundo bipolar, dividido anteriormente entre bloco capitalista e socialista, cai por terra. O processo de globalização, sobre o qual você verá no próximo tópico, aprofunda-se e surgem, em lugar dos dois grandes blocos em voga durante a Guerra Fria, entram em cena os chamados blocos econômicos.

O conceito de globalização e os blocos econômicos

Ao contrário dos dois blocos que dividiam o mundo durante a Guerra Fria, a diferença entre os blocos econômicos é, em algum grau, geográfica: norte-desenvolvido e sul-subdesenvolvido.



Exemplificando

No bloco capitalista, tínhamos os Estados Unidos, que o liderava, a Europa Ocidental e a Oceania. A América Latina aparece, nesse cenário, como dependente dos EUA e a África e a Ásia, da Europa. No bloco oriental, tínhamos a líder União Soviética, a Europa Oriental e a China. Já nos blocos econômicos, temos os Estados Unidos, a parte mais a norte da Europa, a Rússia e a China (especialmente a partir dos anos 2000) como os países desenvolvidos e a América Latina, a África e a Ásia como subdesenvolvidos.



Exemplificando

O Canadá e, principalmente, os Estados Unidos, detêm a zona de influência sobre toda a América Latina. Já a Europa Ocidental seria responsável pela zona da África e parte do Oriente Médio. A China, por sua vez, influenciaria parte da Ásia e Oceania.

Os blocos econômicos são mais dinâmicos e diversificados que os ideológicos. Ademais, há agora uma multiplicidade de poder, no sentido de que é menos o aspecto militar que importa – aspecto no qual os Estados Unidos ainda seriam hoje dominantes – mas também o econômico – no qual os EUA disputariam poder com China, União Europeia e Japão – criando uma multipolaridade. Além disso, há também sub-blocos possíveis às regiões, como a Área Livre de Comércio, a União Aduaneira, o Mercado Comum e a União Econômica e Monetária. Essa multiplicidade em diversos níveis se dá, em grande parte, por causa da globalização.

A globalização é o processo contínuo de integração das relações socioespaciais em escala global, por meio de conexões entre as partes do globo terrestre. Alguns autores, como Gruzinski (1999), situam as origens desse processo no século XV, que se dá após o declínio da Idade Média e em meio ao processo de constituição e consolidação da burguesia como classe, responsável pelas Grandes Navegações:



O que marca a passagem do século XV para o XVI é que aí se situam as origens da globalização. Não ainda a mundialização mercantil que se inicia com a Revolução Industrial, nem a globalização atual das transações financeiras. O que se globaliza na virada do século XV para o XVI é o conhecimento do outro. Pela primeira vez, todos os recantos do mundo são mutuamente revelados. Em menos de cinquenta anos, ibéricos, orientais, africanos e os recém-"descobertos" astecas e tupis ouvem falar de terras, povos, costumes e religiões de cuja existência nunca suspeitaram. (GRUZINSKI, 1999, p. 8)

Já quanto à contemporaneidade, o geógrafo Milton Santos aponta, em sua obra *Por uma outra globalização* que esse processo, como disposto na atualidade, seria "o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista" (SANTOS, 2001, p. 22).

Se podemos falar que a globalização foi progressivamente se desenvolvendo a partir das Revoluções Industriais, é fato também que foi a partir da última, a Revolução Técnico-Científica-Informacional, a mesma que deu origem ao computador e à internet, a que mais profundamente fez a globalização evoluir. Ela produziu avanços técnicos nos sistemas de informação, aprofundou o desenvolvimento dos meios de transporte e a difusão de aparelhos eletrônicos e da internet.

A partir disso, segundo a teoria hegemônica, a globalização agiria para criar uma "aldeia global" – expressão popularizada após a obra do filósofo canadense Herbert McLuhan (1962), que expressa a difusão de notícias que chegaria a todos ao mesmo tempo, haveria a compressão espaço-temporal e uma maior homogeneidade mundial, bem como a atuação do Estado seria diminuída. Esse conceito foi criado pelo filósofo canadense Herbert McLuhan Santos, que critica o processo de globalização como ele se dá na contemporaneidade, constatando que todas essas benesses somente são dadas aos pertencentes à classe dominante: em grande parte do mundo, incluindo em metade do Brasil, onde não há internet, por exemplo; ademais, apenas poucas centenas de indivíduos têm possibilidades de possuir jatinhos que os transportam para vários lugares em um mesmo dia; a ideia de homogeneidade garantida é facilmente desconstruída ao perceber as desigualdades sociais; mesmo o Estado, diz Milton Santos, não estaria morto, mas,

ao contrário, fortalecido e atento às necessidades da classe dominante burguesa (SANTOS, 2001, p.33).



Assimile

Para Harvey, outro crítico da globalização, a compressão espaço-temporal se daria por meio da aceleração dos processos globais, que daria a possibilidade de percepção de que o mundo é menor e, logo, as distâncias são menos curtas; além disso, uma segunda impressão seria de que algo que ocorre em um lugar específico do globo teria impacto imediato sobre outro, ainda que longínquo em relação a esse (Harvey, 1992, p. 240).

Internet e a transformação na comunicação, na política e na economia

A internet é uma das grandes forças motoras dos processos que vimos até agora. Ela causa, como propõe Recuero, uma “nova revolução na comunicação mundial” (RECUERO: 2000, on-line). Mas não apenas nessa área: inicialmente, a internet muda os setores de inteligência e, posteriormente, a cultura, o modo de pensar e ver, a economia, a política, basicamente todos os aspectos e formas da sociedade contemporânea. Essa temática é desafiante a você, como professor. Isso por causa da nossa situação-problema, lembra dela? Pois é, a internet é muito mais sentida pelos alunos, sejam crianças, adolescentes ou adultos, do que, por exemplo, a globalização e os blocos econômicos. Isso porque, além de vivenciada, ela é usada.

A transformação na comunicação, promovida pela internet, se dá porque ela é, justamente, um meio de comunicação – “o mais completo já concebido pela tecnologia humana” (RECUERO, 2000, on-line), que congrega em si a capacidade de os indivíduos interagirem entre si e a de chegar a um infinito número de indivíduos. Isso significa, em termos de comunicação, que uma pessoa pode se conectar, ao mesmo tempo, a milhares de indivíduos, bem como interagir com os mesmos. Na internet, a compressão espaço-temporal e a concepção (ou a ilusão, como propõe Santos) de aldeia global se amplificam, ao menos para aqueles que a ela têm acesso. A partir da rede mundial de computadores, a comunicação tomou proporções nunca vistas antes, o que possibilitou transformações em todos os meios da sociedade contemporânea, bem como na história.

A política, por exemplo, é uma das provas de que a internet pode funcionar como motor de fatos históricos. A Primavera Árabe, onda de

protestos contra governos autoritários no mundo árabe, ocorrida em 2011, se, por um lado, foi causada pelas condições precárias daquela população e pela falta de liberdade da mesma, dado o autoritarismo do governo, por outro, teve a internet como meio para levar as populações às revoltas. Foi via redes sociais, que os manifestantes propagaram e fortaleceram seus protestos. Também no Brasil, em 2013, as chamadas Manifestações de Junho foram impulsionadas por “eventos” criados no Facebook e conseguiram, ainda que temporariamente, frear o aumento da passagem de ônibus, o motivo-estopim das manifestações, que pediam também por melhorias na saúde, educação e transportes.

Quanto à influência da internet na economia, o fato histórico mais marcante é, possivelmente, a bolha da Internet, também chamada de “bolha das empresas ponto com”. A causa dessa crise tem sua origem quando, de 1995 a 1998, muitas lojas virtuais foram criadas na rede mundial de computadores, especialmente nas nações mais desenvolvidas, como Estados Unidos, Inglaterra e Japão, para estimular o consumo e lucrar. Essas lojas eram supervalorizadas: nas bolsas econômicas, chegavam a valer até 8 milhões de dólares. O Geocities, um dos maiores sites da época, foi vendido por 4 bilhões de dólares. O número de lojas, porém, demonstrou-se superior ao de compradores, bem como o rendimento dos sites comprados – como foi o caso do Geocities. Com isso, pessoas, empresas, sites e bancos foram amplamente atingidos e faliram com o estouro da bolha da internet.

Todo o panorama traçado aqui nesta seção nos ajuda a definir a Nova Ordem Mundial. Em síntese, ela se caracteriza como o plano geopolítico mundial, estabelecido após a Guerra Fria e o fim da URSS, detentor de uma nova correlação de forças entre os Estados – correlação essa que não se embasa mais nos blocos socialista e capitalista. Nessa Nova Ordem Mundial, estando a União Soviética derrotada, seu antigo opositor Estados Unidos aparece como dominância política, econômica e ideológica, consolidando um poder que é, ao mesmo tempo, unipolar e multipolar.



Pesquise mais

VELOSO, C. Fora da ordem. In: _____. **Circuladô**. Intérprete: Caetano Veloso. Rio de Janeiro: Universal, 1992. 39 min. 1 CD.

Nessa música, Caetano faz uma crítica socioeconômica à Nova Ordem Mundial, crítica esta que aparece desde o título, em que põe em voga a

desordem da nova "ordem".

TIROS em Columbine (Bowling for Columbine). Direção Michael Moore. Produção: Charles Bishop, Jim Czarnecki, Michael Donovan, Kathleen Glynn e Michael Moore. Roteiro: Michael Moore.. EUA: Metro-Goldwyn-Mayer Distributing Corporation / United Artists, 2002. 1 DVD (120 min), son., color.

Nesse filme, Michael Moore mostra sua tese de que os Estados Unidos, para se manter enquanto nação, têm a necessidade de buscar inimigos exteriores – que, após a União Soviética, demonstra-se ser o mundo árabe.

Sem medo de errar

Então, já pensou em como resolver nossa situação-problema? Vamos citar aqui alguns caminhos possíveis, mas nada impede que você crie os seus próprios também, certo?

Como já delinhamos ao longo da seção, a proximidade histórica com o conteúdo tratado pode atrapalhar mas também pode ajudar na aprendizagem. E o que vai definir isso? A forma como você aborda o conteúdo!

Astemáticas da História do Tempo Presente são muito mais concretas para os alunos. Assim, eles se sentem, em geral, mais entusiasmados para estudar, pois veem ali seu cotidiano ou a si mesmos. Sentem-se também mais à vontade, pois não é um todo desconhecido. Para que eles não sigam pela parte negativa que esse processo representa, ou seja, reproduzam estereótipos e generalizem os fatos. Para isso, é preciso aprofundar os conteúdos tratados, mostrando suas delineações e peculiaridades, mas também, mostrando a visão do todo ao aluno.

Além disso, para não acontecer como ocorreu com Mariana, é essencial que você aborde o conteúdo como processo e não como fato. Isso fará o aluno perceber que um elemento, como a internet, faz parte de um todo histórico que é uma continuação do que vocês viram antes – e um antecedente para o que vocês verão depois. É importante, tratar o processo historicamente, por exemplo, não só o modelo de bem-estar social em si, mas sua origem, sua crise etc.

Uma possível forma de contornar essa situação é mostrar não a

internet em si, mas a internet como propulsionadora dos movimentos históricos – mesmo que esses sejam historicamente próximos dos seus interlocutores. Assim, os alunos conseguirão entender que, se a Internet serve de motor para a história acontecer – e, mais que isso, para fatos históricos passados terem acontecido – é porque é ela também parte da história, ou seja, o mecanismo ao qual seus alunos têm hoje acesso tem também, ele próprio, uma história.

Avançando na prática

O significado de internet na atualidade

Descrição da situação-problema

Caro aluno, um problema comum para os professores de hoje é a quantidade de informação que existe à disposição dos alunos. Isso é ainda mais amplo quando se trata da História do Tempo Presente: se, por um lado, falta conteúdo acadêmico para algumas temáticas, por outro, a quantidade de conteúdo não acadêmico (e muitas vezes carente de seriedade e veracidade) é enorme. Diante disso, com conteúdo acertado ou equivocado, parece sempre difícil ter a visão do todo. Considerando isso, pense na situação a seguir:

Você, professor de uma turma de Ensino Médio, passa para casa uma redação em que os alunos discutam o significado da internet nos dias atuais. Valentina escreve sua redação inteira sobre memes. Já Augusto, faz sobre a Wikipédia. Helena fala sobre o quanto a bolha da internet impactou o mundo. Como você vê, houve alguma falha no processo, pois os alunos não conseguiram compreender e cumprir o desejado.

Resolução da situação-problema

Em um caso como esse, a figura e orientação do professor é muito importante. Um tema como a internet é muito diversificado, tendo múltiplas facetas, tal como a quantidade enorme de informações sobre o mesmo. Você é quem vai costurar as redes que vão ajudar a construir a totalidade desse processo histórico. Além disso, uma redação, nesse caso, é uma escolha menos apropriada que alguma forma que possibilite ao aluno visualizar a amplitude e diversidade desse objeto: por exemplo, uma dinâmica em grupo, um mosaico construído pelos alunos etc.

Faça valer a pena

1.

“Os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (HARVEY, 1992, p.134).

A que processo histórico refere-se David Harvey no trecho acima? Assinale a alternativa correta:

- a) Internet.
- b) Globalização.
- c) Compressão espaço-temporal.
- d) Acumulação flexível de capital.
- e) Capitalismo.

2.

“O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” (SANTOS, 2001, p.18).

Identifique qual das alternativas está correta sobre o motivo pelo qual Milton Santos considera o processo de globalização, respectivamente, como fábula e como perversidade.

- a) Adesão a comportamentos competitivos frutos das ações hegemônicas; mito da aldeia global.
- b) Mito da morte do Estado; capitalismo.
- c) Mito da democracia; diversidade social.
- d) Mito da morte do Estado; desigualdade social.
- e) Mitos da aldeia global e da morte do Estado; adesão a comportamentos competitivos frutos das ações hegemônicas.

3. Não nos esqueçamos nunca desta verdade fundamental: o Estado não tem outra fonte de recursos além do dinheiro que as pessoas ganham por si próprias. Se o Estado deseja gastar mais ele só pode fazê-lo tomando emprestado sua poupança ou cobrando mais tributos. E não adianta pensar que alguém irá pagar. Esse ‘alguém’ é você. Não existe essa coisa de dinheiro público. Existe apenas o dinheiro dos pagadores de impostos.

Por inventarmos mais e mais programas generosos de gastos públicos.
(TATCHER, 197-, on-line)

O discurso de Margareth Thatcher é um marco para qual dos processos a seguir? Assinale a alternativa correta:

- a) Liberalismo.
- b) Marxismo.
- c) Comunismo.
- d) Neoliberalismo.
- e) Estado de bem-estar social.

Referências

GRUZINSKY, Serge. **A passagem do século**: 1480-1520: as origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

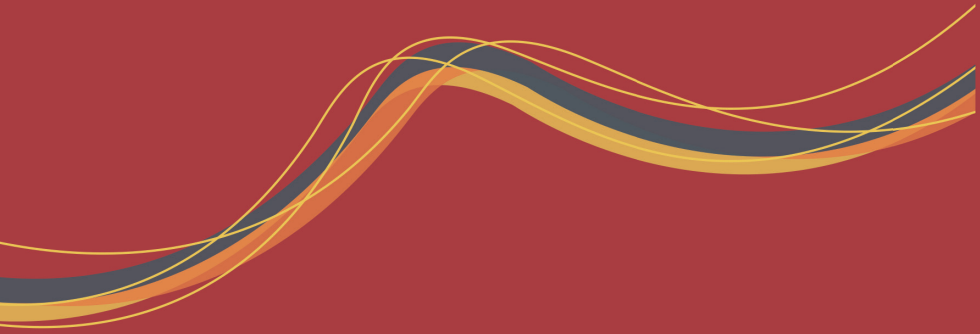
HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg** - A formação do homem tipográfico. São Paulo: Ed. Nacional/Edusp, 1972.

RECUERO, Raquel da Cunha. **A internet e a nova revolução na comunicação mundial**. Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.



ISBN 978-85-522-0290-5



9 788552 202905 >